

Aula 00

CACD (Diplomata - Primeira Fase)

História Mundial

Autor:

**Diogo D'angelo, Pedro Henrique
Soares Santos**

07 de Novembro de 2023

Sumário

Revoluções Inglesas (1640-1688).....	4
Antecedentes do processo revolucionário	4
Precondições, 1529-1629	5
Fatores precipitantes, 1629-1639 (conjuntura)	11
Os detonadores do processo revolucionário (1640-42)	13
As Guerras civis inglesas (1642-1649).....	16
A I Guerra Civil.....	16
A entropia da vitória (1647-1649)	17
O governo do Rump (1649-1653) e de Cromwell (1653-1658).....	18
O governo do Rump (1649-1653).....	18
O Governo de Cromwell (1653-1658)	19
Da Restauração à Revolução Gloriosa	20
A Revolução Gloriosa (1688)	21
A Inglaterra após a Revolução Gloriosa	22
Revolução Francesa (1789-1799)	25
Antecedentes da Revolução	25
Luís XVI e a Revolta Aristocrática	44
Dos Estados Gerais à monarquia constitucional	47
A Assembleia Nacional e o início das guerras revolucionárias	54
O governo da Convenção.....	57
O julgamento e morte de Luís XVI.....	57
A República em perigo e o Terror	59



A Convenção Termidoriana e o governo do Diretório	64
O Governo do Diretório.....	67
Interpretações da Revolução	70
A interpretação marxista	70
A tese de Tocqueville	71
A interpretação de Hannah Arendt.....	71
A interpretação de Benjamin Constant.....	72
Questões Comentadas	84
Lista de Questões.....	97
Gabarito.....	107
Resumo	108



APRESENTAÇÃO

Olá caro estudante!

É com muita satisfação que entregamos para você nossa aula escrita sobre as, assim conhecidas, Revoluções Burguesas ou Revoluções Liberais. Trataremos aqui, especificamente, das Revoluções Inglesa e Francesa adentrando, também, a “aventura napoleônica”. Os movimentos de 1820, 1830 e 1848 ficam para outra aula.

Antes de começarmos, gostaríamos de fazer algumas ponderações com você sobre esses temas (e que também valerão para as demais aulas e conteúdos de nosso curso). Desde 2010, as provas para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) têm se tornado bastante detalhistas nas suas questões de história de um modo geral. Em algumas delas, a cobrança chega ao nível de nomes e datas (teremos oportunidades de indicá-los isso depois), tornando-se alguns itens até anedóticos. Sendo assim, nosso papel como professores fica bem complicado porque teremos de adentrar com mais detalhes cada um dos eventos de temas a serem trabalhados, demandando de você maior leitura! Mas pretendemos realizar isso da maneira mais fácil e tranquila possível.

Gostaríamos igualmente de ressaltar que o conteúdo de Revolução Inglesa é relativamente recente nas provas do CACD. Este conteúdo apareceu a partir de 2013 e surgiu de novo em 2014 (com uma questão em cada ano), mas não foi cobrado em 2015 e 2016. Assim sendo, trataremos desta Revolução com um pouco menos de profundidade, certo?

Agora, *“Aux armes, citoyens!”*



REVOLUÇÕES INGLESAS (1640-1688)

Antecedentes do processo revolucionário

Para bem compreendermos a eclosão do processo revolucionário na Inglaterra, devemos conhecer o panorama político, econômico e social do reino inglês no início da época moderna. Para tanto, vamos nos servir das contribuições e pesquisas do historiador Lawrence Stone que se dedicou justamente às Causas da Revolução Inglesa. O autor dividiu essas causas entre aquelas de longo prazo, aquelas de médio prazo e as curto prazo. Passaremos por cada uma delas ao longo dessa aula.

Antes, contudo, de adentrarmos em cada um dos elementos explicativos do processo revolucionário, é necessário estabelecer certos pressupostos básicos acerca dele:

- O primeiro, e o mais fundamental, é que a dissolução do governo régio foi a causa da guerra civil, e não o contrário.
- O segundo pressuposto é de que se trata de algo mais do que uma mera rebelião contra um rei particular. A natureza revolucionária da Revolução Inglesa pode ser demonstrada tanto por suas ações quanto por suas palavras. Suas realizações incluem não apenas a execução de um rei, mas o seu julgamento em nome do “povo da Inglaterra”, acusado de alta traição por ter violado “a constituição fundamental” do reino. Isto era algo que nunca fora feito antes. A Revolução implicou não apenas na substituição de um rei por outro, mas na abolição da instituição monárquica, da Câmara dos Lordes; na abolição da Igreja estabelecida e no confisco das propriedades episcopais, embora no início do processo nenhuma das elites se visse como revolucionária, mas querendo reformas e mudanças no reino: mudança na constituição com a diminuição do poder executivo régio, autoridade compartilhada com o Parlamento; mudanças na estrutura da Igreja; “mudança no conceito de hierarquia social em que os gentlemen fossem tratados mais ou menos como iguais”.
- O terceiro é o de que a teoria marxista só tem aplicação limitada. A revolução não foi uma guerra dos pobres contra os ricos, pois uma de suas características foi a quase total passividade das massas rurais e dos trabalhadores agrícolas. A burguesia ficou neutra ou se dividiu. A fissura não corria de acordo com os



alinhamentos de classe, contrapondo empregados e empregadores, mas de acordo com a riqueza relativa e o acesso aos privilégios políticos e econômicos. Também a gentry ficou neutra ou dividida, mas a divisão não acompanhava de maneira definida as diferenças de riqueza.

A Revolução a ser explicada, segundo Stone, foi uma luta complexa entre ordens e grupos de status, limitada em grande parte aos membros de diversas elites rachadas e fragmentadas por diferenças de perspectiva acerca da ordem constitucional, aspirações religiosas e padrões culturais; por conflitos de interesses e conflitos de lealdade, bem como pelos efeitos desestabilizadores provocados pela rapidez do desenvolvimento econômico e da mudança social. Para que a guerra civil eclodisse era necessário que as principais instituições do governo central perdessem sua credibilidade e entrassem em colapso. O que se deve explicar, antes de tudo, é uma crise do regime.

Precondições, 1529-1629

Entre 1529 e 1547, existiu nos círculos oficiais ingleses o desejo de adquirir alguns dos instrumentos para um governo monárquico forte. Henrique VIII não foi por sua natureza e inclinação um monarca constitucional, mas um monarca desejoso de aumentar seu controle político sobre o país, mas que era obrigado a utilizar meios legais e constitucionais para adquirir novas fontes de autoridade.

Na década de 1530, o rei e os seus conselheiros estenderam a definição de traição até abarcar o delito de opinião, confiscaram a enorme riqueza dos mosteiros, dominaram as universidades, reforçaram e codificaram os poderes dos tribunais privilegiados, absorveram o país de Gales no sistema administrativo e legal inglês, proclamaram o monarca chefe da Igreja, tentaram estender a autoridade legal dos decretos régios e tentaram estabelecer um exército permanente. Este impulso ao absolutismo primeiro tropeçou e depois foi brecado, em parte por causa da sobrevivência de poderosas instituições e tradições políticas medievais, particularmente o direito consuetudinário e o Parlamento, e em parte porque nem o rei nem seus ministros devotaram-se somente a esta tarefa.

A Coroa mal tinha dominado a nobreza feudal medieval, melhorado as suas finanças e restaurado a ordem legal, e se viu enfrentando os problemas advindos da Reforma. A necessidade de apoio interno para cortar laços com Roma obrigou o rei a uma consulta ativa ao Parlamento. A crise se agravou com a declaração de guerra à França num conflito que durou de 1543 a 1551. Essa guerra exauriu as finanças inglesas, impediu a manutenção do exército permanente e forçou a venda de terras dos mosteiros para as mãos da gentry, muito diminuindo o poder da Coroa.



As debilidades enfrentadas – e criadas – por Henrique VIII não foram superadas por seus descendentes, nem mesmo por Elizabeth. Por volta de 1562, a Coroa possuía uma renda própria que mal bastava para os tempos de paz. Qualquer declaração de guerra logo implicava na necessidade de pedir novas fontes de financiamento ao Parlamento.

Essa dependência das forças do “país” por parte da Coroa se explica pelo fato de que fontes de renda comuns aos reis do continente não estavam a disposição dos monarcas ingleses. O monopólio do carvão foi negado pela justiça em 1568; a venda de cargos – isto é, a venalidade – foi barrada em 1587. Isso impediu o desenvolvimento de uma burocracia forte e extensa, forçando o governo a se apoiar administrativamente na gentry e em outros grupos como mercadores. Até mesmo a revisão de impostos por conta da inflação não foi feita e a coleta de impostos era muito ineficiente.

Por volta de 1603, as classes proprietárias já estavam habituadas à evasão fiscal. Assim, quando os Stuart tentaram reforçar o Tesouro régio, tributando os ricos em níveis realistas (segundo sua capacidade de pagar e corrigindo segundo a inflação), depararam-se com sérios obstáculos legais e políticos. A monarquia dos Stuart, assim, estava bloqueada financeiramente de todos os lados.

Também faltavam tropas à nova dinastia aos Tudor e aos Stuart. A crise financeira depois da guerra contra a França não permitiu a manutenção de grande quantidade de tropas e a Coroa teve de recorrer a milícias irregulares, ou seja, milícias que dependiam dos potentados locais e não diretamente da monarquia.

Para tentar reforçar sua própria autoridade judiciária, a Coroa criou novos tribunais que atuavam em determinadas áreas, sobre algumas pessoas, e para determinados delitos. Esses tribunais estavam submetidos a um controle régio maior e baseados no direito romano. Contudo, paralelamente a eles, permaneceram em vigor os antigos tribunais de direito consuetudinário, que impediam a completa reestruturação judiciária num sentido de controle régio maior. Dentre esses tribunais, um dos mais notáveis foi o da Star Chamber, tribunal reorganizado desde Henrique VIII, baseado em Direito Romano, e utilizado para perseguir aqueles que se opunham ao monarca do momento.

O grande fracasso da monarquia, no entanto, foi a incapacidade em estabelecer uma burocracia própria e forte, necessitando do apoio da gentry para administrar o país, depois de quebrado o poderio dos grandes nobres detentores de terras em meados do século XVI. Os sucessivos problemas políticos, financeiros e religiosos levaram a uma maior dependência do Parlamento, cujos membros dos Comuns decidiram apoiar a monarquia desde que continuasse a partilhar o poder nos campos e cidades com essa pequena nobreza. Assim, o crescimento da capacidade administrativa do governo central se deu *pari passu* com o crescimento do particularismo.

Essa fraqueza burocrática não permitiu à Coroa implementar sua política religiosa a contento e estabelecer uniformidade religiosa no reino da Inglaterra, criando confusão religiosa. Confusão que foi ampliada pelas oscilações dos reinos de Eduardo VI, Maria e Elizabeth. O compromisso tentado por Elizabeth foi o de criar



uma Igreja erastiana no estilo renascentista, morna e cínica, mas sem responder ao desejo popular de orientação espiritual. Isso levou a uma baixa adesão à religião estabelecida e à formação de grupos sectários protestantes e criptocatólicos. Ademais, nas décadas de 1540 e 1550, a Coroa havia cedido ou vendido aos leigos o padroado sobre paróquias e benefícios eclesiásticos. Assim, grande parte do clero não mais era controlada pelo Estado ou pela Igreja.

Para finalizar as fraquezas do governo, que formam as precondições para a Revolução, a Coroa não possuía controle sobre a palavra escrita e falada. A lei estabelecia censura sobre a imprensa, mas era bastante ineficiente em sua aplicação. Ademais no púlpito, pouco controlado pela Coroa, havia diferentes pregações em diferentes lugares.

Todas estas fraquezas talvez não teriam importado muito se do passado medieval não tivesse sobrevivido num poderoso organismo representativo das classes políticas – o Parlamento –, o qual depois de uma árdua luta nos inícios do século XVI conseguira conservar os poderes de aprovar impostos e de votar as leis.

Crescimento econômico

Podemos elencar cinco elementos explicativos para o rápido crescimento econômico inglês no início da Idade Moderna e que ajudam a compor o quadro mais amplo no qual se desenrolou o processo revolucionário. São eles:

- Incremento significativo da população; aumento da produção agrícola e mudanças sobre como se relacionar com a terra num sentido capitalista, isto é, tratar a terra como um bem qualquer, particularmente com as mudanças ocorridas depois do confisco dos mosteiros.
- A necessidade de ampliar a produção para atender à crescente população levou ao processo de cercamentos das terras. Nos séculos XVI e XVII, os cercamentos significaram, principalmente, a reorganização do campo de modo a manterem contíguas as propriedades de um mesmo dono. Os pequenos produtores acabaram prejudicados, restando a eles terras menos produtivas, de modo que o processo resultou num êxodo rural contínuo.
- Aumento do comércio externo no século XVII, o que passou a ser de muita relevância para o governo e para o Parlamento. Destacou-se nesse período o mercado de têxteis, cuja produção impactava todas as classes, dos camponeses aos exportadores.



- Desenvolvimento do mercado interno facilitado pela ausência de barreiras comerciais internas ao próprio reino.
- Baixa taxa de juros por conta do capital líquido, da existência de sociedades de capital e por ausência de entraves no mercado de juros, além da pouca existência de instituições que absorviam capitais como a compra de cargos (a venalidade).

Essa prosperidade econômica se deu de modo muito particular em Londres, de longe a maior cidade do reino. Não ter o controle de Londres, caso do rei logo no início da guerra civil, significava perder muitos recursos econômicos e militares.

Mudanças sociais

Um dos aspectos mais importantes em termos sociais da Inglaterra do século XVII se trata do aumento em número e riqueza das classes fundiárias e das profissões liberais. Esse aumento foi possível graças à venda de terras da Igreja e da Coroa. O mercado aquecido de terras na Inglaterra criou um clima psicológico no qual não era considerado imoral vender a terra, levando a uma maior mobilidade social e na criação de uma gentry mais numerosa e influente.

Entre 1540 e 1640, houve um maciço deslocamento de riqueza relativa. Esse deslocamento foi causado, por um lado, pela venda de terras e concessões de monopólio por parte de um governo às voltas com dificuldades para custear guerras e pela inflação dos preços; por outro lado, pelas atividades empreendedoras dos novos ricos e pela crescente demanda por serviços profissionais. Esta mudança no equilíbrio socioeconômico, juntamente com a ascensão do puritanismo e a difusão da educação tornaram inevitável um atrito entre os detentores tradicionais do poder e as forças da gentry, advogados, mercadores, yomen e pequenos comerciantes.

Declínio das ameaças externas

Durante toda a segunda metade do século XVI, as elites dirigentes mantiveram-se coesas pelo triplo temor de uma revolta dos pobres, de uma guerra civil por disputa de sucessão e de uma invasão externa. Ao longo do reinado de Elizabeth e de Jaime I, todos esses temores foram apaziguados e, pode-se dizer,



temporariamente resolvidos. Assim sendo, ao principiar o reinado de Jaime I, os elementos de coesão deixaram de existir, abrindo-se um contexto de rachaduras no interior das elites dirigentes.

A possibilidade de revolta dos mais pobres foi aplacada com a aprovação da primeira lei dos pobres sob o reinado de Elizabeth I. A lei, dentre outras medidas, criou uma contribuição a ser paga pelos súditos no nível paroquial para sustentar casas assistenciais para os depauperados. A miséria na Inglaterra também não alcançou níveis alarmantes – como na França – porque havia uma baixa carga fiscal sobre as classes baixas.

Já o perigo de uma guerra civil causada por problemas de sucessão – que causaram grandes turbulências na vida política inglesa desde meados do século XV até a morte de Elizabeth I – foi resolvido com a ascensão de Jaime I ao trono inglês, que não teve a legitimidade de sua sucessão questionada.

Por fim, a última vez que efetivamente a Inglaterra foi ameaçada de uma invasão foi com a tentativa espanhola em 1588. Depois dela, e com o fortalecimento da marinha inglesa, nenhum outro país ameaçou a existência do Estado inglês se não no século XIX. Assim, a guerra civil inglesa foi uma das raras da história moderna cujo resultado não foi poderosamente influenciado por potências estrangeiras (excetuando a Escócia). Foi travada num dos raros períodos em que os Estados vizinhos da Europa continental estavam sobrecarregados demais para intervir.

Crise de confiança

A causa e o sintoma mais importante da falência de um governo ou instituição é a perda de prestígio e respeito aos olhos do público em geral e a perda de confiança dos próprios líderes em governar. Essa erosão poderia ser vista em várias instituições inglesas do XVII.

O vazio de credibilidade começou na Igreja. Os leigos, católicos e puritanos, desprezavam a hierarquia anglicana; a instituição encontrava-se sem recursos suficientes, com grande quantidade de propriedades alienadas; o padroado foi abusado e muitos cargos eclesiásticos foram vendidos; e, ademais, poucos eram aqueles que desejavam aspiravam ao sacerdócio. A igreja estabelecida não gozava nem mesmo da lealdade de todos os seus ministros, justamente no momento em que tentava travar uma guerra contra os “sectários”, isto é, a minoria católica e os puritanos.

O prestígio e o poder dos grandes aristocratas também estavam em declínio, a começar pelo aspecto militar, quebrados que foram para a afirmação do poder régio. A necessidade régia de diminuir a influência desse grupo passou também por substituí-lo na administração local, conforme visto.



Não somente os grandes nobres perderam prestígio, mas também a Corte depois da ascensão de Jaime I. O bom funcionamento da Corte inglesa dependia da manutenção de um equilíbrio fino entre as facções existentes, para que nenhuma predominasse e os favores não fluíssem numa única direção, o que não ocorreu sob os Stuart. Tanto Jaime I quanto Carlos I tinham claros favoritos que conseguiam o que desejavam, frustrando e alijando outros grandes nomes da política inglesa.

Por fim, devemos destacar a péssima reputação da monarquia em si mesma sob os Stuart. O culto à Elizabeth um criou grave problema para a nova dinastia, qual seja, a sua transmissão adiante. A associação iconográfica de Elizabeth com o destino da nação era perigosa para os sucessores uma vez que tendia a cancelar a distinção entre os dois corpos do rei. Foram os Stuart que pagaram a conta da política da exaltação de Elizabeth, o que foi tornado pior pelas características pessoais de Jaime I e Carlos I. Ambos eram figuras consideradas sem carisma, estrangeiros e arrogantes. Mais ainda, foram acusados de “papismo” (isto é, de serem católicos), o que causava intensa antipatia na elite inglesa.

Conclusão das precondições

Essa análise dos diversos aspectos em situação de deterioração por vezes não enfatiza suficientemente um elemento muito importante, qual seja, o de que o próprio sucesso de Elizabeth I foi fonte de graves problemas para os Stuart:

- O êxito de Elizabeth em evitar uma guerra civil provocou excessiva confiança nas classes proprietárias e tirou-lhes o espectro de medo de um possível conflito ou das consequências de um.
- A política eclesiástica de Elizabeth de indiferença espiritual, levou a que muitos da elite se identificassem ou com o catolicismo (uma pequeníssima minoria) ou com o puritanismo.
- A política financeira de fechar os olhos à difusa evasão fiscal entre as classes fundiárias e às graves inadimplências alfandegárias da comunidade mercantil, levou diretamente a uma crise constitucional tão logo os Stuart tentaram remediar esta situação.

A “política de charme” elizabetana funcionou muito bem no curto prazo, mas não pôde substituir uma política consistente, e foi este oportunismo tático e míope que justifica a severa conclusão de que Elizabeth foi a “traidora esplêndida, embora involuntária, da causa da monarquia”. Muitos dos problemas que os Stuart tiveram de enfrentar foram diretamente causados pelos sucessos de Elizabeth e sua recusa em lidar com os problemas fundamentais.



Para além disso, e em resumo, os elementos mais importantes das precondições tratadas anteriormente são:

- O fracasso em adquirir um exército permanente e uma burocracia assalariada e confiável.
- O declínio da aristocracia e a ascensão da gentry.
- A propagação do puritanismo entre as classes proprietárias e classes médias.
- Crise de confiança na integridade dos dirigentes do Estado.

Fatores secundários:

- Difusão da educação em todos os níveis.
- Poderes independentes de juristas consuetudinários.
- Progressiva transformação da economia: comercialização da agricultura, crescimento do comércio ultramarino e da indústria, duplicação da população.
- Senso de segurança nascido dos anos de Elizabeth.
- Aumento dos custos de manutenção do Estado, diminuição da integridade da burocracia, do governo e da Corte.

Fatores precipitantes, 1629-1639 (conjuntura)

Na década anterior ao colapso de 1640, houve uma série de desenvolvimentos que podem ser vistos como precipitantes da crise final, uma vez que eles transformaram o colapso das instituições do âmbito da possibilidade ao da probabilidade.

A política religiosa de Laud



Dentre os elementos de conjuntura, devemos destacar o apoio firme dado pela Coroa à reação religiosa levada a cabo pelo Arcebispo de Canterbury Laud. Essa reação pode ser sintetizada da seguinte maneira:

- Um elemento importante dos planos de Laud era a recuperação do poder político e do prestígio dos bispos. Sérios esforços foram realizados para recuperar alguns dos recursos econômicos da Igreja perdidos no século anterior. Medidas foram tomadas para impedir que mais cargos eclesiásticos caíssem nas mãos de puritanos e planos foram elaborados para um amplo ataque ao controle leigo sobre os dízimos.
- Mudanças teológicas foram realizadas, com uma hostilidade à predestinação calvinista – defendida pelos puritanos.
- Perseguição aos que discordavam das medidas adotadas, levando inclusive à emigração.

Laud, contudo, não conseguiu se impor e os descontentamentos com sua política religiosa alienou vários grupos contra a igreja estabelecida e a monarquia.

A Coroa também foi atacada porque muitos viam nos Stuart, como dito anteriormente, “papistas”, isto é, católicos que se deixados com a mão livre retornariam à comunhão com Roma. Alguns elementos suspeitos reforçavam essas teses, hoje sabidamente falsas:

- O casamento Carlos I com uma princesa francesa católica.
- Nomeação de conhecidos católicos (ainda que negassem oficialmente) para cargos ministeriais.
- Relações amigáveis com o papado, inclusive com a permissão de reabertura da nunciatura em Londres.
- A adoção de uma política estrangeira pró-espanhola e falta de entusiasmo no apoio a príncipes protestantes no continente.
- Construção de uma capela católica barroca em St. Jaimes.

A política tributária, econômica e social de Carlos I

O governo de Carlos I, bloqueado financeiramente, conforme visto, “desenterrou” precedentes medievais para taxar seus súditos sem a permissão do Parlamento. Essa retomada de impostos considerados obsoletos



causou grandes descontentamentos entre as elites proprietárias. São exemplos desses tributos as taxas cobradas sobre a herança (a tutela) e, principalmente o Ship Money. Esse último imposto era, segundo as práticas medievais, um tributo cobrado sobre as regiões costeiras e se tratava, antes de tudo, de uma requisição de navios e pessoas em momentos de guerra. Carlos I, contudo, transformou o Ship Money em uma taxa a ser paga não com o serviço, mas em dinheiro e estendeu a cobrança para todo o país. A elite inglesa considerou essa medida uma das mais abusivas do rei e essa reclamação transpareceu nos documentos pouco antes da guerra civil. Essa política tributária de Carlos I indicou para as classes proprietárias que o rei não seguia a lei e que, assim, todas as suas propriedades estavam em risco de confisco.

A reação econômica não se manteve restrita à tributação, mas também se voltou ao mercado de trabalho, ao sistema mercantil e à organização fundiária. Assim, sob Carlos I, a Coroa passou a organizar as corporações de ofício de cima abaixo, com o objetivo de estabelecer um controle régio sobre a classe industrial e artesanal dos pequenos mestres. Igualmente, passou a conceder uma quantidade crescente de monopólios aos seus favoritos e, por fim, passou a se opor aos cercamentos, criando multas contra os latifundiários que se dedicassem a essa prática, enfurecendo parte da gentry.

Por fim, segundo Lawrence Stone, Carlos I ainda se engajou numa reação social, “pondo um termo à mobilidade social”. Em 1629, pôs fim à prática da venda de títulos, expulsou a gentry e a baixa nobreza de Londres de volta ao campo.

Em suma, o objetivo da política reacionária de Carlos I (a “Thorough”) era:

- Criar um absolutismo deferente e hierárquico, socialmente estável, baseado numa relação estreita entre Igreja e Estado.
- Perseguir os dissidentes.

Os detonadores do processo revolucionário (1640-42)

O colapso governamental de 1640 foi consequência direta da decisão do Arcebispo Laud e de Carlos I de tentar impor ao clero escocês o sistema de culto e de organização eclesiástica ingleses, ao mesmo tempo em que ameaçavam os nobres escoceses de privá-los das propriedades antes pertencentes aos mosteiros.

Vamos compreender as várias razões para que essa política religiosa tenha resultado no grave conflito conhecido como a “Guerra dos Bispos”. A Escócia era um dos reinos da Grã-Bretanha e compartilhava com a Inglaterra o mesmo monarca, união que se deu após a morte de Elizabeth I. Pelas regras de sucessão, a Coroa inglesa passou para o monarca escocês Jaime.



O fato de os Stuart terem sobre suas cabeças as duas coroas da ilha não implicava que a Escócia estivesse submetida às leis e às instituições inglesas – não pelo menos até o início do século XVIII. Assim, o reino escocês tinha suas próprias leis, organismos políticos, tradições etc., distintos da Inglaterra, incluindo uma organização eclesiástica própria

A Escócia, como a Inglaterra, também aderiu à Reforma Protestante, principalmente a partir da pregação de John Knox. Diferentemente, contudo, dos ingleses, os escoceses adotaram as ideias de Calvino. De modo geral, a organização da religião calvinista à época baseava-se em sínodos, isto é, em assembleias de pastores e anciões, que se reuniam para debater questões teológicas e administrar e responder às demandas das comunidades locais. Esse sistema sinodal era bastante diferente do sistema episcopal da Igreja Anglicana. No sistema inglês, eram os bispos os responsáveis por conduzir a Igreja e o rei cumpria o papel de chefe da religião. Ademais, vale ainda destacar, o anglicanismo, nesse momento, adotou a tese arminiana de livre-arbítrio, que se opunha à tese da predestinação presbiteriana. Por fim, é fundamental termos em mente que a religião, as questões teológicas, a religiosidade e a espiritualidade eram muito relevantes para as pessoas desse período histórico, de modo que questões que hoje seriam consideradas “menores” em termos de discussão teológica, tornavam-se motivo de grandes e violentos conflitos.

Assim, compreende-se a reação imediata dos escoceses quando Carlos I tentou introduzir o sistema episcopal e as práticas rituais do anglicanismo na Escócia presbiteriana – para além das medidas para reverter a propriedade fundiária adquirida com a venda dos bens da Igreja no século XVI. A reação não se fez esperar: os ministros presbiterianos uniram-se à nobreza local e iniciaram uma revolta em grande escala. As forças de Carlos I foram incapazes de derrotar os revoltosos, que invadiram o norte da Inglaterra. Sem condições de vencer, o rei foi forçado a negociar. Para além de capitular em seus planos de reorganização da igreja escocesa, ainda teve de aceitar pagar indenizações aos revoltosos.

Essa derrota na Guerra dos Bispos precipitou a crise do regime político inglês. Como visto em aula anterior, os Stuart estavam bloqueados financeiramente de todos os lados para gerir o Estado, manter suas forças terrestres e mesmo administrar o país. Mesmo o uso de subterfúgios como a cobrança do Ship Money e de outras taxas não era suficiente para cobrir os gastos, levando em conta a evasão fiscal e a má vontade das elites inglesas em pagar seus impostos. Assim, os custos do conflito esvaziaram o tesouro régio e levaram o Estado ao colapso financeiro. Sem outra saída, Carlos I foi forçado a convocar o Parlamento para levantar fundos. Uma tal convocação do Parlamento não ocorria há 11 anos (a última convocação se dera em 1629) e dadas as ações governamentais nesse período de governo pessoal era de se esperar que as queixas do “país” contra a “corte” fossem as mais variadas. Sem grandes surpresas, as eleições levaram à formação um Parlamento cheio de opositores.

A convocação régia respondia tinha um objetivo bastante circunscrito: obter recursos para pagar os escoceses. Os parlamentares opositores, contudo, desejavam muito mais e buscaram aprovar medidas que desagravassem os “crimes” (assim entendidos por eles) de Carlos I e retroverter várias reformas feitas pelo rei durante seu reinado.

Entre 1640 e 1641, a repulsa aos atos de Carlos I fizeram reunir num amplo bloco vários grupos políticos unidos temporariamente a partir de quatro ideais poderosos, mas até então distintos, ou mesmo antagônicos:



- nacionalismo chauvinista;
- particularismo local;
- puritanismo religioso e moral;
- legalismo constitucional;

Carlos I, diante de uma oposição unida e incapaz de direcionar os eventos, foi sendo forçado a aceitar uma série provisões aprovadas pelos Comuns e Lordes. No verão de 1641, a oposição unida havia alcançado todos os objetivos “negativos”:

- Removeu do rei o poder de tributar sem consentimento parlamentar;
- Removeu o direito de aprisionar sem julgamento;
- Aboliu os Conselhos de Gales e do Norte, os tribunais da Alta Comissão, dos Recursos e da Star Chamber;
- Reverteu a política eclesiástica de Laud;
- Puniu Laud e Strafford, preferidos de Carlos I e odiados pela elite inglesa;

A primeira sessão desse Parlamento (conhecido como Parlamento Longo) conseguiu, assim, destruir todas as instituições centrais do governo, com exceção dos tribunais de direito consuetudinário e acarretou em:

- Fim da censura à imprensa (livros e jornais) com a consequente multiplicação de panfletos e jornais;
- Fim sobre o controle sobre o culto, acarretando em “anarquia religiosa”.

Essas reformas “negativas” eram consensuais e por isso foram aprovadas com relativa facilidade. A destruição de todos esses organismos e a alteração substancial da política na Inglaterra, contudo, passou a demandar dos parlamentares medidas propositivas e a partir daí que a elite, até então coesa, começou a se dividir.

Duas formas de pensar o sistema político inglês se desenvolveram então depois do desmantelamento do regime em 1641, quais sejam, o *constitutional royalism* e o *constitutional parliamentarianism*.

Segundo Barry Coward e Peter Gaunt, o *constitutional parliamentarianism* tinha “O desejo de salvaguardar o lugar do parlamento na constituição contra a ameaça do absolutismo régio que aparentava ser prevalente



desde 1626.” Os parlamentares que defendiam essa ideia, em geral eram favoráveis a uma reforma religiosa mais profunda na Igreja Anglicana no sentido da adoção de ritos, práticas e teologia puritanas.

O *constitutional royalism*, por sua vez, expressava “O desejo de salvaguardar o equilíbrio da antiga constituição (Rei, Lordes e Comuns) dos avanços parlamentares sobre a autoridade real.” Os defensores dessa tese, em termos religiosos desejavam manter a Igreja oficial, o modelo episcopal, o Book of Prayers e a liturgia centrada nas festas tradicionais – acusadas de papista pelos puritanos.

As Guerras civis inglesas (1642-1649)

A I Guerra Civil

A guerra se tornou possível à medida que um campo realista foi sendo formado. Isso se deu como uma reação às ações consideradas radicais demais pelos reformadores moderados, aqueles defensores da constituição equilibrada. Em particular, estavam reagindo contra o radicalismo político contido nas exigências do líder parlamentar Pym de controlar as forças armadas e de nomear os ministros, e contra o radicalismo religioso contido nos projetos para abolir o episcopado e alargar os limites da tolerância. Também reagiam contra as ameaças à ordem; contra os motins provocados pelos cercamentos; contra a multidão que se manifestava no Parlamento; contra os perturbadores excessos da imprensa; contra o aparecimento de seitas religiosas as mais variadas.

A tensa situação política saiu de controle quando uma rebelião de irlandeses foi deflagrada em 1641. Essa revolta, levada a cabo pela minoria religiosa mais odiada na Inglaterra – a minoria católica – forçou as instituições a criarem um Exército, justamente num momento de antagonismos exacerbados entre o rei e os defensores de uma preeminência do Parlamento na política inglesa.

As suspeições recíprocas entre rei e Parlamento fizeram com que os líderes parlamentares mais radicais se preocupassem com o uso que o monarca faria dessas forças terrestres depois de esmagada a rebelião irlandesa. Assim, decidiram propor medidas inimagináveis para o sistema político inglês: exigiram o controle das forças armadas e o poder de nomear e demitir ministros.

Nesse contexto de polarização, somou-se ainda uma derrota régia na eleição dos membros para o governo de Londres. Em 1641, as forças opositoras ao rei venceram as eleições e, portanto, tiveram acesso a recursos importantes para a organização de forças militares que começaram a ser organizadas como milícias em 1641.

Em janeiro de 1642, iniciam-se movimentos hostis mais diretos, começando por um ataque preemptivo à oposição parlamentar. Acreditando contar com simpatias dos moderados e num momento de grande tensão quando da discussão das leis mais propostas pelos Comuns – retirada do controle do Exército das mãos do rei, exclusão dos bispos da câmara dos Lordes –, Carlos I ordenou a prisão de cinco líderes parlamentares e, mais ainda, num ato de desafio ao Parlamento, invadiu a Câmara dos Comuns com tropas, ato inconcebível para as elites inglesas e encarado como tirânico.



A invasão de Carlos I, contudo, foi um fracasso. Aqueles que o rei desejava prender conseguiram fugir e, pelo uso da força, o monarca alienou muitos parlamentares moderados. Esse movimento em janeiro levou à ruptura definitiva entre a Coroa e o Parlamento. Em agosto de 1642, depois de escaramuças diversas, iniciou-se a primeira guerra civil quando o rei convocou, em Nottingham, seus apoiadores.

A guerra civil inglesa não envolveu centenas de milhares de combatentes como as guerras da França Revolucionária. Os conflitos foram bem menores em escala e não causaram destruição em grandes proporções. No início da campanha, as forças reais mostraram-se superiores, mas com o passar do tempo, o Exército de Novo Tipo, instituição criada ao longo da guerra civil pelo Parlamento, obteve vitórias sucessivas e acabou por derrotar definitivamente o exército *cavalier* do rei.

Para além do elemento militar, algumas outras razões podem explicar a vitória parlamentar, dentre eles, o acesso a mais recursos, mais homens e mais dinheiro para levar a guerra adiante. O acesso a recursos por parte dos parlamentares foi assegurado pelo controle da maior cidade e maior porto da Inglaterra, Londres. Esse controle teve três grandes consequências:

1. Suporte da Milícia de Londres;
2. Acesso a impostos vultosos provenientes da taxaço do comércio marítimo;
3. Uma grande fonte de empréstimos – a City;

A derrota de Carlos I em 1646 não implicou na abolição da monarquia. Quando o rei decidiu negociar, os parlamentares dividiram-se entre aqueles que desejavam criar uma nova realidade constitucional e outros que desejavam forçar o rei a aceitar os termos da monarquia equilibrada, ou seja, figuras mais moderadas que não queriam subverter a ordem política existentes. Vigorou uma postura medianeira cujo resultado, nos termos de acordos negociados, foi: a aceitação do presbiterianismo por três anos na Inglaterra e o controle parlamentar das milícias – isto é, das forças terrestres – por dez anos.

A entropia da vitória (1647-1649)

A vitória parlamentar na guerra civil não resultou na pacificação do país. Isso porque o Exército de Novo Tipo transformou-se numa força política nova que buscou interferir nos rumos políticos do reino. Muitos jovens oficiais faziam parte de um movimento político conhecido como os “niveladores” que desejavam reformas profundas do ponto de vista político e religioso e não se furtaram de pressionar os grandes chefes do Exército a exigir essas mudanças do Parlamento. A esse elemento somou-se um outro, material: o atraso no pagamento dos soldos dos soldados.



A quebra definitiva entre o Exército de Novo Tipo e as forças parlamentares se deu em maio de 1647. Quando Carlos aceitou o presbiterianismo por três anos e o controle parlamentar das forças armadas por 10, o Parlamento, a 25 de maio, decidiu dispersar o Exército de Novo Tipo sem pagar os devidos salários.

Em resposta, o exército capturou o rei, retirando-o do controle de forças leais ao Parlamento. Autoconscientes de seu papel político, exigiram o expurgo das forças hostis ao Exército do Parlamento, o estabelecimento de um mandato fixo para os futuros Parlamentos, a garantia do direito de petição e a liberdade de consciência para os protestantes.

O Exército ocupou a cidade de Londres em agosto e iniciou tratativas com o rei para um acordo político. Carlos I, porém, escapou de seu cativeiro em 11 de novembro e buscou o apoio de escoceses e irlandeses contra os ingleses. A reação realista, contudo, foi muito mal organizada e rapidamente sufocada pelo Exército. Já em outubro de 1648 a guerra estava finalizada.

A duplicidade e o cinismo do rei tornaram-no objeto de suspeita de todos os atores políticos ingleses. Ainda assim, um grupo de parlamentares não desejava o fim da monarquia, temendo que o país viesse a cair num estado de anarquia política e social. O Exército de Novo Tipo, no entanto, adotou uma postura intransigente, exigindo a morte do rei. Em face da resistência dos moderados, o Exército purgou o Parlamento desses elementos (o *Pride's Purge*) em dezembro de 1648 e o grupo resultante – o *Rump Parliament* – levou adiante o julgamento do rei, acusado de traição, e aprovou sua decapitação, ocorrida em janeiro de 1649. O filho do falecido rei, Carlos II tentou continuar a luta contra o Parlamento, mas foi derrotado por Cromwell e o Exército de Novo Tipo.

Depois de vencidas as forças realistas pela segunda vez e morto o rei por ato parlamentar, o Parlamento Rump aprovou medidas que alteraram decisivamente a constituição inglesa e formaram um governo totalmente novo.

O governo do Rump (1649-1653) e de Cromwell (1653-1658)

O governo do Rump (1649-1653)

Com a morte do rei, o governo da Inglaterra passou integralmente para o Parlamento Rump até 1653. O Rump não levou adiante as reformas mais radicais, como aquelas defendidas pelos Niveladores do Exército de Novo Tipo nem coadunou com os realistas, sendo atacado por ambos.

Apesar de socialmente conservador, o Rump adotou medidas consideradas “revolucionárias” logo de início (fevereiro-maio de 1649):

- Aboliu a monarquia e todas as cortes especiais por ela criadas;
- Aboliu a Câmara dos Lordes;
- Definiu que o povo é a fonte originária de todo poder justo;



Em 1650, aboliu também a obrigatoriedade de participação no culto da Igreja Anglicana, até então oficial.

Para resolver o problema de interferência política do Exército, o Rump lidou com os pagamentos atrasados. Ato contínuo, iniciou a repressão aos elementos mais radicais dos Niveladores presentes nas forças armadas.

Ao período de governo do Rump também se deve:

- A vitória sobre os escoceses e irlandeses, unindo as ilhas britânicas sob um único governo, em 1653;
- O primeiro Ato de Navegação (09/10/1651) que estabeleceu que todo o comércio direcionado à ilha deveria ser feito em navios britânicos (uma medida protecionista típica do mercantilismo da época). Essa lei antagonizou os interesses comerciais dos holandeses e levou à primeira guerra por motivos comerciais da história moderna;
- Investimentos para o fortalecimento da marinha britânica;
- A reorganização do governo irlandês;

A moderação do Rump, principalmente nas reformas de caráter religioso, manteve acesa a insatisfação do Exército. Oliver Cromwell, grande líder parlamentar e militar, a partir de 1652, passou definitivamente para o lado do Exército e em 20/04/1653 dissolveu o Rump à força;

O Governo de Cromwell (1653-1658)

Cromwell, utilizando-se do Exército, nomeou uma nova Câmara – *Barebone's Parliament* – que, em Dezembro de 1653 aprovou um texto constitucional intitulado “Instrumento de Governo”, o primeiro do tipo da história da Inglaterra.

Esse “Instrumento” estabeleceu:

- A chefia do Executivo a um Lorde Protetor vitalício. Cromwell foi investido nesse cargo em 16/12/1653;
- Governos unicamerais para a Inglaterra, a Escócia e a Irlanda;
- Que o controle das milícias seria dividido entre o Parlamento e o Lorde Protetor;



- Um Conselho de Estado de cujo consentimento o Protetor necessitava para tomar medidas financeiras, apontar cargos importantes e controlar as forças armadas;
- A liberdade de culto para todas as denominações cristãs, com exceção ao catolicismo;

O governo de Cromwell foi marcado:

- Pela repressão aos radicais Niveladores, definitivamente liquidando com o grupo;
- Pela vitória sobre os holandeses em termos comercialmente favoráveis aos ingleses (1654). A paz também subtraiu o apoio holandês ao exilado Carlos II;
- Por uma política externa que retomou o prestígio inglês e colocou a Inglaterra numa situação capaz de projetar poder na Europa;
- Pelo definitivo controle inglês sobre a Irlanda e a Escócia;

Apesar do sucesso político de Cromwell, seu governo foi marcado por intensas disputas políticas, destacando-se a contínua luta entre os elementos civis da *Commonwealth* e os militares do Exército de Novo Tipo. O contínuo governo militar sobre a Irlanda e partes da Grã-Bretanha e, mais, a origem militar do Instrumento de Governo levaram o Parlamento a tomar medidas contra o controle (chamado por alguns de ditadura) militar sobre o país. Esse movimento parlamentar culminou na *Humble Petition and Advice* de 1657.

A *Humble Petition and Advice* foi a segunda e última constituição codificada do Reino Unido. Ela:

- Manteve a tolerância religiosa tal qual a do Instrumento de Governo;
- Criou uma Câmara Alta composta entre 40 e 70 membros, apontados por Cromwell e aprovados pelos Comuns;
- Ofereceu a Cromwell a oportunidade de se tornar rei, o que ele declinou;
- Deu o poder ao Lorde Protetor de apontar seu sucessor;

Da Restauração à Revolução Gloriosa

A morte de Cromwell em 1658 abriu nova crise no governo inglês. Seu filho, Richard Cromwell, assumiu o governo, mas não conseguiu simpatias do Exército nem do Parlamento. Incapaz de governar, Richard deixou o governo em 1659. No vácuo, o oficialato do Exército assumiu o governo interinamente.



A instabilidade política, somada à possibilidade de desordens sociais, levou o General Monck a apoiar o retorno dos Stuart ao poder.

Por meio da atuação política e militar de Monck, contando também com o apoio da elite inglesa, os parlamentares expurgados em 1648 retornaram ao Parlamento, restabelecendo o Parlamento Longo de 1640. Seu primeiro ato foi o de se dissolver, dando margem para eleições para um novo Parlamento legítimo (*Convention Parliament*), que decidiu convidar os Stuart em exílio de volta à Inglaterra para assumir a Coroa novamente, restabelecendo, portanto, a Monarquia.

O retorno da Monarquia, ironicamente, se deu sem qualquer garantia da permanência das instituições aprovadas desde 1640. A Restauração, assim, fazia os domínios dos Stuart voltarem ao *status quo* anterior à convocação do Parlamento Longo. Retornava-se com a Câmara dos Lordes, com o Conselho Privado do Rei, com a Igreja Anglicana episcopal.

À exceção de alguns poucos “regicidas”, todos foram perdoados pelos atos cometidos durante a Commonwealth por meio do *Act of Oblivion* (Ato de Esquecimento).

A Revolução Gloriosa (1688)

Enquanto o governo de Carlos II se passou sem graves crises entre o rei e o Parlamento, o governo de Jaime II não o foi e o motivo principal foi religioso.

Enquanto esteve exilado na França, Jaime II se converteu ao catolicismo. Apesar de ser um problema, o Parlamento o aturou porque sua filha e herdeira, Ana, era protestante. Contudo, em 1688, nasceu um filho, príncipe Jaime Stuart, e o rei o batizou na Igreja Católica. Os prospectos de uma dinastia católica se implantando eram intoleráveis para a elite parlamentar inglesa.

Para além do elemento religioso, também deve-se considerar que Jaime II deu continuidade a uma política centralizadora nas mãos da Coroa, uma tendência que já estava em alta no continente, principalmente na França de Luís XIV. A *gentry* parlamentar, contudo, inspirava-se no modelo holandês, de preeminência do Parlamento.

Assim, o Parlamento decidiu convidar o marido de Ana Stuart, Guilherme de Orange, príncipe holandês, para assumir a Coroa inglesa. Uma invasão holandesa foi articulada e rapidamente Londres caiu em seu poder. Jaime II, não tendo condições, nem vontade, de iniciar uma guerra civil, dirigiu-se para a França.

Para evitar que uma política “absolutista” fosse levada a cabo por Guilherme, o Parlamento forçou o novo rei a aceitar o *Bill of Rights*, considerada, *a posteriori*, como lei fundamental da Constituição Inglesa.

O *Bill of Rights* estabeleceu, dentre outras coisas:



- Que o rei não poderia dispensar a execução de uma lei sem consentimento do Parlamento;
- Que taxaço sem a permissáo parlamentar era ilegal;
- Que peticonar o rei era direito do súdito;
- Que manter um exército sem permissáo parlamentar era ilegal;
- Que as eleições deveriam ser livres;
- Que as discussões no Parlamento deveriam ser livres;
- Que as penas cruéis não deveriam ser infligidas;

A Revolução Gloriosa e o *Bill of Rights* fizeram surgir na ilha britânica um sistema de governo chamado “temperado”, no qual se misturavam os elementos monárquico, aristocrático (a Câmara dos Lordes) e “democrático” (a Câmara dos Comuns), dentro das categorias polibianas clássicas.

O regime inaugurado com a ascensão de Guilherme de Orange não significou de imediato a não-interferência do rei na política, tal como atualmente. Os reis ingleses continuaram a cumprir um papel político importante – apontando e demitindo ministros, por exemplo – até fins do século XIX.

A Inglaterra após a Revolução Gloriosa

Com a Revolução Gloriosa, a política externa inglesa alterou-se. A inimizade, fruto das disputas comerciais, com os holandeses, dissipou-se momentaneamente. A velha rival, França, voltou a ser o inimigo nacional principal – tanto pelo asilo dado a Jaime II quanto pela guerra que travava contra os holandeses. Em face das duas circunstâncias, a Inglaterra declarou guerra à França entrando na guerra dos 9 anos ou da Liga de Augsburgo.

Depois da Revolução Gloriosa, pode-se afirmar que a Inglaterra pacificou sua situação interna. Uma contestação mais ampla ao sistema político veio somente em 1830, com o movimento cartista, resolvido por meio de reformas políticas e sociais. Essa pacificação, a segurança da ilha contra ações externas e a forte Marinha dos anos da Commonwealth abriram espaço para um rápido desenvolvimento comercial, financeiro e econômico do governo britânico.

CACD 2014

Questão 51



A respeito do contexto da denominada Revolução Gloriosa (1688-1689), julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. A Revolução Gloriosa marcou o início de uma nova etapa da relação entre os monarcas ingleses e o Parlamento, cimentada pelo Bill of Rights (Declaração de Direitos), em 1689, na qual se estabeleceu que os reis, a partir daquele momento, necessitariam do aval dos representantes políticos para implementar medidas que afetassem áreas importantes da vida no reino.

Comentário:

A partir da Revolução Gloriosa, o rei não mais teria os mesmos poderes que seus antecessores, necessitando do Parlamento para aprovação de medidas políticas referentes, principalmente, sobre impostos e recrutamento. Pouco a pouco, os monarcas foram perdendo, inclusive, o poder de manter os ministros que desejavam, chegando ao ponto atual em que a Coroa se tornou símbolo, sem o poder de facto de apontar ou demitir ministros. Item correto.

2. Originária da Escócia, a dinastia dos Stuart reinava na Inglaterra desde a morte de Elizabete I, em 1603, apesar das constantes pressões políticas da oposição anglicana, que não se conformava com a entronização de uma linhagem católica.

Comentário:

A dinastia dos Stuarts de fato era escocesa. Sua última rainha católica até a entronização de Jaime I foi Maria Stuart, morta em 1587 a mando de Elizabeth I. Jaime I e Carlos I adotaram o protestantismo anglicano, afastando-se do calvinismo escocês. Depois da morte de Carlos I, a família emigrou para a França, onde ficaram até a restauração em 1660. Nesse período, o futuro Jaime II converteu-se ao catolicismo. Sua religião tornou-se um problema quando foi coroado em 1685. Com o batismo de seu herdeiro na Igreja Católica, a possibilidade de uma linhagem católica retornar ao poder passava a ser real. A insatisfação das elites anglicana e puritana reunidas no Parlamento passou à conspiração para derrubar Jaime II, golpe consumado em 1688. Em suma, a dinastia Stuart não era, desde Jaime I, católica. Item errado.

3. Em 1688, com a deposição de Jaime II, o parlamento inglês dividiu-se em dois grupos, tories e whigs, cujas características políticas correspondiam ao credo religioso professado: os tories, conservadores, eram católicos; os wighs, liberais, eram anglicanos.



Comentário:

A divisão entre Tories e Whigs não se dava por conta da religião. Os primeiros, ademais, não eram católicos. Ao contrário, advogavam por uma igreja anglicana mais forte. Inclusive, foram contra Jaime II exatamente pelo fato de ele ser católico. Uma dica galera: depois da reforma de 1534, quase não havia grupos que apoiassem o catolicismo na Inglaterra da idade moderna (com a exceção clara de Jaime II e um pequeníssimo grupo fora do poder). Se vir algo do tipo na prova, desconfie! Item errado.

4. Para contornar os problemas políticos criados pelo reinado de Jaime II, a solução sucessória, encontrada na Holanda, foi o genro do monarca inglês, Guilherme de Orange, que invadiu a Inglaterra a pedido da oposição e subiu ao trono como Guilherme III, envolvendo os ingleses em seus projetos de vencer militarmente a França de Luís XIV.

Comentário:

Esta seria uma questão fácil não fosse o detalhe no final sobre Luís XIV. Comumente, quando estudamos Revolução Inglesa, não vemos os desdobramentos no campo das relações internacionais da subida de Guilherme III, já que o período moderno tem muitas, muitas guerras. Mas, de fato, a subida do holandês ao trono inglês levou, como dito, à entrada da Inglaterra na guerra contra a França – na guerra chamada “dos Nove anos” ou “da Liga de Ausburgo”. Também não estranhe o termo “invasão”. Os holandeses realmente invadiram a Inglaterra, mas como Jaime II optou por não resistir militarmente, não houve derramamento de sangue. Item correto.



REVOLUÇÃO FRANCESA (1789-1799)

Antecedentes da Revolução

A Revolução Francesa foi o evento capital que marcou o fim da Idade Moderna e deu início à Contemporaneidade. Ao longo do processo revolucionário, as bases da sociedade até então existente foram questionadas e destruídas. Todos os elementos que marcavam o chamado “Antigo Regime” foram criticados e novas fórmulas foram pensadas e testadas, com variados graus de violência nesse processo.

As causas da Revolução Francesa são múltiplas e o consenso dos historiadores é o de que o regime político, social e econômico francês entrou em absoluta falência no final do século XVIII. O colapso generalizado das instituições francesas abriu as portas para o caos político que, somado a erros sucessivos da elite dirigente, deu azo para convulsões sociais cujo resultado foi a queda da monarquia, o ataque à religião estabelecida, o Terror Revolucionário e vinte cinco anos de guerras quase ininterruptas na Europa, dentre tantas outras transformações.

Antes de adentrarmos essas questões, contudo, é necessário deixar claro que uma característica marcante do Antigo Regime é a ausência de uniformidade, seja legal, fiscal, tributária ou qualquer outra. De modo que no texto que segue, será utilizada frequentemente a expressão “em geral” e outros similares para tratar da realidade francesa desse período, já que seria tarefa inglória e desnecessária colocar todas as exemplos dissonantes ao apresentado.

A sociedade estamental francesa

Se hoje compreendemos todas as nossas relações sociais e políticas a partir de uma perspectiva individualista – aliás, um dos frutos da Revolução Francesa –, a sociedade do Antigo Regime francês – como também de boa parte da Europa – entendia-se a si mesma como *corporativa*. Isso quer dizer que a sociedade se via como um “corpo” composto de vários membros, com diferentes obrigações que tinham por fim último o bem comum. Essa visão estava baseada numa visão de mundo cristã e encontrava embasamento quase literal nas Escrituras.¹

Essa perspectiva implicava numa organização social hierarquizada segundo as funções sociais exercidas por cada grupo. Essa hierarquia, por sua vez, manifestava-se de modo prático no sistema legal e político. Havia, assim, uma *desigualdade* inerente ao Antigo Regime: a lei não se aplicava a todos da mesma maneira, mas a

¹ Na Primeira Carta de S. Paulo aos Coríntios 12: 4—7; 12: “Os dons são diferentes, mas o Espírito é o mesmo. Há funções diferentes, mas o Senhor é o mesmo. Há trabalhos diferentes, mas é o mesmo Deus que dá a todos força para agirem. O Espírito manifesta-se em cada um para o bem comum. Assim como o corpo é um só e tem muitas partes e todas elas, apesar de muitas, formam um só corpo, assim acontece também com Cristo.”



cada um segundo as suas circunstâncias. Assim, havia grupos, corporações, famílias, instituições que, pelo papel social que exerciam (ou que se afirmava que exerciam), possuíam *privilégios*, isto é, leis próprias ou particulares. Os privilégios podiam tanto ser de natureza jurídica (como cortes especiais, penalidades mais brandas), fiscal (como menores impostos ou isenção completa), política (p. ex., somente certas famílias poderiam exercer certas funções) e/ou simbólica (como a participação de certos rituais ligados à vida do rei). Ou seja, os privilégios faziam parte do Antigo Regime e não estavam relacionados somente a questões de caráter econômico.

A hierarquia e os privilégios associados permitem-nos entrever o papel do *status* social nesse mundo pré-revolucionário. Mais do que o capital, era a posição social de um indivíduo, família, corporação e instituição que importava. Quer isso dizer que essa sociedade estamental não se classificava segundo os critérios de riqueza fundamentalmente, mas segundo o papel exercido e a função ocupada. Segundo Gail Bossenga, a riqueza era importante nesse universo – e cada vez mais, segundo avançava o século XVIII –, mas principalmente como instrumento para obter posições mais elevadas (por meio da compra de cargos, por exemplo) ou para manter um padrão de vida compatível com determinada posição social (p. ex., não seria considerado digno de um nobre viver uma vida modesta materialmente). Assim, o capital era um meio e não um fim em si mesmo e as escolhas dos indivíduos e grupos não obedeciam a critérios exclusivamente econômicos ou que partissem da racionalidade econômica de alocação de recursos. Por exemplo, era comum os membros dos altos estratos da burguesia gastarem imensas somas de dinheiro para obterem títulos nobiliárquicos cujo “retorno” financeiro era pequeno, mas cujo “retorno”, do ponto de vista do *status*, era considerável.²

Formalmente, essa sociedade francesa pré-revolucionária estava dividida em três estamentos ou ordens, quais fossem: o clero (1º estado), a nobreza (2º estado) e o 3º estado – que englobava o restante da população. Essa divisão, contudo, não pode ser vista de modo estanque, homogênea e coesa. Ao contrário, em cada uma das ordens havia outras subdivisões, fruto de clivagens internas, que são fundamentais para compreendermos o processo revolucionário mais adiante.

O clero era, demograficamente, o menor dos estamentos, com aproximadamente 60 mil sacerdotes, 136 arcebispos/bispos, além de membros das ordens religiosas. Apesar de seu pequeno número, possuía papel destacado pela relevância da religião católica para a sociedade francesa, ainda que, como veremos, essa relevância estivesse em declínio, pelo menos entre as elites letradas. Segundo a visão teológica da Igreja, o clero é fundamental para a dispensa da graça divina entre os fiéis, já que seriam os sacerdotes ordenados os únicos capazes de oferecer o acesso aos sacramentos, particularmente o da confissão e o da Eucaristia. Também, por meio da pregação, levariam ao conhecimento da população a Sagrada Escritura e exortariam os leigos a uma vida santa e moral. Nesse sentido, segundo a perspectiva da época, o clero era responsável pela “salvação das almas”, de modo que cabia ele a preeminência social, daí ser ele o primeiro estado.

O clero pode ser dividido de duas formas: entre o clero secular e o clero regular; entre o alto clero e o baixo clero. A primeira divisão refere àquela existente entre os sacerdotes que acompanham pastoralmente os fiéis

² BOSSENGA, Gail. “Society” IN DOYLE, William (org.). *Old Regime France*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 42-77.



(os seculares) e aqueles que vivem segundo uma regra (os regulares). Os seculares são os padres e bispos, os regulares, os membros das ordens religiosas (p. ex., os beneditinos, os franciscanos, os carmelitas etc.). A segunda divisão é baseada na hierarquia da própria Igreja, como também serve como parâmetro sociológico de análise. O alto clero era o estrato da Igreja que ocupava os cargos de direção da instituição. Dentre os seculares, compunha o alto clero os cardeais, os arcebispos e os bispos; dentre os regulares, os líderes das ordens regulares.

Não é porque os sacerdotes faziam parte de uma mesma instituição que eles possuíam unidade de vistas. Longe disso, frequentes eram os embates entre os membros da Igreja: entre padres e bispos, entre bispos, entre as ordens religiosas e os seculares. Particularmente nos é relevante a divisão entre alto e baixo clero e as disputas entre eles.

Como o clero católico é celibatário, seus membros são recrutados na sociedade circundante, de modo a desigualdade da sociedade de *status* também transpareciam dentro da Igreja. Assim, em geral, eram apontados para os cargos de comando da instituição aqueles indivíduos provenientes da nobreza, enquanto que os padres de paróquia – os “curas de alma” – provinham do Terceiro Estado. A diferença de origem e de experiências dentro da Igreja marcaram de modo claro como se posicionaram arcebispos/bispos e padres quando estourou a Revolução. Muitos dentre esses últimos consideraram legítimas várias das reivindicações dos membros do Terceiro Estado no início do processo revolucionário, enquanto numerosos (não todos) dentre os primeiros tentaram evitar a perda de seus privilégios. Essa diferença de origem social chegou a levar alguns historiadores a considerarem que, ao fim e ao cabo, existissem, na prática, dois estamentos – a nobreza e o terceiro estado –, sendo o clero um microcosmo do universo social circundante.

A nobreza francesa, tal como o clero, era pequena em número, com estimativas variando entre 120 mil e 350 mil membros no século XVIII. Ocupava, porém, papel de destaque na sociedade, na economia e na política francesas. As divisões da nobreza eram, contudo, muito mais profundas e destacadas que aquelas existentes entre o clero. Entre os nobres, havia divisões de toda sorte, das quais destacaremos: as diferenças em origem, em titulação, nas funções exercidas e, também, no acesso a recursos – materiais e simbólicos.

Começemos pelas diferenças mais simples, aquelas de titulação. Aqui a hierarquia se dava entre aqueles que possuíam título mais elevado e menos elevado. Em primeiro lugar, encontramos o monarca e sua família direta, o pináculo da nobreza. Em sequência, os familiares mais distantes do rei e, descendo a hierarquia – em geral –, os duques, os marqueses, os condes etc. até os barões e figuras enobrecidas pelos cargos que exerciam. Os nobres mais elevados, sem dúvida, não se viam como iguais nesse mundo fortemente marcado pelo *status* aos mais embaixo da escala de nobreza.

Depois temos a diferença na origem do título de nobreza, entre a “nobreza de espada” e a “nobreza de toga”. A primeira era aquela que remontava sua titulação a períodos distantes, geralmente ao medievo e às famílias nobres guerreiras – daí a “espada”. A nobreza togada era aquela formada por indivíduos provenientes da mais alta burguesia que tinha condições de comprar cargos na administração do Estado e, assim, obter o enobrecimento. Os cargos mais procurados, em geral, eram aqueles nos tribunais – os *Parlements* –, daí a “toga”. A nobreza de espada, mesmo aqueles com títulos baixos na hierarquia, guardavam certo preconceito para com os togados, já que tinham suas raízes mais recentes – a prática de venda de cargos



tornou-se mais comum no século XVI e se tornou disseminada no século XVII – e provinham do terceiro Estado – geralmente comerciantes ou banqueiros. A nobreza togada, por sua vez, espelhava-se na nobreza de espada e buscou assimilar o “viver nobremente”, mas não obteve sucessão em ser reconhecida plenamente pelos “superiores”. No que se refere à nossa história da Revolução, devemos destacar que foi justamente essa nobreza togada aquela a iniciar a “Revolta Aristocrática”, a fase inicial da Revolução, em defesa de seus próprios privilégios e reconhecimento de sua força política.

Além dessas duas divisões, a nobreza ainda se dividia entre aqueles que tinham acesso aos cargos de direção do Estado – a nobreza que vivia na Corte e estava “disponível” ao rei – e aqueles que viviam nas províncias; mais ainda entre os nobres com grandes recursos e aqueles mais empobrecidos. Em geral, os nobres com dinheiro viviam na Corte, enquanto os menos endinheirados, nas províncias, ainda que não seja uma regra universal.

Por fim, temos o Terceiro Estado. Esse estamento era o mais diverso na França pré-revolucionária. Isso porque, nas palavras de Abade Sieyès, o Terceiro Estado era “tudo”, era a “nação francesa”. Dentro desse grupo encontramos por volta de 98% da população da época – isto é, 98% dos aproximadamente vinte e sete milhões de habitantes do reino. Desse total, cerca de 80% vivia no campo, camponeses que variavam desde trabalhadores sazonais sem terra a pequenos proprietários de terra, passando por arrendatários de terras da Igreja, de nobres ou de outros camponeses. O restante habitava as cidades, destacando-se nesse caso Paris, de longe a mais populosa com mais de 600 mil moradores. Entre esses burgueses – isto é, os habitantes das cidades –, a escala social ia desde os medicantes, passando pelos trabalhadores empobrecidos, os trabalhadores das guildas, os comerciantes a retalho, os profissionais liberais (professores, médicos, advogados) até chegar aos grandes comerciantes e banqueiros.

Os dois primeiros estamentos ficaram conhecidos, inclusive tratados assim à época, como os “estados privilegiados”. Isso porque boa parte da riqueza da nobreza como da Igreja estava isenta ou pagava reduzidos impostos – isso para além do controle político do país. A reclamações do Terceiro Estado nesse aspecto era bem embasada: de fato, a maior parte dos impostos recolhidos pelo governo francês recaía sobre os “plebeus”, particularmente sobre o campesinato. Mas isso não quer dizer que o Terceiro Estado estivesse excluído do acesso a seus próprios privilégios, ou, usando a terminologia da época, seus “direitos próprios”. Assim, certas cidades, guildas, corporações de camponeses ou de comerciantes etc. também conseguiam algum tipo de reconhecimento do governo e “mercês” para si. Não deixavam, contudo, de pagar muitos tributos e de permanecerem excluídos da política.

Deve-se deixar bem claro que a sociedade pré-revolucionária não era completamente imóvel. Havia meios de se sair do Terceiro Estado em direção aos estratos superiores: a entrada na Igreja ou a compra de cargos. Esses mecanismos, evidentemente, não interessavam (no caso da Igreja) ou não estavam à disposição da esmagadora maioria da população.

À medida que a sociedade francesa foi se diversificando e se dinamizando ao longo da Idade Moderna, essas diferenças baseadas no *status* e no nascimento foram se tornando cada vez mais inaceitáveis para o Terceiro Estado. A incapacidade da elite social do Antigo Regime de reformar-se e abrir caminhos mais largos de ascensão social e participação política criou cada vez maiores animosidades entre os “estamentos



privilegiados” e o Terceiro Estado. Pedidos por mudanças começaram a se tornar mais intensos na segunda metade dos Setecentos, particularmente com o avanço do Iluminismo.

Tendo visto como se organizava, em traços gerais, a sociedade francesa no Antigo Regime, passemos para as questões políticas – melhor seria dizer, de cultura política – da França pré-revolucionária.

A cultura política da França do Antigo Regime

Para compreendermos a forma de governar da França do Antigo Regime precisamos voltar ao conceito de *monarquia corporativa* e então adentrarmos a construção do Estado francês ao longo da Idade Moderna.

Conforme visto, a sociedade do Antigo Regime via-se como um corpo, cada membro com suas funções específicas e todos em busca do bem-comum. Como toda sociedade, no entanto, tem conflitos internos – poderíamos dizer, “doenças no corpo” –, havia a necessidade de arbitrá-los de modo que nunca se perdesse de vista a ideia do bem-comum. O rei exercia, segundo esse modelo de sociedade, um papel fundamental: o rei era a cabeça do corpo que distribuía a justiça e respondia às disputas entre as partes constituintes do corpo político. Assim, sendo, não era um rei que fazia o que bem entendia, nem tinha a totalidade do poder em suas mãos. Dividia com a nobreza, particularmente a alta nobreza, parte das prerrogativas do Estado – tributar e recrutar. Nesse sentido, na Idade Média e no início da Idade Moderna, o rei era, acima de tudo, um juiz, um árbitro e um *primus inter pares* com relação ao restante da nobreza. Cabia-lhe dispensar a justiça em última instância, entendida à época como “dar a cada um o que lhe é devido”, longe do princípio atual de aplicação de leis gerais a casos particulares. O rei-juiz era, antes, um casuísta, isto é, aplicava a justiça caso a caso.

Ao longo do período moderno, contudo, esse papel real foi se tornando cada vez mais robusto, a ponto de, às vésperas da Revolução, Luís XVI concentrar em si todos os poderes do Estado e governar em seu próprio nome. Por quais rumos trilhou a França para alcançar esse grau de concentração e centralização?

Vale dizer, antes de iniciarmos, que o processo de concentração de poderes e centralização político-administrativa nas figuras reais não foi um processo tipicamente francês, mas encontra-se em vários outros Estados do período. Dito isso, é igualmente relevante afirmar que o caso francês, como o russo, destaca-se nesse período e chegou, durante o reinado de Luís XIV, a ser exemplo para outras monarquias europeias.

O processo de acúmulo de poder nas mãos reais pode ser remontado ao reinado de Francisco I, rei do início do século XVI, mas efetivamente ganhou maior força a partir do reinado de Luís XIII, no início do século XVII. O movimento de expansão do poder real na França pode ser explicado por alguns fatores: a expansão da burocracia régia, a formação de Exércitos permanentes e a luta vitoriosa contra a grande nobreza. Vários desses fenômenos ocorreram *pari passu* e os separamos para que a exposição fique mais didática.

A expansão da burocracia foi um movimento típico da França na Idade Moderna e respondeu ao anseio dos monarcas de gerirem melhores seus domínios, principalmente no que se refere à tributação e ao recrutamento.



Particularmente, essa expansão ganhou forte impulso no reinado de Luís XIII graças a seu ministro, o cardeal Richelieu. Esse estadista francês tomou medidas para fortalecer o poder real, central, em detrimento dos particularismos dos nobres e reorganizou em vários aspectos a administração francesa.

Dentre as ações tomadas por Richelieu encontra-se a criação do cargo de “intendente”. Esses funcionários eram apontados pela Coroa para administrarem as diversas partes país. Tinham a particularidade de serem leais à Coroa e executarem suas funções sem se ligarem às forças locais. Segundo Tocqueville, os intendentos foram fundamentais para dar aos reis poder de intervenção em todo o reino da França:

O intendente possui toda a realidade do governo. O intendente é um homem de origem comum, sempre de fora da província, jovem com a fortuna por fazer. Não exerce seus poderes por direito de eleição, de nascimento ou de ofício comprado; é escolhido pelo governo entre os membros inferiores do conselho de Estado e é sempre destituível. (...) Em suas mãos estão acumulados todos os poderes que o próprio conselho possui; exerce-os todos em primeira instância. Como o conselho, é administrador e juiz. Corresponde-se com todos os ministros; na província, é o agente único de todas as vontades do governo.³

Para além desse cargo e de outras mudanças de caráter puramente administrativo – criação de novos tributos que financiavam a Coroa (dentre os quais o imposto do sal – a *gabelle* – e a criação de monopólios, por exemplo –, a Coroa, principalmente com Luís XIV, contrabalançou o poder dos grandes nobres ao mesmo tempo que ampliou sua burocracia ao expandir a prática da venalidade de cargos. Essa venalidade refere-se à prática de venda de cargos na administração que resultavam, por vezes, no enobrecimento. Queremos dizer, a criação da nobreza togada faz parte desse processo de centralização de poder e de ampliação da capacidade interventora do Estado nas localidades, cooptando as elites do Terceiro Estado para a Coroa em detrimento de seus laços clientelares com as nobrezas locais.

As mudanças realizadas por Richelieu e por seus sucessores, destacando-se Mazarin, mas também Colbert, no século XVII, não foram bem recebidas pela grande nobreza, que se ressentiu da perda de poder. Os grandes nobres, contudo, não foram capazes de reverter esse movimento, ainda que tenham tentado. Isso porque, paralelamente à ampliação da burocracia, observa-se nos mesmos Séculos a criação de um Exército permanente, que ao longo do tempo foi se tornando cada vez maior.

Os exércitos permanentes foram uma inovação da Idade Moderna. A guerra, na Idade Média, era sazonal e as forças eram dispersadas uma vez que os conflitos terminavam. A partir do século XV, contudo, os vários principados – e com mais força aqueles que eram maiores e mais populosos – passaram a manter forças terrestres em prontidão. Essa mudança esteve vinculada às modificações na própria maneira de fazer a guerra:

³ TOCQUEVILLE, Alexis. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 43.



as inovações tecnológicas – o canhão e as armas de fogo em geral – requeriam grandes somas de dinheiro para serem incorporadas ao Exército como também treinamento para serem bem utilizadas. Assim, não mais era possível contar somente com um exército de camponeses mal treinados e alguns cavaleiros para guerrear.

Se na Idade Média o rei necessitava sempre do apoio de seus vassallos nobres para formar seus exércitos, a partir da Idade Moderna, os elementos acima elencados foram fazendo dos monarcas os únicos com recursos suficientes para manterem forças permanentes. Isso não quer dizer que, de hora para outra, tudo mudou. Os nobres continuaram sendo relevantes para se fazer guerra na Europa Moderna, mas seu papel e relevância foram diminuindo à medida que as tendências descritas anteriormente se impuseram.

Foi essa inovação que deu aos reis franceses a capacidade de vencerem as resistências aristocráticas à centralização administrativa levada à cabo por Richelieu e seus sucessores. Assim foi que Luís XIII venceu sucessivamente seu irmão nas variadas revoltas que tentou contra ele ou, de modo mais notável, que os ministros de Luís XIV foram capazes de vencer a Fronda, grande revolta de nobres do século XVII que buscou reverter as tendências de fortalecimento do poder real e que fracassou em face da atuação firme de Mazarin e das forças reais leais à Coroa.

Depois de vencida militarmente, a grande nobreza foi, ao longo do reinado de Luís XIV, cooptada pelo poder real. O “Rei Sol” trouxe para seu palácio em Versalhes os nobres e os “domesticou” por meio do estabelecimento de uma cultura de Corte que estimulava a competição deles pelo favor real. Ao final de seu longo reinado, Luís XIV legou a seu neto, Luís XV, uma monarquia absoluta, que concentrava em si os poderes de Estado e não era rivalizada por nenhum outro polo de poder.

Essa pacificação das elites realizada nas décadas finais do século XVII, contudo, não foi *in aeternum*. Ao final do reinado de Luís XV, novas resistências ao poder real se articularam, naquele momento a partir dos *Parlements* e da nobreza togada. Essa “Revolta Aristocrática”, no entanto, veremos noutra ocasião.

Logo acima afirmamos que Luís XIV legou a seus sucessores uma *monarquia absoluta*. O que significa essa expressão? De que maneira ela diverge do modelo do início da Idade Moderna?

O conceito de *Monarquia Absoluta* é um dos mais complexos de história moderna porque relaciona-se com o conceito de “absolutismo” e entremeia-se de preconceitos originados no contexto da própria Revolução Francesa. Vamos então desenredá-lo.

O conceito de “poder absoluto” dos reis remonta a disputas acerca da soberania real que provinham da Baixa Idade Média. Nesse fim do medievo, duas teses acerca da origem do poder se digladiavam: uma defendia que a *summa potestas* estava nas mãos do Imperador (leia-se do Sacro Imperador, “herdeiro” de Carlos Magno) e que todos os demais príncipes deviam, em última análise, algum grau de obediência a ele; a outra, a de que o poder restava nas mãos do Sumo Pontífice como Vigário de Cristo na terra. Partindo da passagem de S. Paulo de que todo poder vem de Deus, os papas articularam o argumento de esse poder era mediado pelo Romano Pontífice, que “agraciava” o imperador e os demais príncipes com ele.



No contexto da Renascença e da Reforma protestante, essas duas teses implodiram e por motivos diversos. No que se refere especificamente à França, Jean Bodin, no século XVI, foi um dos primeiros a defender a tese de que o rei da França não devia obediência nem seu poder a ninguém, se não a Deus ele mesmo. O monarca francês seria, assim, “absoluto” na França, não tendo ninguém acima de si para poder julgar seus atos ou questionar sua soberania. Nesse sentido, nos Quinhentos, a ideia de uma “monarquia absoluta” referia-se à soberania dos reis frente à autoridade papal e imperial.

Essa foi uma das primeiras defesas do poder do rei como alguém mais que um *primus inter pares* dos demais nobres de seu reino, além de reafirmar a soberania real diante dos ataques vindos da Santa Sé e do Sacro Imperador. Ao longo do tempo, à medida que se desenrolavam os processos narrados anteriormente, contudo, a *monarquia absoluta* foi se transformando em algo mais, recebendo novos conteúdos. Tendo o rei submetido os grandes do seu reino, concentrado em si todos os poderes – isto é, tornando-se o único *lôcus* do poder no país –, a *monarquia absoluta* passou a significar não somente esse aspecto de soberania real, mas o modelo mesmo de concentração de poderes, uma novidade da Idade Moderna.

De que maneira essa concentração de poderes na figura do rei pode ser considerado um fator explicativo para a eclosão da Revolução Francesa? Podemos elencar dois elementos explicativos: o fechamento do sistema político e a corrosão da legitimidade da monarquia ao se associar pessoal e diretamente o rei aos fracassos do governo.

O fortalecimento do poder real, a concentração de poderes na figura do monarca, que veio depois a ser chamado de *Absolutismo régio*, tornou menos permeável o sistema político às demandas sociais tanto da nobreza quanto das classes urbanas que se tornavam maiores, mais relevantes e mais dinâmicas. Tendo as instâncias decisórias locais perdido progressivamente poder para a Corte, as demandas sociais ficaram represadas e as classes letradas pouco a pouco foram se ressentindo disso. Como diz Tocqueville: desde o fim da Idade Média, os franceses perderam “a liberdade política e todas as franquias locais”.⁴

Mais ainda, tendo o rei tomado para si o sumo poder de legislar, executar e julgar, vários instrumentos criados nesse modelo de governo passaram a ser vistos como abusivos. Nesse particular, destaca-se a famosa *lettre de cachet*, um decreto que, por mera vontade do rei, poderia exilar, mandar prender ou sentenciar a outras penas quaisquer indivíduos, sem qualquer tipo de julgamento e sem a possibilidade de recurso a outra instância – afinal, a ordem veio da última instância diretamente.

Foi nesse contexto de fechamento político, de retirada de poderes das localidades e dos nobres que escreveu Montesquieu sua obra mais famosa, o *Espírito das Leis*. Nesse texto, o barão defende para a França um modelo de monarquia temperada. Nela, a nobreza deveria voltar a ter um papel político relevante, como uma espécie de poder intermediário no país que pudesse se opor tanto aos excessos do poder real quanto aqueles da massa da população.

⁴ Tocqueville, op. cit., p. 108.



Por outro lado, ao tomar para si plenamente todos os poderes e passar a governar ativamente – muito diferente, portanto, daquele rei que somente guerreava e distribuía a justiça –, os monarcas passaram também a sofrer as consequências das medidas adotadas. Antes da concentração de poderes e da centralização administrativa ocorrida ao longo dos séculos XVI e XVII o rei não era pessoalmente atacado pelos fracassos ocorridos. Depois desse processo multissecular, a ele recaíam os problemas do reino.

As críticas dirigidas pessoalmente à Coroa passaram a minar a legitimidade do governo monárquico, tanto pior quanto o regime se fechava e se ampliava a opinião pública letrada. A corrosão da mística monárquica foi fator determinante para que o governo perdesse a capacidade de dirigir e obtivesse a obediência de seus súditos – incluindo de seus soldados – quando a situação econômica precipitou a implosão do governo em fins da década de 1780.

As origens culturais da Revolução Francesa

As origens culturais da Revolução Francesa são as mais variadas. Roger Chartier, em seu famoso estudo, desenvolveu, em sete capítulos, três questões culturais essenciais, quais sejam: a influência das ideias iluministas francesas, a imprensa e o desenvolvimento da opinião pública e, finalmente, a secularização e a dessacralização da monarquia.⁵

Utilizaremos como guia de estudo essas questões levantadas por Chartier, complementando-as com outros estudos para conseguirmos criar um quadro geral da cultura francesa no Antigo Regime, particularmente o panorama da segunda metade do século XVIII.

O movimento iluminista e a circulação de ideias

O Iluminismo ou Ilustração ou ainda Esclarecimento foi um dos movimentos intelectuais mais relevantes da Idade Moderna e seus impactos podem ser discernidos até hoje. Como compreender o conceito? O que ele significou à época? Como os filósofos encaravam esse contexto intelectual?

⁵ O autor divide da seguinte maneira sua obra: I. Iluminismo e Revolução; Revolução e iluminismo; II. A espera pública e a opinião pública; III. O caminho de imprimir; IV. Será que livros fazem revoluções?; V. Descristianização e secularização; VI. Um rei dessacralizado; VII. Uma nova política cultural; VIII. As revoluções têm origens culturais?. Cf. CHARTIER, Roger. *As origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Unesp, 2009.



Para responder a essas questões, vamos nos servir de Immanuel Kant, filósofo alemão que respondeu precisamente à questão: “O Que é o Esclarecimento?” [*Was ist Aufklärung?*]

O Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria se a sua causa não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo sem a orientação de outrem. *Sapere aude!* [Ouse saber!] Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Esclarecimento.

(...) Mas, para esta ilustração, nada mais se exige do que a liberdade; e, claro está, a mais inofensiva entre tudo o que se pode chamar liberdade, a saber, a de fazer um uso público da sua razão em todos os elementos. Agora, porém, de todos os lados ouço gritar: não raciocines! Diz o oficial: não raciocines, mas faz exercícios! Diz o funcionário de Finanças: não raciocines, paga! E o clérigo: não raciocines, acredita! (...) Por toda a parte se depara com a restrição da liberdade. (...) Se, pois, se fizer a pergunta—Vivemos nós agora numa época esclarecida? — a resposta é: não. Mas vivemos numa época do Iluminismo. Falta ainda muito para que os homens tomados em conjunto, da maneira como as coisas agora estão, se encontrem já numa situação ou nela se possam apenas vir a pôr de, em matéria de religião, se servirem bem e com segurança do seu próprio entendimento, sem a orientação de outrem. Temos apenas claros indícios de que se lhes abre agora o campo em que podem actuar livremente, e diminuem pouco a pouco os obstáculos à ilustração geral ou à saída dos homens da menoridade de que são culpados.⁶

A resposta de Kant é bem direta: o Esclarecimento é um processo de busca por autonomia intelectual que se desenrola no tempo. O que quer dizer essa autonomia? Quer dizer pensar por si mesmo, utilizando as suas faculdades racionais para questionar todos os aspectos da vida; é usar de sua própria razão para guiar-se no mundo. Para tanto, o Esclarecimento exige liberdade – de circulação de ideias, de imprensa, de reunião, religiosa etc. Somente num regime tal é possível exercitar as faculdades racionais e superar a menoridade intelectual.

O Iluminismo, como movimento em geral, tinha, portanto, uma ênfase na Razão. Entre os mais variados autores dessa metade do século XVIII encontram-se questionamentos às realidades social, política, religiosa, econômica e jurídica do Antigo Regime. Os *philosophes*, como eram conhecidos na França, passavam tudo pelo crivo da razão e apontavam o que percebiam como irracionalidades de seu mundo: a ausência de uniformidade no

⁶ O pequeno opúsculo de Kant pode ser encontrado traduzido aqui: http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf



sistema jurídico; a existência de privilégios e as distinções baseadas no nascimento; os entraves econômicos; a ausência de liberdade religiosa etc.

O projeto dos filósofos iluministas era de alterar substancialmente o mundo em que viviam ao racionalizar as instituições e a vida social. Ao mesmo tempo, visava ampliar o acesso à educação para que todos pudessem, com a devida formação intelectual, sair das trevas da ignorância à luz da Razão – a díade Trevas/Luz era comumente utilizada no período e esse período chegou a ficar conhecido como o “Século das Luzes”. Essa visão filosófica estava imbuída, assim, das ideias (associadas, deve-se dizer) de *progresso* e de *perfectibilidade humana*. Esses dois conceitos são muito relevantes para se compreender a história contemporânea como, também, as várias fases da Revolução Francesa.

No conceito de “progresso” foram articuladas de modo inovador as categorias temporais de passado, presente e futuro. Segundo Reinhart Koselleck, o conceito colocou maior ênfase no futuro que no passado ao sintetizar a ideia de que o amanhã seria melhor do que o hoje.

O que nos importa aqui, antes de tudo, é lembrar que o progresso estava voltado para uma transformação ativa deste mundo (...). A novidade era a seguinte: as expectativas para o futuro se desvincularam de tudo quanto as antigas experiências haviam sido capazes de oferecer. (...) Afirmar que nenhuma experiência anterior pode servir de objeção contra a natureza diferente do futuro torna-se quase uma lei. O futuro será diferente do passado, vale dizer, melhor. (...) O “progresso” é o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa.⁷

Também a convicção da “perfectibilidade humana”, isto é, que os seres humanos são capazes de se tornarem moralmente cada vez melhores representou uma quebra radical com a tradição intelectual existente no Ocidente. Até então vigorava a cosmovisão cristã acerca da natureza humana, qual seja, a de sua decadência que somente pode ser redimida pela graça de Deus. A perspectiva iluminista de que homens e mulheres seriam capazes de, por meio de suas próprias forças e pelo progresso dos costumes, das instituições, da moral e da educação, tornarem-se morais, virtuosos, sem a graça divina alterou substancialmente a forma de se encarar a vida, as relações sociais e, fundamentalmente, a relação entre o Estado e a população.

Esse conjunto de ideias levaram os governos europeus a buscarem meios de acelerar o progresso moral e material de seu povo. Assim, observam-se nos Setecentos grandes investimentos nos mais diversos Estados na expansão do sistema educacional e, mais, medidas reformistas vários setores: eclesiástico, militar, jurídico,

⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 318; 320.



econômico etc. Essa nova visão do que significava governar deu aos revolucionários franceses mais tarde a convicção de que o Estado seria capaz, de cima a baixo, de refazer a sociedade e criar uma República e um povo virtuosos, nem que para isso tivesse de usar de violência extremada – como ocorreu no período do Terror jacobino. Em suma, o pensamento iluminista, principalmente francês, forneceu aos revolucionários um arcabouço intelectual novo que se desdobrou na prática na tentativa de fundar uma nova sociedade moral a partir da intervenção governamental.

Essa apresentação sumária do movimento iluminista precisa, contudo, ser matizada. Isso porque há historiadores, como Gertrude Himmelfarb, que questionam a ideia de UM único Iluminismo. Segundo a autora:

Falar de “o Iluminismo” como tenho feito é uma concessão ao uso popular do termo. Poucos acadêmicos dividem atualmente a confiança de Peter Gay no Iluminismo, um único Iluminismo, muito embora essa seja ainda a concepção geral que se tem dele. “Houve apenas um único Iluminismo”, anuncia Gay na primeira sentença de sua trilogia. Em vários momentos ele apresenta esse Iluminismo como uma família, um coro, um exército, um partido, contendo diferentes indivíduos em diferentes países com diferentes opiniões, mas todos eles unidos com um objetivo comum, um “único estilo de pensamento”. (...) Apesar das mais recentes demonstrações de historiadores de que o Iluminismo foi tão variado, entre países e entre indivíduos, a ponto de contestar o uso do termo no singular, o Iluminismo ainda é associado, quase invariavelmente, com o Iluminismo francês (...).⁸

Quer essa historiadora dizer que o movimento foi plural e não pode ser reduzido ao pensamento francês. Arremata Himmelfarb: “Todos [os movimentos iluministas] compartilharam alguns traços comuns: um respeito pela razão e pela liberdade, pela ciência e indústria, justiça e bem-estar. Mas essas ideias assumiram formas significativamente diferentes e foram perseguidas por diferentes caminhos em cada país”.⁹

No caso francês, prevaleceu o que essa autora chamou de “ideologia da razão”, diferente da “sociologia das virtudes” dos britânicos ou a “política da liberdade” dos norte-americanos. Vamos entender, então, o que significou essa “ideologia da razão”, que concerne mais diretamente a nossos estudos aqui.

O movimento iluminista francês foi e é ainda, sem sombra de dúvida, um dos mais famosos. Isso se deve não somente às ideias desenvolvidas pelos *philosophes* – que, sim, foram muito relevantes –, mas também a dois outros elementos, quais fossem, a efetividade em disseminar seus trabalhos e, mais ainda, à própria Revolução, que se inspirou diretamente em muitos desses filósofos.

⁸ HIMMELFARB, Gertrude. *Caminhos para a Modernidade*. São Paulo: É Realizações Editora, 2011, p. 16-17.

⁹ Idem, p. 35.



A característica mais marcante do Iluminismo francês foi, com a notável exceção de Montesquieu, a ênfase quase exclusiva na Razão humana. Como foi escrito na Enciclopédia: “Razão é para o filósofo o que a graça é para o cristão. A graça move o cristão a agir, a razão move o filósofo”.¹⁰ A Razão, tornada centro das preocupações dos filósofos, levou à formação de pensamentos cada vez mais abstratos, separados da realidade concreta. Como explica Tocqueville:

Enquanto na Inglaterra os que escreviam sobre o governo e os que governavam estavam juntos, uns introduzindo na prática as ideias novas e os outros retificando e circunscrevendo as teorias por meio dos fatos, na França o mundo político permaneceu como que dividido em duas províncias separadas e sem contato entre si. Na primeira administrava-se; na outra estabeleciam-se os princípios abstratos nos quais toda a administração deveria fundamentar-se. Aqui se tomavam medidas particulares que a rotina indicava; lá proclamavam-se leis gerais, sem nunca pensar nos meios de aplicá-las: para uns a condução dos assuntos; para outros, a direção das inteligências. Acima da sociedade real, cuja constituição era ainda tradicional, confusa e irregular, onde as leis continuavam diversas e contraditórias, as posições sociais nitidamente demarcadas, as condições fixas e os encargos desiguais, construía-se assim pouco a pouco uma sociedade imaginária na qual tudo parecia simples e coordenado, uniforme, equitativo e conforme a razão. Gradualmente, a imaginação da multidão desertou a primeira para recolher-se à segunda. Desinteressaram-se do que era e puseram-se a pensar no que podia ser, e por fim viveram pelo espírito naquela cidade ideal que os escritores haviam construído.¹¹

O foco dado à Razão e às abstrações levou os *philosophes* franceses, por um lado, a estabelecerem como inimiga de primeira ordem a Igreja Católica e, por outro, a proporem esquemas e soluções para os problemas que acreditavam viver sem qualquer embasamento na vida real. Como exemplos notáveis de autores que apresentavam essas ideias anticlericais e anticristãs temos Voltaire, Diderot, Barão de Holbach. Como exemplo de pensadores que não tinham experiência prática e propunham as mais variadas mudanças na vida econômica da França, o fisiocrata François Quesnay.¹²

A crítica constante à religião e às instituições do Antigo Regime como todo por parte dos *philosophes* franceses contribuiu para a politização das camadas letradas, exclusas do processo político. Igualmente, contribuiu para o processo de dessacralização e secularização da sociedade, que atingiu os píncaros da radicalização no

¹⁰ *Apud* Idem, p. 194-195.

¹¹ Tocqueville, op. cit., p. 161.

¹² Muitas medidas defendidas pelos fisiocratas foram implementadas antes da Revolução, mas causaram grande caos econômico nos primeiros anos de implementação. Como consequência da implementação da política de liberação do mercado de grãos, os preços de comida dispararam, piorando e muito a vida dos mais pobres.



movimento de “descristianização” do período do Terror. A recepção dessas ideias abstratas pelos letrados fez com que o regime fosse perdendo legitimidade perante os súditos, dificultando ao rei manter controle da situação política quando o caos econômico exigiu reformas profundas do Estado.

Uma notável exceção a essa caracterização do Iluminismo francês foi Montesquieu. O Barão de Montesquieu foi um dos poucos filósofos franceses dos Setecentos a realizar suas reflexões teóricas sobre a política partindo de análises da história e da realidade político-social da França e de alhures. Uma proposta feita por Montesquieu em seu famoso livro *O Espírito das Leis* era a de que a nobreza deveria voltar a ter um papel relevante na política, voltando a ser – segundo sua perspectiva – uma camada intermediária entre o rei e os súditos, um polo de poder capaz de impedir os excessos de parte a parte.

Essa sua análise, como também suas teses sobre a separação de poderes, tinha, ao menos, duas origens: seu trabalho no *Parlement* de Bourdeaux e a experiência da Inglaterra, cuja história ele conheceu e cujas instituições estudou. O Barão foi dos poucos, portanto, que tinha experiência prática na administração, razão pela qual suas ideias, se iam de encontro à monarquia absoluta francesa, não eram radicais. Interessantemente, durante o processo revolucionário, Montesquieu foi ora admirado ora detestado, variando a percepção de sua obra segundo as facções que ocupavam o poder mudavam. De modo que no início da Revolução, entre 1789 e 1791, seu trabalho foi fonte de inspiração para os deputados e constituintes. Depois, durante o período jacobino, foi execrado tanto por ter sido nobre quanto pelo sistema que propunha. Voltou a ser lido e suas ideias a serem aplicadas durante o Diretório.

Para fecharmos esta seção, devemos destacar um outro filósofo, mas que não é considerado um iluminista: Jean-Jacques Rousseau. Rousseau foi crítico do iluminismo e das teses do progresso e da perfectibilidade humana. As ideias políticas de Rousseau e sua tese acerca da natureza humana são fundamentais para compreendermos o processo revolucionários.

Em relação ao primeiro elemento, Rousseau defendeu a ideia de “soberania da nação”, em evidente conflito com a legitimidade monárquica do período e apresentou o conceito de *Vontade Geral*. Esse conceito foi desenvolvido a partir de seu dilema político de como conjugar liberdade e autoridade. Para Rousseau, a Vontade Geral deveria ser obedecida legitimamente porque:

é sempre certa e tende sempre à utilidade pública; donde não se segue, contudo, que as deliberações do povo tenham sempre a mesma exatidão. (...) há comumente muita diferença entre a vontade de todos e a vontade geral. Esta se prende somente ao interesse comum; a outra, ao interesse privado e não passa de uma soma das vontades particulares.

A grande questão que restava, e que não foi resolvida a contento pelo filósofo, era de quem interpretaria essa Vontade Geral se ela não é a mera soma das vontades individuais. Os Revolucionários, desde o início, consideraram que a Vontade Geral seria expressa pelos representantes da Nação reunidos em Assembleia, mesmo que a população demonstrasse discordar. Convictos que falavam pela “Vontade Geral”, os



revolucionários no poder perpetraram violências em nome do “bem comum”, contra os “egoístas”, os “contrarrevolucionários”, contra os “inimigos da Revolução” e da França. A tese da Vontade Geral é intrinsecamente coletivista e, partindo dessa concepção de política, não há espaço para a oposição legítima; todo opositor é contra o bem comum, nessa visão de organização da política.

A outra questão, da natureza humana, reforçou uma tendência já analisada anteriormente, ainda que partindo de pontos diferentes. Rousseau entendia que a natureza humana era essencialmente boa, quebrando, como os demais *philosophes*, com a tradição ocidental cristã. A diferença era que Rousseau não compreendia o progresso material e civilizacional como inerentemente positivo. Para ele, a civilização, particularmente a ideia da propriedade privada, corrompeu os homens irremediavelmente. A solução para o estado de decadência e violência seria, assim, não a regeneração pelo progresso, mas a ação do Estado para, seguindo a Vontade Geral, esforçar-se pela construção do bem comum o quanto for possível. Essa visão da natureza humana contribuiu para reforçar no arcabouço do pensamento revolucionário a tese de que o Estado poderia, mais, deveria, usar seu poder para construir uma sociedade moral.

Todo esse conjunto de ideias, como podem imaginar, não era muito bem visto por aqueles que se encontravam no poder. De modo que resta a pergunta: como circulavam essas ideias?

A circulação de livros no Antigo Regime francês era controlada, formalmente, pelo Estado por meio da censura. Diferentemente da censura do século XX, a censura do Antigo Regime implicava na leitura feita pelos censores dos livros que pediam permissão para circular e na avaliação, registrada em relatórios, segundo certos critérios – se estavam no *Index* da Igreja, se ofendiam a moral, a religião, a monarquia, dentre outros. Nesse movimento de censura, por vezes um livro recebia sua permissão desde certas seções fossem corrigidas, por exemplo.

Apesar da existência da censura, a expansão da publicação de livros tornou-a bastante ineficaz. O governo francês estava ciente da circulação de livros proibidos, mas não foi capaz controlar a publicação e a venda dessas obras. Essa incapacidade era tão patente que muitos desses textos eram debatidos em salões de grandes famílias, em eventos que marcaram o século XVIII. Em geral, os filósofos e intelectuais relevantes eram convidados a participar desses encontros, imbuindo os grupos mais ricos de suas ideias críticas ao Antigo Regime.

Entre os mais pobres, a circulação e recepção era diferente. As massas, geralmente analfabetas, obtinham informações por meios orais, costumeiramente pela leitura coletiva de textos, ou consumiam desenhos e imagens. Essa subliteratura – na expressão de Robert Darnton –, formada por panfletos, opúsculos, caricaturas, era ácida e muito crítica das classes privilegiadas.¹³ Nas obras mais mordazes, chegavam a fazer desenhos de caráter erótico e pornográfico envolvendo as grandes famílias, até mesmo a família real.

¹³ DARNTON, Robert. *Censores em ação: Como Os Estados Influenciaram a Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
_____. *Pirataria e publicação: O comércio de livros na era do Iluminismo*. São Paulo: Unesp, 2021.



Essa ampla circulação de livros, ideias e críticas (vale ressaltar, a circulação e consumo variavam na escala social) começou a formar o que chamamos de *opinião pública*, que muito impactou os eventos revolucionários. As autoridades, já desde o reinado de Luís XV, passaram a se preocupar cada vez mais com o que pensavam certos grupos, certas elites, certas massas urbanas. No reinado de Luís XVI e durante a Revolução, isso ficou muito evidenciado: várias medidas foram adotadas ou retrovertidas pela reação da opinião pública e das massas populares. Os atos da administração pública passaram a ser explicados com mais frequência, num movimento deliberado de se tentar obter apoio para os projetos ou as ideias defendidas pelo grupo no poder. Um exemplo do Antigo Regime: depois do forte impacto causado pelas reformas liberais de Turgot no reinado de Luís XVI, o rei demitiu o ministro e desfez várias das resoluções que haviam sido tomadas.

A secularização e a dessacralização do monarca

Outros dois elementos culturais bastante relevantes, e que estão associados ao movimento anteriormente narrado, refere-se à secularização da sociedade francesa e a dessacralização da figura do rei.

O conceito de “secularização” é bastante complexo e sobre o qual há bastante discussão. Podemos defini-lo, para se tornar instrumental ao nosso estudo, como um processo que resulta numa “redução constante do peso social da religião organizada, que está perdendo, cada vez mais, a função de controle social.”¹⁴

Não somente os contornos mais precisos da definição do conceito são debatidos, mas também, e principalmente, suas causas. Uma explicação bastante interessante foi dada por Christopher Dawson:

A causa imediata da secularização da cultura europeia foi a frustração e o desânimo resultantes de um século de guerras religiosas, e principalmente, o final inconclusivo. Após a Paz de Westfália, em 1648, a necessidade de coexistência de católicos e protestantes na Europa foi amplamente reconhecida, e visto que os homens ainda valorizavam a cultura coletiva, foram forçados a destacar aqueles elementos que eram comuns a católicos e protestantes, ou seja, aspectos seculares.¹⁵

¹⁴ BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 673.

¹⁵ DAWSON, Christopher. *A Divisão da Cristandade*. São Paulo: É Realizações Editora, 2014, p. 275.



No caso da secularização na França, somaram-se os conflitos dentro da própria Igreja francesa (entre jesuítas e jansenistas) e as críticas dos *philosophes* à religião estabelecida. Esses elementos afetaram de modo diferente os diversos grupos sociais, é necessário destacar: as elites letradas tenderam a ser mais fortemente influenciadas pelas ideias secularistas, enquanto o campesinato, em geral, permaneceu tradicionalmente vinculado à religião católica. Apesar de a maioria da população ser campesina e ter permanecido fiel à Igreja, no entanto, não impediu que as elites dirigentes, durante a Revolução, voltassem suas forças contra a instituição.

A saída progressiva da religião do espaço público, e sua capacidade cada vez menor de “controle social”, como diz Bobbio, impactou decisivamente as instituições e a cultura política francesa. Isso porque a Igreja passou a ser alvo diuturno de *philosophes* e outros, perdendo sua legitimidade e, com isso, sendo incapaz de auxiliar a legitimar o próprio trono.

Por outro lado, a secularização atingiu diretamente um ponto central da cultura política do Antigo Regime francês: o caráter sagrado do rei. Era tradição do Antigo Regime francês “sagrar” seu rei na cerimônia de coroação – o monarca se dirigia à Catedral de Reims e, durante o processo de sagração, era ungido com um óleo considerado de origem milagrosa (a ampola do óleo foi destruída durante a Revolução). Essa sagração dava ao monarca um caráter especial: o enviado divino para governar aquela nação. Nas palavras do bispo Jacques Bossuet:

Os príncipes agem como ministros de Deus e seus tenentes na terra. É através deles que ele exerce seu império. (...) É por isso que vimos que o trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus.¹⁶

Na medida que a religião foi sendo criticada e, lentamente, saindo da cena pública, esse grande apoio religioso à autoridade real foi sendo minado. Se os súditos não mais acreditavam tão firmemente na sacralidade real e na origem divina de seu poder, a legitimidade do regime diminuía facilitando a desobediência.

Tendo tratado dos elementos culturais, passemos às questões econômicas que explicam a Revolução Francesa.

A economia francesa do Antigo Regime

O estopim da Revolução Francesa foi o colapso econômico do Estado: o governo havia alcançado tal grau de endividamento que se viu obrigado a realizar reformas substanciais e, nesse movimento, acabou por convocar os Estados Gerais. A questão é: por que a França se encontrava em tantas dificuldades econômicas? A resposta

¹⁶ Disponível em francês em: <https://www.viveleroy.fr/Nature-et-proprietes-de-l-autorite-royale-par-Bossuet>



a essa pergunta é multifacetada. Trataremos aqui do sistema tributário irregular e ineficaz; das características do mercado interno francês; das guerras custosas.

O sistema tributário e o mercado francês

Como tudo no Antigo Regime, o sistema tributário não era uniforme e era afetado pelos privilégios. Quer isso dizer que os tributos variavam segundo as localidades e segundo as posições sociais dos indivíduos. Essa multiplicidade de taxas e tributos dificultava enormemente o recolhimento de impostos por parte do Estado, tanto pior quanto o método utilizado para a arrecadação era, em geral, por arremate: um certo comerciante ou banqueiro pagava adiantado um certo valor referente aos tributos de uma região e se dirigia ao local para cobrar as taxas; o que ele obtivesse a mais era seu “lucro”.

Os privilégios, por outro lado, impediam a taxação equitativa de imensas riquezas, já que a nobreza e o clero eram donos de imensas faixas de terras, numa época em que a principal fonte de riquezas para a França era a agricultura. Não quer dizer que nobres e membros da Igreja não pagavam nada. Antes, certos tributos, quando recaíam sobre a terra e não sobre o indivíduo, eram cobrados independentemente dos privilégios do dono. Mais ainda, no século XVIII, foi criado um imposto de 5% (a *vintième*) que recaiu principalmente sobre os privilegiados. Mas, sem sombra de dúvida, os dois estamentos superiores pagavam bem menos impostos que o Terceiro Estado.

As irregularidades, os métodos de arrecadação e os privilégios fragilizavam enormemente as finanças do Estado, já que se via bloqueado de fontes importantes de riqueza e os impostos que efetivamente iam para os cofres eram, em geral, de menor valor do que seria obtido se o sistema tributário fosse mais eficiente.

No que se refere ao mercado nacional francês, vamos destacar dois elementos: a intervenção regulatória do Estado e a existência de barreiras alfandegárias internas.

A economia francesa foi, ao longo da Idade Moderna, fortemente regulada, particularmente durante e depois do período de Colbert à frente da economia do país no reinado de Luís XIV. A política econômica dos Luíses XIV e XV girou em torno de princípios mercantilistas, particularmente o protecionismo, mas também de regulação do mercado interno, destacando-se o mercado de grãos. Isso quer dizer que a economia da França nesse período não estava baseada no livre-mercado e, portanto, os preços dos produtos não variavam sempre segundo a lei da oferta e procura. Essa intervenção econômica buscava manter os preços dos víveres em níveis acessíveis para que as camadas mais pobres da população não passassem períodos de fome intensos – algo que, apesar da intervenção estatal, ocorria com frequência. Essas medidas intervencionistas eram vistas, por muitos da *philosophes* da época (notadamente os fisiocratas) como negativas porque não incentivavam o aumento da produção, a inovação etc., já que os preços eram regulados, diminuindo os lucros. Ironicamente, no preciso momento em que a França buscou reformar-se, pouco antes da eclosão da Revolução, e aboliu os



tabelamentos de grãos, a produção de trigo e de outros produtos básicos sofreu forte queda e os preços dispararam, causando forte impacto social.

No que se refere às barreiras alfandegárias, deve-se destacar que a França, ao contrário da Inglaterra do mesmo período, não tinha um mercado unificado. Ou seja, a circulação de bens de uma parte a outra do reino era tributada (a depender do local de saída e de chegada), dificultando a integração econômica e, por consequência, a dinamização da economia.

As guerras e seu custo financeiro

As guerras ao longo da Idade Moderna foram se tornando cada vez mais custosas em razão do tamanho dos exércitos e das novas tecnologias, tanto das armas de infantaria quanto, principalmente, da artilharia. Os conflitos armados colocavam as finanças das Coroas europeias em maus lençóis e vários reis foram à bancarrota depois de terem adentrado guerras no continente – caso, por exemplo, de Filipe II de Espanha.

A França não foi exceção a essa caracterização geral. Ao contrário, esse elemento foi, quiçá, mais dramático para os franceses porque o reino se envolveu em vários conflitos (internos e externos) subsequentes, desde o século XVI. Mas, sem dúvida, foram dois conflitos dos Setecentos que levaram à deterioração completa da economia francesa: a guerra dos Sete anos e a guerra de independência dos Estados Unidos.

A Guerra dos Sete anos envolveu todas as principais potências europeias entre 1756 e 1763. O conflito se desenrolou em várias partes do globo, e, em todos, a França foi derrotada. O resultado foi catastrófico para o reino de Luís XV: perdeu todo o império colonial francês na América do Norte, endividou-se tremendamente e foi humilhado por seus inimigos.

Depois desse grande conflito europeu, a França iniciou algumas reformas militares, incluindo mudanças na formação de oficiais e a compra de novos navios. Esse movimento aumentou os custos militares num momento histórico em que as finanças da Coroa já estavam deterioradas e o *déficit* público já tornava crônico. Tudo isso se desenrolando no quadro econômico mais amplo apresentado anteriormente.

Em 1776, dois anos após a ascensão de Luís XVI ao trono, os colonos norte-americanos formalizaram sua declaração de independência da Inglaterra, iniciando a guerra revolucionária. Entendendo que não seriam capazes de vencerem os ingleses sozinhos, os revolucionários procuraram ajuda francesa. O então controlador geral de finanças, *Monsieur Turgot*, avisou ao rei que o país não teria condições de entrar num novo conflito, mas Luís XVI seguiu o conselho de seu ministro dos negócios estrangeiros e entrou em guerra. A paz veio em 1783, e apesar da desforra do orgulho francês, não rendeu nenhuma benesse material. Ao contrário, a França saiu tão endividada que até mesmo serviço da dívida havia ficado comprometido e reformas econômicas se tornaram prementes sob ameaça de falência completa do Estado. Foi justamente quando a Coroa tentou implementar mudanças econômicas que se iniciou a Revolta Aristocrática, o movimento que desembocou na Revolução de 1789.



Luís XVI e a Revolta Aristocrática

Luís XVI ascendeu ao trono em 1774, assumindo um país prestigiado com vários problemas: políticos, econômicos, militares, dentre outros. O jovem monarca buscou, logo de início, dar sequência a um programa de reformas para lidar com as questões mais premente, particularmente as políticas e as econômicas.

Politicamente, Luís XVI assumiu num momento de graves tensões entre a Coroa e as cortes judiciais, os *Parlements*. Em 1772, durante o reinado de Luís XV, os nobres togados dos *Parlements* passaram a sistematicamente entrar em conflito com a monarquia. Isso porque essas instituições possuíam certas prerrogativas no Antigo Regime que iam para além da esfera judicial. O *Parlement* de Paris, em especial, tinha o poder e o dever de registrar os decretos e leis do monarca, apresentando, nesse processo, seu parecer sobre os documentos e tendo o direito de atrasar, mas não negar, o registro. De modo que o *Parlement* de Paris se tornou o único órgão do Antigo Regime capaz de se opor à vontade régia num momento em que o absolutismo real havia destruído ou submetido todos os demais polos de poder da sociedade. E nessas décadas finais do século, quando as críticas à concentração de poderes na monarquia cresciam e o prestígio real se enfraquecia pelas dificuldades econômicas e militares, os nobres togados não hesitaram em mostrar sua insatisfação a utilizar os *Parlements* como o meio para obter reformas.

O antagonismo crescente entre Coroa e *Parlements* chegou em seu ápice e resolução violenta quando, em fins do ano de 1770, o chanceler da França, Maupeou, tomou a decisão radical de reestruturar o sistema judicial francês, suprimindo os *Parlements* e exilando vários dos membros mais vocais em suas críticas ao rei. A proposta de Maupeou era a de compor um novo judiciário com figuras leais que não se opusessem ao poder real. Era o último golpe do absolutismo real contra os poderes intermediários do Antigo Regime.

Os frutos da reforma, no entanto, não chegaram a amadurecer. Tão logo assumiu o poder, Luís XVI decidiu reverter a medida do antigo Chanceler e reuniu novamente os *Parlements*. No início de seu reinado, o movimento foi visto como a tentativa de apaziguamento, já que as críticas à reforma tinham sido intensas, mas acabou por ser um dos erros mais graves de Luís XVI. Isso porque os nobres togados voltaram a seus assentos de poder mais determinados que nunca a se transformarem num obstáculo ao poder real e, na década de 1780, quando a monarquia mais precisou de apoio para suas reformas, foram o epicentro da “Revolta Aristocrática”.

Essa revolta, contudo, não teria sido tão catastrófica caso a situação econômico-financeira da França não estivesse tão ruim e inserida num tal contexto de dificuldades estruturais de reforma. As dificuldades residiam nos desafios de se alterar qualquer realidade do Antigo Regime. Isso porque, como visto, tratava-se de uma sociedade de privilégios e *status* e modificar qualquer direito estabelecido tendia a galvanizar opositores, tanto pior quanto envolvia elementos materiais. Não faltou vontade política para serem feitas reformas na França de Luís XVI, mas força e constância para lutar contra os grupos de interesse contrários a qualquer modernização do país.

Assim que assumiu o poder, o novo rei francês mostrou estar disposto a reformar seu reino convidado para integrar o governo um intendente que havia ganhado uma fama entre os intelectuais e iluministas, Turgot. Adepto de parte das ideias fisiocratas, Turgot entendia ser necessário reduzir a intervenção do Estado na economia, liberalizar o mercado de trabalho e de grãos e diminuir gastos para sanar as contas públicas. Ao



ser elevado à posição de controlador-geral de finanças, apresentou um plano de reformas relativamente moderadas (à luz do que foi feito posteriormente) para Luís XVI, que o aceitou. O cerne da proposta de Turgot era o de acabar com o tabelamento do preço de grãos, acabar com o sistema de guildas e cortar os gastos da Corte.

Infelizmente para Turgot e para a França, assim que o controlador-geral iniciou a implementação de seu plano, as colheitas francesas foram menores que as anteriores em razão de aspectos climáticos. Num sistema regulado, como o anteriormente vigente, o governo poderia intervir para segurar os preços, mas com o início do livre-mercado a especulação fez com que o valor dos grãos disparasse, afetando diretamente os mais pobres. Como a população não compreendia a tese de oferta e procura e nem o que estava ocorrendo, as camadas populares, particularmente as mulheres, tomaram para si o encargo de regular os preços: entre 1774 e 1775, várias invasões a padarias e mercados foram feitas e as mulheres estabeleceram os “preços justos” pelos produtos – geralmente, os preços pagos anos antes. Esses distúrbios generalizados ficaram conhecidos como a “Guerra da Farinha”.

Esses movimentos populares causaram forte impressão na Corte e abalaram a confiança do rei em Turgot, mas não precipitaram sua queda imediata. Sua saída se deu após sua insistência em manter a França fora da guerra revolucionária americana, alegando que as contas do país não tinham condições de sustentar os custos do conflito. Essa sua posição não era popular entre os ministros, particularmente o mais influente deles, o ministro dos negócios estrangeiros, o conde de Vergennes. A essa impopularidade se somou ainda as intrigas da Corte, particularmente de membros da família real que viam com muitos maus olhos as propostas de redução de gastos que afetavam diretamente a vida da nobreza em Versalhes.

Turgot, em face de seu isolamento no governo, pediu demissão em maio de 1776. Depois de duas sucessões rápidas no cargo, assumiu-o uma figura das mais relevantes para a primeira fase revolucionária, Jacques Necker. Necker era suíço, plebeu e protestante que havia ganhado fama por ter alcançado a riqueza no mundo financeiro, razão pela qual conseguiu alcançar o cargo mais importante da economia francesa apesar de não ser nobre nem católico.

Necker assumiu a pasta pela primeira vez de 1777 a 1781. Sua passagem no governo francês nesse momento de grandes consequências. Isso porque, durante a guerra revolucionária, tomou a decisão de financiar todo o conflito com empréstimo em vez de aumentar ou criar impostos. Essa medida fê-lo muito popular entre os membros do Terceiro Estado, mas acabou por precarizar ainda mais as contas francesas. Para além disso, em 1781, publicou, pela primeira vez, as receitas e despesas da França, omitindo, no entanto, o que ele chamou de “despesas extraordinárias”, ou seja, todos os custos para o serviço da dívida existente que consumia grandes recursos. Esse “Relatório ao rei”, como foi nomeada a publicação, apontava saúde financeira da Coroa e não falência do Estado, como era a realidade.

A saída de Necker foi ocasionada por sua própria ambição e por intrigas da Corte, mais uma vez. Ele, apesar de ter grande poder, não ocupava um cargo elevado na hierarquia ministerial – ou seja, seu cargo tinha poder real, mas não simbólico. Tentou então forçar sua entrada nos círculos mais íntimos do poder e, por sua insistência, foi retirado do governo. As consequências de seus atos, no entanto, assombraram seus sucessores.



Os ministros seguintes, quando assumiram, perceberam que a situação era crítica. Depois de feita a paz com a Inglaterra em 1783, iniciaram-se novas tentativas de reforma econômica, encabeçada por Charles Calonne. Calonne assumiu a função em novembro de 1783 e permaneceu no cargo até 1787.

Na fase inicial de seu período à frente da economia francesa, Calonne adotou uma estratégia ousada e perigosa. Em vez de cortar gastos, aumentou-os, particularmente aqueles gastos com a Corte. A ideia da “política do esplendor” era fazer com que os credores da França acreditassem que as contas estavam “no azul” já que os gastos supérfluos estavam aumentando. Com isso, acreditava Calonne, ele seria capaz de pegar novos empréstimos a juros mais baratos que permitiram, por sua vez, pagar os antigos com juros mais altos. Era uma tentativa de “refinanciar” a dívida.

A estratégia do controlador-geral, contudo, fracassou quando os grandes financistas se negaram a conceder novos empréstimos. Em apuros, Calonne propôs então um conjunto de reformas que não só abarcavam o sistema tributário, mas também social, do país. Suas reformas propunham, dentre outras coisas, um imposto geral que recairia sobre todas as estâncias.

A situação não era, contudo, simples. Em razão de todos aqueles elementos já vistos de perda do prestígio, resistência dos nobres togados etc., a Coroa não tinha condições de simplesmente fazer valer sua vontade e criar o novo imposto. A legitimidade abalada do regime precisava de reforço para tanto. Nesse sentido, Calonne propôs ao rei que fosse convocada uma antiga instituição, a Assembleia dos Notáveis, composta, na sua maior parte, por figuras provenientes dos estamentos privilegiados, para que desse apoio à proposta. Imaginava o controlador, o rei e seus ministros que os Notáveis seriam “dóceis” à vontade real, mas a realidade se mostrou bastante diversa.

Reunidos em 1787, aos Notáveis foram apresentados os planos de reforma de Calonne. Esperava o governo que esses grandes do reino simplesmente chancelassem o que desejava a Coroa, mas, ao contrário, decidiram debater minuciosamente as propostas feitas. A impaciência e a arrogância do governo, por sua vez, foram antagonizando os Notáveis que se viram numa situação favorável para exercer seu poder. Ao final de longos debates, afirmaram que não poderiam aceitar algumas das demandas por que se tratavam de criação de impostos e, segundo alegaram, somente os Estados Gerais poderiam sancionar uma tal medida.

A situação fugiu ao controle do governo rapidamente e o controlador-geral foi fustigado pelos Notáveis e pela elite letrada. Sob fogo cruzado, Calonne demitiu-se e foi para a Inglaterra. Assumiu seu posto um de seus opositores, o bispo Brienne, que tentou conseguir apoio para manter o Estado longe da falência, mas não obteve sucesso. Isso porque não somente os Notáveis estavam desafiando a autoridade real, mas também o *Parlement* de Paris se negou a registrar o pedido de novo empréstimo. Brienne então prometeu que os Estados Gerais seriam convocados em até cinco anos e orientou o rei a convocar novamente Necker, o único com credibilidade para negociar novos empréstimos. A contragosto, o rei o fez.

Necker assumiu como o principal ministro em agosto de 1788. Com dificuldades para assegurar o apoio do *Parlement*, Necker convocou os Estados Gerais para maio de 1789. Estabeleceu, depois de pressões, que o Terceiro Estado teria o dobro da representação tradicional e mandou, em nome do rei, serem realizadas eleições. Os Estados Gerais não eram convocados desde 1614 e esse movimento foi visto muito positivamente



por grande parte do país. Acreditava-se que com essa instituição, os males da França seriam exorcizados e o país entraria numa rota de regeneração política. As altas expectativas certamente contaram muito para que os deputados eleitos tivessem uma percepção elevada de si mesmos, como figuras escolhidas “pela nação” (uma perspectiva mais forte no Terceiro Estado) para dar solução aos problemas franceses.

Dos Estados Gerais à monarquia constitucional

Os Estados Gerais era uma instituição francesa que remonta à Idade Média e tinha um caráter consultivo, ou seja, não se tratava de um Parlamento deliberativo com a capacidade de fazer leis. As convocações durante a Idade Moderna ocorriam somente por vontade real e quando os monarcas desejavam obter o apoio dos estamentos em momentos de dificuldade – por exemplo, durante as guerras religiosas da França no século XVI. Até sua última reunião, em 1614, os estamentos elegiam um número semelhante de deputados e as questões levadas pela Coroa aos Estados Gerais eram debatidas internamente em cada estado e, em sessão plenária, cada ordem votava em bloco acerca do tema em consulta.

Quando o governo decidiu convocar os Estados Gerais, vimos como Necker cedeu a pressões para duplicar o número de deputados do Terceiro Estado em relação aos outros dois estamentos. Uma outra questão reivindicada por lideranças dos ‘comuns’ era a de fazer a com que as votações sobre os assuntos em questão fossem feitas por voto individual, não mais por voto estamental. Esse ponto o governo não decidiu antes da reunião da Assembleia em maio e foi razão de conflitos entre os estamentos logo no início dos trabalhos.

Vale lembrar que a convocação dos Estados Gerais, do ponto de vista da Coroa, tinha por objetivo apresentar um projeto de reformas econômicas e, assim, conseguir apoio suficiente para levá-las adiante. Os deputados, contudo, principalmente aqueles do Terceiro Estado, não estavam dispostos a tratar somente do aspecto econômico, mas a regenerar a França, como dito anteriormente. Isso explica porque rapidamente a Assembleia assumiu por si mesma novos poderes e começou a legislar sobre os mais variados temas.

Tão logo se reuniram, os estados receberam a incumbência de validar as eleições de cada um de seus deputados – a “verificação de diplomas”. Os líderes do Terceiro Estado, contudo, recusaram-se a fazê-lo afirmando que as ordens deveriam fazer a verificação conjuntamente já que eram representantes da Nação Francesa. Os dois estamentos privilegiados se negaram, de início, a fazer qualquer concessão do tipo e a intransigência de parte a parte fez com que os trabalhos não saíssem da fase preliminar.

Cansados de insistir na reunião dos estamentos, preocupados com uma possível reação real e não tendo sido atendidos no pedido de deliberação individual o Terceiro Estado tomou a monumental decisão de se autoproclamar Assembleia Nacional em junho de 1789 mesmo sem contar com membros das classes privilegiadas. Percebendo que o movimento se tornava irresistível, as demais ordens se juntaram nesse órgão inovador que, em julho, autoproclamou-se também constituinte, isto é, com poderes para fazer uma constituição para França, algo inimaginável meses antes.

O movimento político do Terceiro Estado não foi bem visto por muitos, particularmente por membros da família real – ainda que o próprio rei tenha se mostrado leniente com o que ocorria. Fatidicamente, o monarca tomou



duas decisões em julho que deram início à participação popular na Revolução: decidiu demitir Necker a trazer tropas da fronteira para perto da capital.

A decisão de demitir Necker veio depois da frustração do rei e de seu círculo com os desenvolvimentos políticos desde a reunião dos Estados Gerais. O rei atribuiu à liderança de seu principal ministro as dificuldades enfrentadas e já que não necessitava tanto quanto antes da credibilidade dele, ou assim acreditava, para governar, decidiu demiti-lo.

A notícia da demissão de Necker alcançou Paris a 14 de julho de 1789. Ao mesmo tempo, chegavam notícias da movimentação de tropas da fronteira da Bélgica em direção a Paris. A intenção do governo era manter suas forças próximas da capital para evitar distúrbios, mas foi a situação foi encarada pelos parisienses como parte de um golpe organizado pela Coroa. Esses dois elementos fizeram com que as camadas populares de Paris se sublevassem em busca de armamento para resistir ao suposto golpe real. Como parte dessa busca por munição e armas, tomaram a fortaleza da Bastilha, não sem antes enfrentarem a guarnição lá estacionada. No século XIX, esse dia foi considerado o grande marco inicial da Revolução Francesa.

A sublevação popular de 14 de julho fez o rei reverter suas decisões: novamente reincorporou Necker ao governo e mandou as tropas se afastarem da capital. A Assembleia Nacional, por sua vez, decidiu agir de modo mais célere e em agosto aprovou uma série de medidas relevantes e que também marcaram a história do direito e das instituições.

O primeiro pacote de reformas foi aprovado em 4 de agosto na chamada “noite de embriaguez patriótica”. Um conjunto de deputados mais radicais decidiu de aproveitar das frouxas regras para aprovação legislativa – uma maioria dos presentes poderia aprovar qualquer medida – para, de uma só vez, liquidar com várias instituições do Antigo Regime. Assim, depois de esvaziada a sessão já à noite, iniciaram uma rodada de discussões sobre os mais variados temas que resultou na “destruição do regime feudal”, segundo o texto. Entre outros elementos, decidiu-se pela abolição:

- Da servidão pessoal;
- Da exclusividade da nobreza à caça;
- Da exclusividade no acesso a cargos públicos;
- Da justiça senhorial;
- Dos dízimos;
- Da venalidade dos cargos;
- Dos privilégios das províncias.

Os decretos aboliram vários direitos estabelecidos e jogaram a França num caos institucional, pelo menos num curto período. A abolição dos dízimos, por exemplo, retirava a principal fonte de recursos para a Igreja sem substituí-la por nenhuma outra. A abolição dos direitos senhoriais, por sua vez, levou muitos camponeses a simplesmente se negarem a pagar não só os direitos abolidos, mas também os impostos devidos à Coroa. As



medidas tomadas, assim, se mostravam o afã reformador da Assembleia, também indicavam que o apego a sistema abstratos e utópicos de governo tinham consequências reais potencialmente danosas.

Depois dos decretos de 4 de agosto, foi discutido e aprovado um dos documentos mais relevantes da Revolução nessa sua fase inicial, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Todo o texto é um ataque direto e sistemático ao edifício político e social do Antigo Regime, liquidando com as diferenças baseadas no nascimento e no *status*. Por ser tão relevante, é importante lê-lo na íntegra:

Art.1.º Os Homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum;

Art. 2.º A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do Homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão;

Art. 3.º O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente;

Art. 4.º A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei;

Art. 5.º A lei proíbe senão as ações nocivas à sociedade. Tudo que não é vedado pela lei não pode ser obstado e ninguém pode ser constrangido a fazer o que ela não ordene;

Art. 6.º A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através de mandatários, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos e igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos;

Art. 7.º Ninguém pode ser acusado, preso ou detido senão nos casos determinados pela lei e de acordo com as formas por esta prescritas. Os que solicitam, expedem, executam ou mandam executar ordens arbitrárias devem ser punidos; mas qualquer cidadão convocado ou detido em virtude da lei deve obedecer imediatamente, caso contrário torna-se culpado de resistência;



Art. 8.º A lei apenas deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias e ninguém pode ser punido senão por força de uma lei estabelecida e promulgada antes do delito e legalmente aplicada;

Art. 9.º Todo acusado é considerado inocente até ser declarado culpado e, se julgar indispensável prendê-lo, todo o rigor desnecessário à guarda da sua pessoa deverá ser severamente reprimido pela lei;

Art. 10.º Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei;

Art. 11.º A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei;

Art. 12.º A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública; esta força é, pois, instituída para fruição por todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada;

Art. 13.º Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração é indispensável uma contribuição comum que deve ser dividida entre os cidadãos de acordo com suas possibilidades;

Art. 14.º Todos os cidadãos têm direito de verificar, por si ou pelos seus representantes, da necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de observar o seu emprego e de lhe fixar a repartição, a coleta, a cobrança e a duração;

Art. 15.º A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração;

Art. 16.º A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição;

Art. 17.º Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização.

Essas propostas aprovadas em agosto atacavam diretamente as camadas privilegiadas, não ficando de fora nem o poder real, segundo se depreende da leitura dos artigos 1º e 3º da Declaração. Muitos nobres iniciaram, já nesse momento, um movimento de emigração que foi se intensificando nos anos anteriores. O rei buscou protelar o quanto pode a sanção a esses documentos, mas teve de ceder sob pressão das camadas populares.



A situação econômica francesa, a razão premente para convocação dos Estados Gerais, naquele momento transformado em Assembleia Nacional Constituinte, não havia ainda sido adereçada. O preço dos víveres básicos aumentava rapidamente e as finanças públicas estavam para entrar em colapso. Em outubro, os mais pobres decidiram mais uma vez atuar ativamente para mostrar sua insatisfação e exigir mudanças. No dia 5, organizaram uma marcha sobre Versalhes para peticionar o rei por medidas mais eficazes contra o preço elevado dos alimentos.

Tendo alcançado Versalhes, uma deputação foi levada ao rei e a grande maioria ficou de fora do palácio. Depois de horas de espera, alguns presentes encontraram um meio de adentrar o local, resultando numa invasão desordenada. Civis e guardas reais foram mortos e mesmo a família real foi ameaçada. A situação voltou ao normal somente após a intervenção de líderes da Guarda Nacional, criada meses antes, e de promessas do rei de que sancionaria decisões da Assembleia e se dirigiria a Paris. Depois da ida da família real, também a Assembleia mudou-se para a capital.

A chamada “marcha das mulheres sobre Versalhes” é considerada um ponto de inflexão importante na história da Revolução porque resultou na ida do centro do poder para Paris, uma cidade volátil e habitada por grande número de trabalhadores empobrecidos em vias de radicalização política. A partir daí, foram inúmeras as intervenções das massas nos trabalhos legislativos, interferindo diretamente na forma de fazer política na França. O movimento, inaugurado nessa marcha, somente foi atenuado no período do Diretório.

Atentando-se então às necessidades econômicas, a Assembleia buscou os meios possíveis para financiar o Estado em falência. A resposta encontrada foi a de nacionalizar os bens do clero, chamados a partir de então de “bens nacionais”. Todas as propriedades eclesiásticas foram transferidas para o controle nacional. Os templos ficaram em usufruto (não propriedade) da Igreja, mas as terras e outros bens tornaram-se garantia para um novo título que foi emitido – o *assignat*. Inicialmente, o *assignat* seria um título público com lastro na terra nacionalizada, mas acabou se tornando o papel-moeda em circulação da França Revolucionária até a reforma financeira do Diretório. De início, em termos econômicos, a medida foi um sucesso, dando ao Estado meios de se financiar sem necessitar de empréstimos. Com o passar do tempo, no entanto, as contínuas emissões depreciaram a “moeda”, a ponto de o *assignat* alcançar, antes da reforma referida acima, cerca de 1% de seu valor inicial.

Politicamente, a nacionalização dos bens do clero assustou muitos da Igreja, incluindo o baixo clero. A perda do dízimo e a perda dos bens colocavam os sacerdotes à mercê do governo para sustentar os templos e a evangelização. Também foi vista como uma intervenção descabida e contrária à tradição da Igreja. O Papa Pio VI manifestou seu descontentamento ao rei, mas esse último nada pôde fazer para impedir a ação da Assembleia.

A nacionalização dos bens do clero não foi a única medida anticlerical adotada pela Assembleia e pelos revolucionários nessa fase inicial. Pouco tempo depois, aprovaram a Constituição Civil do Clero e anexaram o enclave papal de Avignon no sudeste francês.

A adoção da Constituição Civil do Clero, aprovada em julho 1790 é considerada por William Doyle como um momento de inflexão na história revolucionária, tal como o resultado da marcha sobre Versalhes. Isso porque, até aquele momento, as medidas mais radicais da Assembleia não foram “colocadas à prova”, não haviam submetido os indivíduos a se posicionarem claramente sobre uma lei aprovada. A Constituição Civil foi a



primeira do tipo e criou uma grande ferida no país que muito demorou para ser cicatrizada, particularmente porque adereçou um ponto da vida francesa muito cara à época para as pessoas comuns: sua religião.

A Constituição Civil do Clero foi uma medida legislativa que, unilateralmente, isto é, sem negociar com a Santa Sé, alterou toda a estrutura da Igreja Católica na França. Pela lei, as ordens regulares existentes foram suprimidas e outras novas ficaram proibidas de serem instaladas; os bispados foram reorganizados e, nesse processo, vários foram extintos; padres e bispos passaram a ser eleitos pelos leigos, mesmo aqueles não-católicos; e, crucialmente, foi criado um juramento a ser requerido de todos os sacerdotes. O texto do juramento era o que se segue: “Juro velar atentamente pelos fiéis da paróquia (ou diocese) que me foi confiada, ser fiel à Nação, à Lei, ao Rei e manter com todas as minhas forças a Constituição decretada pela Assembleia Nacional e aceite pela o rei.” Esse juramento foi alterado diversas vezes, mas em nenhum momento foi adicionado o juramento ao Papa, líder da religião. Como era de se esperar, o Papa condenou o documento e instou, em abril de 1791, os sacerdotes franceses a não tomarem o juramento.

Todas essas alterações causaram forte comoção entre o clero e entre os fiéis. Foi nesse momento que muitos tiveram de se decidir: jurar a Constituição Civil contra a vontade do Papa, apoiando a Assembleia; ou negar o juramento, permanecendo fiel ao líder da religião, opondo-se aos “representantes da Nação”? Uma grande quantidade de padres se negou a jurar, ficando conhecidos como os “padres refratários”. Foram apoiados principalmente pelas comunidades rurais mais tradicionais. Vários bispos e padres das cidades juraram e ficaram conhecidos como os “padres constitucionais”. Os primeiros foram sistematicamente perseguidos pela Revolução, principalmente no período do Terror, mas não só.

Toda essa situação foi tornando o rei cada vez mais preocupado com os rumos que o país tomava. Luís XVI tinha mostrado uma considerável capacidade de trabalhar em conjunto com a Assembleia, mesmo sob forte pressão contrária de membros próximos de si. Isso porque entendia que o erro cometido por Carlos I, um século antes, foi o de ter sido muito intransigente e não ter colaborado com o Parlamento. Partindo dessa interpretação, buscou ser mais tolerante e guiar o processo fazendo concessões. Entre fins de 1789 e meados de 1791, contudo, essa sua percepção foi se alterando, particularmente depois de dois incidentes em Paris. O primeiro referiu-se à ampla repercussão da ida de duas tias do rei a Roma para comemorarem a festa da Páscoa. A imprensa, radical livre desde 1789 de qualquer censura, divulgou a notícia afirmando se tratar de uma fuga da família real disfarçada, além de insultar o monarca e seus parentes. O segundo, mais grave, foi o “ataque” à carruagem que levava o rei, seu filho e sua esposa a um passeio nos arredores de Paris. A comitiva real foi cercada por populares que acreditavam se tratar de uma fuga da família. Depois de cerca de duas horas sendo insultados, ameaçados e impedidos de sair do local, foram salvos pela Guarda Nacional e retornaram ao Palácio das Tulherias.

Todos esses desenvolvimentos fortaleceram no rei a ideia de que ele era prisioneiro em seu próprio país. Pensem na rápida transformação: antes de maio de 1789, Luís XVI era um monarca absoluto que concentrava em si todos os poderes de Estado. Mesmo com resistências dos *Parlements*, era ainda a figura mais poderosa da França. Em 1791, sequer tinha liberdade de fazer um passeio aos arredores da capital!

Convicto de que a continuidade do movimento revolucionário seria deletéria para si, para seus familiares e para a França, Luís XVI decidiu atender aos apelos feitos por seu irmão que já havia emigrado – o futuro



Carlos X –, sua esposa e outros para sair da capital e organizar uma contrarrevolução com a forças militares estacionadas na fronteira belga. A fuga, executada em junho de 1791, foi um fracasso completo. Vários erros de execução do plano fizeram com que o rei fosse descoberto antes de alcançar as forças legitimistas que apoiavam suas pretensões. Tendo sido encontrado, foi escoltado de volta a Paris por populares e membros da Guarda Nacional, verbalmente agredido durante o caminho.

A conhecida “fuga para Varennes” causou forte alvoroço na França. O movimento contrarrevolucionário do rei ficara evidente para todos, mas as opções para a elite política na Assembleia eram poucas. Afinal, o que poderiam fazer? Apesar de atualmente a ideia de adotar uma República ser banal, à época poucas eram as repúblicas existentes e a ideia de que um país grande e populoso como a França pudesse ser uma república soava impossível para muitos.¹⁷ Assim, a Assembleia decidiu no início de julho que o rei seria suspenso de seus poderes até a ratificação da constituição e criaram a ficção de que ele havia sido sequestrado e não traído a Revolução.

Os grupos mais radicais, compostos principalmente de trabalhadores urbanos empobrecidos – os *sans-culottes* –, no entanto, organizaram-se imediatamente para pedir o fim da monarquia. No dia 17 de julho de 1791, reuniram-se no Campo de Marte para assinar uma petição que exigia a saída do monarca. A Guarda Nacional reagiu e alguns morreram – o número é incerto, mas estima-se baixo. A imprensa radical inflou os números e nomeou o incidente como o “Massacre do Campo de Marte”, incidente esse que viria a constar como um dos “crimes” de Luís XVI quando de seu julgamento – apesar de não ter sido ele o responsável por ordenar a repressão. Esse movimento de julho de 1791 serviu de lição para os líderes populares, como Camille Desmoulins e Georges Danton. Muito longe de desistirem de derrubar a monarquia, passaram a planejar sua próxima atuação, que veio a ocorrer quase um ano depois e, dessa outra vez, com sucesso.

O texto constitucional francês entrou em vigor em setembro de 1791. Vamos ver seus pontos principais:

- A França se tornou uma monarquia constitucional;
- Foram abolidas as distinções baseadas no nascimento ou *status*;
- Ficaram garantidas as liberdades civis:
 - Liberdade de expressão sem censura prévia;
 - Direito de reunião;
 - Liberdade religiosa;
 - Inviolabilidade do direito de propriedade;
 - Direito de eleição dos “ministros do culto”;
- Ficou definida a fonte da soberania a partir da Nação e não da dinastia;

¹⁷ Segundo os teóricos políticos da época, em especial Montesquieu, uma República somente poderia funcionar num Estado territorialmente pequeno já que seria necessária a participação popular dos cidadãos na condução do país. Países grandes e populoso funcionariam melhor como monarquias. Os Estados Unidos da América foram o primeiro país extenso a se organizar como República e isso somente foi possível sem fortes abalos e quebra da unidade política porque adotaram a fórmula federalista, um dos mais inovadores frutos da Revolução Americana.



- O rei ficou a cargo do poder executivo, a ser exercido por ministros apontados por ele;
- Ficou estabelecida a justiça eletiva, isto é, que os juízes seriam eleitos pelo povo;
- Foi criada a distinção entre cidadão ativo e cidadão passivo. Os primeiros tinham direitos políticos e civis. Os segundos, somente os civis. A diferença foi baseada na renda: aqueles que atendiam aos critérios censitários teriam direito de participar das eleições;
- O Poder Legislativo ficou a cargo de uma Assembleia unicameral. As leis seriam aprovadas por ela e submetidas ao rei para sanção. Seu veto, se aplicado, seria, no entanto, suspensivo, podendo ser derrubado pela Assembleia.

Antes de finalizar seu trabalho, a Assembleia fez uma proclamação que, retrospectivamente, parece um tanto ingênua: “A Revolução acabou”. Para muitos deputados ali presentes, eleitos em 1789, a obra de regeneração da França fora feita. O país deixou de ser uma monarquia absoluta e passou a ser constitucional; a sociedade de ordens foi substituída por uma sociedade de indivíduos; o *status* do nascimento foi substituído pelo mérito; a Igreja perdeu seu poder; a economia ainda estava mal, mas, acreditavam (erroneamente), em vias de recuperação. Mas a perda do véu de legitimidade monárquica, os abalos das instituições, os desacordos mútuos entre franceses acerca do que fora feito e do caminho a seguir adiante, a explosão da fúria popular, agora organizada em torno de ideias claras, tudo isso levaria à continuidade e intensificação do movimento revolucionário.

A Assembleia Nacional e o início das guerras revolucionárias

Depois de finalizado o trabalho constitucional, foram realizadas eleições para a formação da Assembleia Nacional. Os grupos políticos resultantes da eleição eram bastante fluidos e estavam distantes da realidade de organização partidária atual. Em geral, no entanto, destacam-se os jacobinos, os *feuillants* e o “independentes”.

Os jacobinos, nessa fase da monarquia constitucional, eram mais plurais do que viriam a se tornar a partir de 1792. Mais do que um grupo político na Assembleia, os jacobinos eram aqueles que participavam de um clube político de Paris (o clube na rua dos jacobinos) – que depois se tornou a sede de uma larga rede de sociedades jacobinas. Esse clube era composto por indivíduos que defendiam propostas de reforma política e social mais profundas. Depois de 1792, contudo, associou-se definitivamente às pautas dos *sans-culottes* e se transformou nesse agrupamento que conhecemos como sinônimo de radicalismo político.

Os *feuillants*, por sua vez, eram aqueles moderados defensores da monarquia constitucional. Foram a principal força política no início do governo constitucional de Luís XVI. Mas, sem sombra de dúvida, a grande maioria dos deputados eleitos, ao todo 745, eram figuras sem formação política e sem muitos compromissos “ideológicos”. Esse grupo de independentes, que foi chamado de Planície (ou de “Pântano”, pejorativamente), mudou seu posicionamento ao sabor dos acontecimentos e das pressões das ruas de Paris.



A monarquia constitucional, contudo, teve vida curta. Menos de um ano de aprovada a constituição, o rei foi suspenso de suas funções e, depois, a monarquia foi abolida. A causa principal para isso foi o início das guerras revolucionárias.

A situação interna francesa foi acompanhada de perto pelas demais monarquias europeias. Ao contrário do que possa parecer, não foi criada de imediato uma simpatia pela sorte da família real francesa. As casas reais europeias mantinham fortes antagonismos mútuos e a França causou, desde o século XVII, muita dor de cabeça aos demais com suas guerras expansionistas. Entre 1789 e 1791, assim, os monarcas europeus assistiram com relativo contentamento o esfacelamento do poderio francês.

Isso não quer dizer que a família real francesa não tenha buscado apoio externo. Maria Antonieta, austríaca, foi uma das mais ativas nesse sentido, enviando cartas constantemente a seu irmão, instando-o a ajudar sua família. Também os irmãos do rei e outros nobres buscaram apoio de outros príncipes à casa Bourbon. Os pedidos caíram em ouvidos moucos até agosto de 1791, quando pela primeira vez se manifestou o Sacro-Imperador, irmão de Antonieta.

Leopoldo II e Frederico Guilherme IV da Prússia assinaram uma declaração em Pillnitz afirmando que a situação da família francesa era de interesse das demais cabeças coroadas da Europa. A linguagem foi bastante moderada face ao que desejava Antonieta, mas o suficiente para irritar os mais radicais, fortalecer neles a ideia de que a família real estava de conluio com as potências estrangeiras para liquidar com os ganhos da Revolução e animar o fervor bélico dos revolucionários.

Para além da declaração de Pillnitz, colaboraram para os ânimos belicistas franceses o apoio de vários principados alemães – particularmente o bispado de Trier, vizinho da França – aos nobres emigrados da França. Desses locais, mantinham propaganda contrarrevolucionária em seu país natal, o que foi encarado como uma ameaça pelas lideranças francesas, tanto fora quanto dentro da Assembleia.

Nesse contexto de animosidades, em 1792, os clamores por guerra foram se tornando mais intensos. Interessantemente, vários, quase todos, os grupos políticos da França clamavam por um conflito com as potências alemãs continentais, mas por motivos diferentes. Do ponto de vista dos mais radicais da Assembleia Nacional, liderados por Brissot, a guerra serviria não só para destruir os focos de resistência à Revolução fora da França, dispersando as cortes de emigrados, mas também forçaria os cidadãos e as elites francesas a se posicionarem decisivamente acerca do movimento iniciado em 1789. A guerra, para os “brissotinos”, revelaria também os “inimigos internos da Revolução”. Do ponto de vista da Corte e da família real, a guerra também era bem-vinda porque acreditavam que as forças francesas não seriam páreo para vencer uma invasão e, derrotados os revolucionários, o rei poderia restabelecer seu poder.

Assim, em abril de 1792, o ministério francês, composto por brissotinos, apresentou um ultimato aos principados alemães que mantinham cortes de emigrados, exigindo o fim do apoio a esses nobres e sua dispersão. Temendo uma invasão francesa, os principados acataram. Ocorre que esses príncipes faziam parte do Sacro-Império e, portanto, estavam sob proteção do imperador. Pouco tempo antes desse movimento diplomático francês, morreu o experiente irmão de Antonieta, Leopoldo II, assumindo a liderança do Império seu jovem filho, Francisco II. Mais impetuoso que seu pai, Francisco II opôs-se à clara violação francesa da soberania imperial e afirmou que apoiaria a liberdade dos principados. Em resposta, em 20 de abril de 1792, a França declarou



guerra à Leopoldo II. Esse, por sua vez, recebeu o apoio da Prússia. Iniciavam-se as guerras revolucionárias que, somadas às guerras napoleônicas, engolfaram a Europa em quase 25 anos de guerras contínuas.

O início da guerra foi desastroso para a França. Seu Exército estava despreparado e desabastecido e as primeiras ofensivas em direção ao território austríaco da Bélgica foram repelidas com facilidade. As derrotas iniciais levaram os exaltados a dizerem que os “inimigos da Revolução” estavam atuando para destruí-la, não compreendendo as razões para o fracasso militar e contribuindo para criar um clima de paranoia e pânico, principalmente em Paris. Os aliados austro-prussianos, por sua vez, rapidamente alcançaram o território francês e, fatalmente, o comandante das forças germânicas, o duque de Brunswick, emitiu uma declaração que acabou por levar a uma nova sublevação popular em Paris.

A Declaração de Brunswick elevou o tom frente àquela de Pillnitz de um ano antes. Nesse texto, o general invasor ameaçou diretamente os habitantes de Paris caso qualquer coisa acontecesse à família real. Para os revolucionários parisienses, não foi necessária outra “prova” do conluio do rei com os inimigos da França. Pouco tempo depois de esse documento circular na capital, os radicais que haviam organizado o movimento do Campo de Marte em julho de 1791, voltaram a planejar uma insurreição.

O movimento foi organizado por Danton, Desmoulins, Robespierre, Marat e outros líderes populares no dia 10 de agosto. Eles declaram criada uma “Comuna Insurrecional” governada por eles e agitaram a população a tomar as Tulherias. Depois de breve e sangrenta escaramuça com a guarda real suíça, tomaram o palácio. O rei e sua família pediram asilo à Assembleia Nacional. Foram recebidos pelos deputados, mas não passou um mês até que fossem presos.

Com a tomada do poder, a Assembleia Nacional aprovou uma resolução convocando uma Convenção Nacional para tratar do futuro político do país e suspendeu o rei de suas funções. Esse organismo político reuniu-se pela primeira vez em setembro e proclamou a República no dia 21.

As forças invasoras foram repelidas temporariamente no dia 20 de setembro, dando sobrevida ao regime recém-inaugurado. As razões para a retirada das forças germânicas têm menos a ver com o poderio militar francês que com outras preocupações da Áustria e da Prússia com a Rússia a leste. De toda sorte, ao se retirarem do território francês, deram tempo valioso para o novo governo reorganizar-se.

Em setembro de 1792, portanto, iniciou-se uma nova fase da Revolução Francesa. A experiência da monarquia constitucional fracassou em razão dos profundos conflitos causados pelas reformas amplas, intensas e rápidas realizadas desde 1789, que criaram feridas e fissuras no tecido social francês. A proclamação da República não curou nada disso, ao contrário. As novas forças em comando exacerbaram todos esses conflitos num momento de graves ameaças externas. Foi nesse contexto turbulento que floresceu o Terror.



O governo da Convenção

O movimento revolucionário de 10 de agosto de 1792 alterou decisivamente os rumos da Revolução Francesa. Do golpe, chegou ao fim a Assembleia Nacional, nasceu um novo polo de poder – a Comuna insurrecional – e uma nova Convenção foi convocada para lidar com a situação política. Paralelamente, a guerra continuava, forçando o governo a financiar o esforço militar e a recrutar homens, esforço esse que, veremos, levou a mais conflitos internos. Era, portanto, um período de crise aguda para a França que levou à radicalização cada vez mais intensa dos revolucionários, ao recrudescimento dos antagonismos políticos e à violência em nome da Revolução: o Terror.

Convenção Nacional reuniu-se pela primeira vez em 20 de setembro de 1792. Foram eleitos 749 deputados por meio de sufrágio universal masculino num sistema em dois graus (eleitores escolhiam delegados que, por sua vez, escolhiam os deputados). Esse novo corpo político foi praticamente todo ele depurado dos elementos mais moderados que, até então, tinham defendido a monarquia constitucional. A bem da verdade, muitos desses, verdadeiramente entusiasmados com a Revolução em 1789, sentiram-se ameaçados e preferiram emigrar. Na Convenção, organizaram-se os seguintes grupos: a Montanha (os que se sentavam na parte mais alta da Convenção, identificados com os interesses dos *sans-culottes* e com os jacobinos), a Gironda (aqueles que provinham da região de Bourdeaux e os demais que se associavam a eles; os antigos “brissotinos”) e a Planície (aqueles não identificados com qualquer dos dois grupos e que alteravam seu posicionamento segundo as circunstâncias políticas).

O julgamento e morte de Luís XVI

A primeira providência da Convenção foi decidir acerca dos rumos da “realeza”, isto é, da monarquia. No dia 21 de setembro, a monarquia foi abolida e a República foi proclamada. A segunda questão relevante sobre a qual tiveram de se debruçar foi o do julgamento do rei – paralelamente à reorganização governamental e o esforço de guerra, que veremos adiante. Depois de proclamada a República, foi formada uma comissão para se investigar os papéis encontrados nas Tulherias (invadidas durante o golpe de agosto) para decidir se Luís XVI tinha atuado com duplicidade ou não. Em novembro, a comissão decidiu que não era possível cabalmente determinar isso, deixando a decisão sobre julgar ou não o antigo monarca sob a discricionariedade política da Convenção.

Colocar Luís XVI em julgamento não era uma decisão simples. Havia problemas jurídicos e políticos em julgá-lo e condená-lo à morte. Em termos jurídicos, as questões eram:

- Sendo a Constituição de 1791 a que estava em vigor e determinando o texto constitucional que o rei era inviolável, seria possível julgá-lo?



- Sendo necessário substituir o texto constitucional por outro, poderia a lei retroagir para punir? Segundo o entendimento da época, não.

Em termos políticos, por sua vez, outras graves questões se levantavam:

- Condenar Luís XVI à morte não estaria a Convenção se arriscando a criar um mártir para os contrarrevolucionários?
- Sua morte não aumentaria o risco de outros países se juntarem à coalizão contra a França?
- Sua morte, defendida pela multidão de Paris, não seria um sinal às massas de que poderiam forçar a Convenção a fazer o que bem desejavam?

Um deputado defendeu na Convenção que o “cidadão Capeto” (Luís XVI) fosse executado de imediato, sem julgamento: Robespierre. Segundo esse líder jacobino, Luís XVI já havia sofrido a condenação do povo ao retirá-lo do poder, faltando somente a aplicação da pena capital – em suas palavras: “Luís deve morrer para que a pátria possa viver”. Esse seu posicionamento não convenceu a maioria, no entanto, e um impasse se seguiu entre aqueles que defendiam o julgamento (apoiados pelas massas parisienses) e aqueles recalcitrantes. A situação mudou no dia 20 de novembro, quando o ministério do interior alegou ter encontrado documentos condenatórios do rei num cofre nas Tulherias. Ainda se discute se os documentos são reais ou não, mas à época foi o suficiente para levar à Convenção a se decidir pelo julgamento do rei. Os documentos mostravam, supostamente, a ação corruptora da Coroa comprando o apoio de jornalistas e de importantes figuras da Assembleia Nacional. Também forneciam provas de que o rei teria entrado em contato com os emigrados e os inimigos da França instando-os a auxiliá-lo a derrotar a Revolução.

O clima mais acirrado no início de dezembro levou à aprovação de uma medida decretando a pena de morte a todos os que defendesse o retorno da monarquia e, na sequência, decidiram iniciar o julgamento. O caso foi debatido entre os deputados e o antigo monarca compareceu em algumas sessões para responder a uma série de perguntas. O clima hostil a Luís ficou evidente desde o começo a ponto de a 26 de dezembro, seu defensor afirmar a todos os deputados: “Procuro entre vós juízes, mas não vejo se não acusadores”.

Quando a notícia chegou às demais cortes europeias de que o Luís tinha sido colocado em julgamento, imediatamente as potências europeias começaram a aumentar a pressão sobre a nova República. O Reino Unido, particularmente, preocupava-se com os rumos da política continental porque sua rival tinha planos de avançar sobre os Países Baixos, considerados estratégicos pelos britânicos. O primeiro-ministro, Pitt, o jovem, passou a sofrer grande pressão do Parlamento para intervir. Também a Espanha deixou claro que a aliança com a França – o “pacto de família” – seria rompida em caso de morte do antigo rei.

Levando em conta as pressões externas e os inconvenientes políticos, os girondinos buscaram retardar a condenação de Luís XVI. Entendam bem: os girondinos não eram monarquistas (como os jacobinos os acusaram), mas preocupavam-se com as consequências da morte do rei. Mais ainda, os girondinos vinham de várias regiões



da França e se ressentiam da força de Paris e, mais particularmente, da constante intervenção dos habitantes da capital na condução da política nacional.

O meio encontrado pelos girondinos para evitar a condenação rápida do rei foi o de tentar levar a questão de sua morte para o voto popular, o que foi rechaçado pela Convenção. Em sequência, propuseram que a decisão da Assembleia fosse levada à ratificação popular por referendo, igualmente rejeitada. Organizaram-se, então, contra a condenação à morte e, nesse caso, o resultado foi bastante apertado. No voto final acerca do destino de Luís XVI, 361 deputados votaram pela execução, 360, contra. No dia 21 de janeiro de 1793, o rei foi guilhotinado em Paris sob grande comemoração das massas radicalizadas de *sans-culottes*.

Todos os problemas levantados por aqueles preocupados com as consequências do que a morte do rei ocasionaria se concretizaram. Pouco tempo depois da execução de Luís XVI, a França se viu em guerra com a Inglaterra e com a Espanha. Internamente, o fosso separando os grupos políticos tornou-se mais largo e mais fundo. Aqueles reticentes à Revolução passaram a uma hostilidade aberta, tendo agora um mártir para sua causa; os revolucionários tornaram-se cada vez mais intransigentes com seus opositores; girondinos e jacobinos, apesar de republicanos, saíram divididos e inimigos do julgamento; a Montanha associou-se com os *sans-culottes* parisienses, criando tensões com as províncias. Assim, no início de 1793, a situação francesa tornava-se cada vez mais acrimoniosa e explosiva.

A República em perigo e o Terror

Depois da queda da monarquia e da retirada das forças austro-prussianas de solo francês, a França iniciou um movimento rápido de expansão militar. Invadiu com sucesso os países baixos austríacos – atual Bélgica – e avançou para a outra margem do rio Reno, ocupando vários principados. O otimismo da República recém-instaurada com suas vitórias levou-a a alterar os objetivos de guerra, proclamando nesse momento que levaria a liberdade para todos os povos submetidos a tiranos da Europa. Essa mudança é bastante significativa quando comparamos com o objetivo circunscrito de fazer guerra ao sacro-imperador apontado como *casus belli* em abril de 1792. Tão grande era a confiança do governo em suas forças que declarou guerra à Inglaterra e à Holanda em fevereiro de 1793 e à Espanha em março – o movimento deve ser entendido como uma antecipação à guerra que, acreditavam os líderes da Convenção, era inevitável.

A euforia francesa, no entanto, logo chegou ao fim. As forças austro-prussianas voltaram à carga, a marinha britânica começou a causar disrupção ao comércio ultramarino francês, a Espanha, a acossar a fronteira sul. Logo no início de 1793, todas as conquistas francesas foram revertidas e mais uma vez a guerra alcançava o território da República. A Convenção se viu então em maus lençóis e emitiu dois decretos que tiveram grandes consequências: determinou a amálgama dos voluntários ao Exército profissional – o que deu maior combatividade às forças terrestres em médio prazo; e determinou o recrutamento de 300 mil homens, a ser feito por cada “departamento” (isto é, província) segundo a quota estabelecida. Era um esforço bélico imenso, mas não o mais intenso, como se verá.



Antes de essas medidas se efetivarem, notícias do front belga alcançaram a Convenção: o general Dumouriez havia sido derrotado e as forças francesas forçadas a se retirar dos Países Baixos. O novo governo não compreendia as razões para esse fracasso e muitos deputados acreditavam que fora fruto de movimentos contrarrevolucionários dentro do Exército. Em resposta, convocou o general para explicar-se e esse último, sabendo que poderia ter o mesmo destino de outros “suspeitos” – a morte –, preferiu tentar a sorte e organizar efetivamente um golpe contra a República. No início de abril, negociou uma trégua com os austríacos e tentou usar seu exército contra a Convenção, mas não obteve sucesso porque muitos de seus oficiais se negaram a segui-lo. Dumouriez, então, fugiu e entregou-se para seus inimigos.

A defecção de Dumouriez foi um duro golpe contra a Convenção e exacerbou os ânimos políticos. O general havia se associado aos girondinos e sua fuga colocou todo o grupo em suspeição para os parisienses e para a Montanha. Igualmente, todos os generais e altos oficiais tornaram-se suspeitos e a Convenção começou a enviar deputados para assumir funções fiscalizatórias para o front e para o interior francês – eram os “enviados em missão” – com o objetivo de evitar novas defecções. Por fim, os mais radicais se convenceram, a essa altura, da necessidade de aterrorizar os inimigos da Revolução, interna e externamente.

Nesse contexto, a *levée* dos 300 mil começou a ser aplicada nos departamentos. Esse recrutamento foi a oportunidade para muitos demonstrarem seu descontentamento com a República, evadindo-se do serviço militar quando não resistindo abertamente a ele. O caso mais extremado de resistência foi o da Vendéia, região do Oeste francês, no vale do rio Loire. Nessa localidade tradicional, os camponeses haviam se ressentido enormemente do ataque à Igreja e à monarquia. Quando chegaram as ordens para o recrutamento, os habitantes resistiram em pequenas escaramuças e pouco tempo depois se organizaram num exército de camponeses liderado pelos antigos nobres que ainda moravam por lá. Também em abril de 1793, decidiram se posicionar abertamente contra a Revolução, declarando-se “Exército Católico e Real”, adotando as cores da família Bourbon e símbolos religiosos. Foi a primeira resistência militar organizada contra o novo regime.

Compondo o grave quadro de ameaça à República, temos as dificuldades econômicas e sociais que o país enfrentava. Todos aqueles problemas enfrentados pelo governo monárquico permaneciam e foram agravados por uma forte inflação, fruto da emissão descontrolada de moeda e da desorganização causada pela guerra. Essa circunstância levou as massas populares de Paris a exigirem medidas mais efetivas do governo da Convenção, como controle de preços e confisco de bens dos especuladores. A Montanha aderiu a essa agenda econômica e conseguiu aprovar o tabelamento de preços dos grãos. Essa política de ceder aos pobres de Paris não agradou aos girondinos, que acreditavam que os habitantes da capital não deveriam ditar as regras para todo o país. O antagonismo crescente levou os *sans-culottes* a invadirem a Convenção e forçarem a expulsão dos líderes girondinos, em junho de 1793. Na sequência, vários departamentos também entraram em revolta contra o governo revolucionário contra essa política centralizadora – era a revolta “federalista”. Diferentemente da revolta da Vendéia, a revolta “federalista” não era contrarrevolucionária em seus reclames, exigindo, antes, uma menor interferência de Paris na condução do país. Mas para a Montanha, para os líderes da Convenção, para os jacobinos e para os radicalizados, eram todos reacionários e inimigos a serem esmagados pelas forças revolucionárias.

Assim, meados de 1793, o governo revolucionário lidava com uma guerra externa com várias potências europeias, duas contestações internas à ordem política, uma delas com claro teor contrarrevolucionário, e uma



situação econômico-social que fustigava os mais pobres. A saída da Convenção, controlada pela Montanha jacobina e liderada por Robespierre, para esse contexto caótico foi o Terror revolucionário.

O Terror foi uma política levada a cabo pelos revolucionários para assegurar a sobrevivência do regime republicano em sua forma unitária. Robespierre tratou do tema em um discurso na Convenção da seguinte maneira:

O terror não é outra coisa senão a justiça pronta, severa, inflexível; esta é, portanto, uma emanção da virtude; é menos um princípio particular do que uma consequência do princípio geral da democracia, aplicada às mais prementes necessidades da pátria.

Devemos encarar o Terror a partir de quatro aspectos: as medidas econômicas, a *levée en masse*, a repressão militar às revoltas e a reorganização judiciária.

Atendendo às demandas das camadas populares empobrecidas, particularmente de Paris, o Comitê de Salvação Pública – órgão da Convenção que concentrou os poderes nesse momento do Terror – aprovou o *Maximum* Geral de Preços em setembro. O *Maximum* foi um tabelamento geral de preços na França, não só de grãos, como fora feito em maio. Não só vários produtos foram tabelados, como também a remuneração dos trabalhadores, tentando o governo “acalmar” à força o mercado que se encontrava num espiral inflacionário. Também foram aprovadas medidas para punir severamente – de confisco à prisão e mesmo morte – os “especuladores”, isto é, aqueles que seguravam seus produtos para venderem na escassez ou aqueles que se recusavam a vender no preço tabelado. Como qualquer tabelamento, pelo menos segundo os exemplos da história contemporânea, o *Maximum* teve efeito de curto prazo, mas logo levou à criação de mercado paralelo que refletia os preços segundo a lei da oferta e da procura e, mais ainda, acabou levando a desabastecimentos, já que o setor produtivo não tinha incentivo para continuar a investir uma vez que o preço futuro tabelado não cobriria as despesas.

Outra medida econômica relevante, que não é específica do Terror, mas que foi intensificada nesse momento, foi o confisco de bens de “inimigos da Revolução”. A atenção inicial recaiu sobre os antigos nobres, muitos dos quais haviam emigrado em busca de segurança. A Convenção conseguiu arrecadar somas consideráveis ao sequestrar esses bens – a terra sendo o principal – e vender a outros cidadãos como “bens nacionais”. Depois de finda a Revolução até quase o fim da década de 1820, a questão dessa posse legítima dessas propriedades, como também aquelas do clero, causaram grande instabilidade na França.

Do ponto de vista militar, a situação francesa exigia medidas drásticas, já que os exércitos necessitavam de mais soldados no front externo e, de meados de 1793 até fins de 1794, também no front interno. Assim, o governo revolucionário decidiu radicalizar e aprovou, pela primeira vez na história, uma lei de recrutamento geral e irrestrito da população masculina. Não só isso, mobilizou toda a sociedade para a guerra. Todos os cidadãos, incluindo mulheres, crianças e idosos, receberam funções. A lei ficou conhecida como *levée en masse* e pode ser encarada como a definição mais cabal de “guerra total”:



Doravante, até que os inimigos sejam expulsos do território da república, o povo francês está em permanente requisição para o serviço militar. Os jovens irão à batalha; os homens casados devem forjar armas e provisões de transporte; as mulheres farão tendas e roupas, e servirão nos hospitais; os filhos transformarão o linho velho em fiapos [para servir de atadura]; os velhos devem dirigir-se aos lugares públicos, para estimular a coragem dos guerreiros e pregar a unidade da República e o ódio aos reis.

A *levée en masse* proporcionou ao governo revolucionário os homens necessários para fazer frente aos vários desafios enfrentados, internos e externos. Do ponto de vista interno, foram enviadas expedições à regiões em revolta para esmagar os revoltosos. A revolta federalista foi derrotada com relativa facilidade e no início de 1794 já havia sido liquidada. O caso de maior resistência federalista foi o do porto de Toulon na costa mediterrânea da França. Os sublevados desse local chegaram a negociar com os ingleses e a Grã-Bretanha somente não conseguiu tomar conta da cidade porque um certo coronel chamado Napoleão divisou uma ofensiva que resultou na derrota dos federalistas antes do desembarque inglês.

O caso da Vendéia foi bem mais complicado. Isso porque o Exército Católico e Real era mais combativo e, mais importante, havia quase unanimidade na região do Loire em se opor ao governo republicano. Assim, não bastava derrotar as forças no campo de batalha se, logo mais adiante, os residentes locais sobreviventes pegassem em armas de novo. Assim, o comandante das forças da República, percebendo isso depois de derrotar o grosso do exército insurreto, adotou uma tática de terra arrasada e de destruição indiscriminada. Dividiu suas forças em colunas – as chamadas colunas “infernais” – que receberam ordens de destruir tudo e matar a todos que encontrassem. Os mais críticos da Revolução chamam esse episódio de “Genocídio Vendeano”. Estima-se que mais de 200 mil morreram nessa campanha, ao que deve ser somado ainda as condenações do tribunal revolucionário que foi instalado na região. Tão grande foi a violência perpetrada que até Robespierre e outros de Paris a condenaram e convocaram os responsáveis à capital para responderem por seus atos.

No combate aos “inimigos internos da Revolução” foram também enviados deputados da Convenção para supervisionar a atuação do Exército e “aplicar a justiça” revolucionária aos revoltosos. Assim, foram instalados tribunais em todos os territórios que haviam se sublevado e as execuções foram numerosas. No caso do Loire, as autoridades chegaram mesmo a “inovar” no modo de matar seus inimigos: afogamentos, torturas, mortes com balaço de canhão e outras formas de execução foram utilizadas nesses locais.

Esses tribunais revolucionários mencionados acima foram estabelecidos no conjunto das reformas judiciárias realizadas pela Convenção. Esses tribunais tinham por objetivo julgar os acusados de serem “inimigos da Revolução”. O critério para tanto fora estabelecido na “lei dos suspeitos”, aprovada em 1793 e estendida frequentemente. Segundo uma das versões da lei, eram considerados suspeitos aqueles:



que, seja por sua conduta, seja por suas relações, seja por suas palavras ou seus escritos, se tenham mostrado partidários da tirania ou do federalismo e inimigos da liberdade, aqueles que não souberem justificar, da forma prescrita pelo decreto de 21 de março, dos seus meios de existência e da aquisição dos seus deveres cívicos; aqueles a quem os certificados de cidadania tenham sido recusados, funcionários públicos suspensos ou demitidos de suas funções pela Convenção Nacional ou por seus comissários e não reintegrados, os ex-nobres, maridos, esposas, pais, mães, filhos ou filhas, irmãos ou irmãs e agentes de emigrantes, que não demonstraram constantemente o seu apego à Revolução, aqueles que emigraram no intervalo de 1 de julho de 1789 à publicação de 30 de março a 8 de março de 1792, embora tenham retornado à França no período prescrito por este decreto ou anteriormente.

Para que alguém fosse levado a julgamento, bastava a denúncia de um cidadão. Até meados de 1794, o tribunal dispensava variadas penas, não sendo a menor a morte. Em junho de 1794, o tribunal foi reorganizado e os suspeitos presos somente poderiam ter dois destinos: a liberdade ou a morte num rito sumário sem apelação. Foi o “Grande Terror” que durou poucos meses antes de ser desmantelado pela reação Termidoriana.

Nesse clima de paranoia e violência desenvolveu-se o processo que ficou conhecido como “Descristianização” nos meses finais de 1793 e iniciais de 1794. É um dos fenômenos mais insólitos da Revolução Francesa. Não foi levado a cabo pelo governo, mas pelas massas urbanas radicalizadas – os *enragés*, os “enraivecidos”. Dentre as ações desses *enragés*, podemos elencar:

- Destruição de imagens, estátuas e Igrejas em várias partes da França;
- A realização de cerimônias sacrílegas dentro dos templos;
- A transformação de Notre Dame no “Templo da Razão”;
- A exumação e destruição dos corpos de reis enterrados em Saint-Denis;
- A abjuração coletiva (por vezes forçada, por vezes não) de padres e bispos – chegando a 20 mil abjurados;
- Perseguição e fechamento à força de Igrejas onde a missa ainda era realizada;
- Fechamento de todas as Igrejas da capital;

O governo, e em particular Robespierre, preocuparam-se com essa situação desde o início. Isso não porque fossem fiéis cristãos, mas por entenderem que essa violência e perseguição aumentariam o descontentamento da população com a Revolução. Assim, tomou medidas para impedir esse movimento, aprovando leis que garantiam a liberdade de cultos e perseguindo os *enragés*. No primeiro trimestre de 1794, o pior da Descristianização havia passado.



Antes de finalizarmos essa história da Convenção jacobina, é necessário lembrar que em 1793 foi finalizado um novo texto constitucional para a França. Esse documento, apesar de nunca ter entrado em vigor, é interessante porque inaugurou novos direitos e princípios que, décadas adiante, voltariam a ser resgatados pelos europeus. Dentre eles, o voto universal masculino (e portanto, o fim da divisão entre cidadãos ativos e passivos), o direito ao trabalho e o princípio da solidariedade social. A constituição de 1793 foi a grande obra jurídica jacobina e muitos continuaram defendendo propostas semelhantes depois da derrota do movimento popular na segunda metade da década de 1790.

Em meados de 1794, a tempestade que acometera a França estava em vias de ser superada. As revoltas haviam sido derrotadas ou em vias de serem suprimidas totalmente; a situação econômica continuava ruim, mas a ação dos populares fora contida pelos tribunais e pela repressão; a guerra externa encaminhava-se para uma nova fase de ofensiva francesa. Ainda assim, as medidas repressivas do Terror continuavam e, a bem da verdade, intensificaram-se com a reorganização do tribunal.

Essa circunstância, somada à centralização total do aparato administrativo e repressivo nas mãos do Comitê de Salvação Pública e, mais particularmente, em Robespierre, levaram à exasperação dos ânimos na Convenção. A perseguição indiscriminada às diversas forças políticas, a violência extremada do regime e o clima de paranoia fizeram com que um grupo dentro da Convenção se articulasse para derrubar Robespierre e por fim ao Terror. Em julho de 1794, depois de alterações graves na Convenção, os inimigos de Robespierre conseguiram reunir força suficiente para tomar o poder, prender Robespierre e seus aliados e executá-los. Foi a “Reação Termidoriana” que deu início a uma nova fase da Revolução.

A Convenção Termidoriana e o governo do Diretório

Os “termidorianos” responsáveis pela queda de Robespierre formavam uma coalizão disparatada de forças políticas unidas contra a “tirania” do líder do Comitê de Salvação Pública. Assim, não se formava de um movimento político homogêneo e as dissensões não tardaram a aparecer e novos conflitos a surgirem.

A “Convenção Termidoriana” durou 15 meses, de 27 de julho de 1794 a 26 de outubro de 1795. Durante esse período, os deputados fizeram uma larga obra política e institucional, dentre o que podemos destacar:

- A reversão da política do Terror,
- A defesa da República contra a ação das massas jacobinas e da reação monarquista;
- A celebração de paz com alguns dos inimigos externos;
- A elaboração da constituição de 1795;



O desmantelamento do Terror e a luta contra as facções

Acabar com o Terror estava na ordem do dia dos termidorianos. Para tanto, fizeram uma série de mudanças na estrutura governamental e jurídica do país. Nesse sentido, esvaziaram o Comitê de Salvação Pública de seus poderes extraordinários e diminuíram o intervalo para a renovação dos membros desse órgão. Igualmente, libertaram todos os “suspeitos” presos em todo o país, aboliram as leis de exceção referentes ao Tribunal Revolucionário, fecharam vários comitês revolucionários presentes nos departamentos, relaxaram as leis de censura da imprensa, aboliram o *Maximum* geral e reconvocaram os girondinos que haviam sido expulsos em 1793.

A abertura das cadeias resultou, como era de se esperar, em movimento difuso e desordenado de desforra contra os antigos perseguidores. Pessoas comuns que haviam sido presas ou que haviam presenciado a morte de seus concidadãos nas mãos de revolucionários exaltados aproveitaram a ocasião para se vingarem, movimento que não foi coibido pelo poder central. Essa nova rodada de violências, que resultou na morte de cerca de 2000 pessoas, – número bem inferior àqueles do Terror jacobino – ficou conhecida como “Terror branco”.

Depois de feitas essas modificações, as fissuras entre os grupos na Convenção começaram a aparecer. Isso porque a Montanha passou a ser pressionada pelos pobres de Paris a tomar, novamente, medidas contra a situação econômica. As massas populares chegaram a invadir as Tulherias – onde se reunia a Convenção – por duas ocasiões (em abril e em maio de 1795), exigindo, dentre outras coisas, “pão de graça”, a libertação de lideranças jacobinas (presas na esteira de Termidor), a promulgação da constituição de 1793. Nas duas ocasiões, a grande maioria dos deputados decidiu não ceder às pressões populares. Antes, perseguiram com renovada energia os insurretos e os seus aliados na Convenção. Assim, em fins de maio de 1795, a Montanha desapareceu como grupo político, depois da prisão de seus deputados. Igualmente, de meados de 1795 para frente, o movimento popular não mais “incomodou” o regime.

Os populares, contudo, não eram os únicos a ameaçar a ordem republicana. Depois desse ataque aos jacobinos, os monarquistas e opositores da Revolução se viram fortalecidos e tentaram derrubar a República e restaurar os Bourbons na França. As tentativas de golpe foram feitas em julho e em outubro de 1795, após notícias da morte, aparentemente por maus tratos na prisão, do filho, ainda menor de idade, de Luís XVI. O irmão do falecido monarca assumiu o título de Luís XVIII e, indignado com as notícias da morte do sobrinho, decidiu conclamar seus apoiadores à luta aberta contra a Revolução. Em julho, uma revolta se iniciou no Oeste, próximo da Vendéia, com a formação de um pequeno exército formado por emigrados. Rapidamente, contudo, foram derrotados. Em outubro, cerca de 25 mil homens se sublevaram em Paris com o fito de derrubar o governo da Convenção. As lideranças dessa última, no entanto, usaram o Exército profissional – contando, nesse momento, até mesmo com a atuação do general Napoleão – para liquidar com os revoltosos.

A paz com os inimigos



A “pacificação” não ficou restrita à política interna. Também no plano externo a Convenção termidoriana buscou realizar tratados de paz com os inimigos da França após estabilizar e expandir o front em detrimento dos países coligados. Em 1795, iniciou as negociações:

- Em fevereiro, o duque da Toscana pediu para negociar, o primeiro monarca a fazê-lo;
- Em abril, a Prússia assina a paz, a primeira grande potência a fazê-lo;
- Em maio, a Holanda aceita os termos de paz da França, transformando-se em “República irmã”, isto é, basicamente um Estado-cliente francês. Aceitou ainda pagar uma indenização de cem milhões de florins e sustentar os batalhões franceses estacionados na região;
- Em julho, foi feita a paz com a Espanha. Pelos termos do tratado, foi entregue à República o leste da ilha de S. Domingos;
- Em outubro, a França anexou ao seu território toda a Bélgica.

A partir de meados de 1795, portanto, a França tinha de lidar somente com duas grandes potências – a Áustria e a Inglaterra – e outros pequenos inimigos, como, por exemplo, Portugal e o Piemonte. Nesse mesmo ano, deu início à ousada campanha da Itália, liderada por Bonaparte, que levaria a Áustria à mesa de negociação tempos depois. Ou seja, quando o Diretório se estabelece na França, a sorte das armas francesas havia mudado consideravelmente frente ao período de 1793-1794.

A Constituição de 1795

Depois do dismantelamento do Terror, a obra institucional mais relevante da Convenção termidoriana foi a criação e novo texto constitucional. Esse novo documento foi aprovado no segundo semestre de 1795 e foi o mais longo da França Revolucionária, durando cerca de quatro anos. É interessante observar como as experiências políticas de 1789 até 1794 levaram os deputados da Convenção a novas reflexões que impactaram diretamente a arquitetura de poderes dessa nova Constituição. Esse elemento de reflexão a partir da experiência reforça o argumento de Tocqueville acerca dos malefícios da separação entre os *philosophes*, com seu pensamento abstrato, e a administração pública.

O objetivo dos deputados com essa nova Constituição foi evitar, ao mesmo tempo, a ditadura (como a de Robespierre) e o governo das massas, concretizado nas diversas intervenções dos pobres parisienses nas decisões do governo central desde 1789. Para eles, o governo deveria ser dirigido, nas palavras de vários deles, pelos “melhores”, ou seja, os proprietários e os educados. Assim, foi restabelecida a divisão entre cidadãos ativos e passivos, reintroduzindo-se o censo pecuniário para que os homens pudessem votar. Além disso, a constituição de 1795 opôs ao espírito do texto de 1793 em outros elementos: criou uma declaração dos “deveres do cidadão”; deu ênfase à igualdade jurídica e não social; retirou o direito ao trabalho, à assistência social, à insurreição; alterou a base da soberania para a “universalidade dos cidadãos”, diferente da soberania da “nação francesa”.



Em termos da arquitetura dos poderes, o novo texto incluiu elementos de moderação e equilíbrio, incorporando reflexões de Montesquieu e afastando-se da tradição revolucionária até então do unicameralismo como expressão da Vontade Geral rousseauiana. Ficaram assim divididos os poderes:

- O Legislativo ficou dividido em duas Câmaras: o Conselho dos Anciãos e o Conselho dos 500. O mandato foi fixado em 3 anos.
- O Conselho dos 500 tinha o poder exclusivo de propor leis.
- O Conselho dos Anciões (com 250 membros) tinha o poder de vetar as leis.
- O Executivo ficou a cargo de um Diretório composto de 5 membros eleitos pelo Legislativo. A cada ano, um membro era renovado.
- Os diretores apontavam e demitiam os ministros livremente.

Com esse sistema, os deputados acreditavam que estariam seguros de um golpe de força de um indivíduo, já que o Executivo era plural, como também da pressão popular, já que a casa revisora, dos Anciãos, seria capaz de moderar o ímpeto da casa baixa.

O texto aprovado na Convenção foi submetido a referendo popular. A participação foi baixa, mas ainda assim foi aprovado por ampla maioria – ainda que também se possa questionar a lisura do processo. A obra institucional dos termidorianos chegava ao fim.

Os deputados, contudo, não se dispersaram de imediato. Temiam que as eleições que se seguiriam para formar as novas Câmaras pudessem dar maioria aos opositores do regime em vigor, tanto “à esquerda” quanto “à direita”. Com isso em mente, aprovaram uma lei que garantia 2/3 das cadeiras da legislatura a ser inaugurada para os deputados da Convenção. Com isso, a Convenção se dispersou e iniciou-se a fase do Diretório.

O Governo do Diretório

A política do governo inaugurado em 1795 destinou-se a estabilizar o país, prevenir crises, defender a República e finalizar pôr fim à Revolução, ou seja, dar início a um governo constitucional e regular. Esse novo regime buscou equilibrar-se entre as forças políticas do país, adotando uma linha “centrista” entre os realistas, de um lado, e os neojacobinos, do outro. Vamos destacar, nessa seção, a luta contra essas facções e o crescente isolamento da classe política que propiciou o golpe de 18 Brumário em 1799



A primeira ameaça à ordem veio do espectro da esquerda no que ficou conhecido como a “Conspiração dos Iguais” liderada por Gracus Babeuf. Esse líder popular elaborou um programa bastante radical e crítico à religião, à propriedade (propondo sua abolição) e mesmo à família. No início de 1796, foi fundado um comitê insurrecional clandestino pelos “babovistas” com o fito de criar uma rede de conspiradores para a tomada do poder. O segredo, contudo, não foi mantido e em maio do mesmo ano, os conspiradores, incluindo Babeuf, foram presos. Esse, contudo, não foi o fim imediato do movimento.

Em setembro, militantes neojacobinos tentaram realizar uma sublevação de tropas estacionadas em Paris. Ao contrário do que imaginavam, os soldados não se deixaram seduzir pelas propostas, o golpe fracassou e os insurgentes foram presos. No mês seguinte, a comissão militar instaurada para julgar os implicados na sublevação considerou-os babovistas e condenou-os à morte. Babeuf, por sua vez, foi condenado à morte somente em maio de 1797.

A Conspiração dos Iguais ganhou maior relevância na história francesa e ocidental por ter sido considerada, a posteriori, como uma proposta revolucionária de cunho “proto-comunista”. Ou seja, como Babeuf foi um dos primeiros a propor a abolição da propriedade privada, a história do movimento foi revista depois que o comunismo se tornou ideia corrente no Ocidente, elevando-o a uma importância superior àquela que teve efetivamente.

Pouco tempo depois, em 1797, foram os realistas que causaram apreensão no regime do Diretório. Diferentemente, contudo, do movimento popular, a ação monarquista foi institucional, isto é, dentro das regras do jogo parlamentar.

Em abril de 1797, as eleições de renovação do Legislativo resultaram numa maioria moderada e realista (isto é, à direita). Tendo relativo controle do processo legislativo, os realistas buscaram concretizar seu plano político. Dentre outras coisas, aboliram as leis contra emigrados e padres refratários e tentaram impedir a continuidade das guerras de conquista da França bloqueando financeiramente o Diretório.

Essas medidas causaram tensões com o Executivo, que passou a vigiar mais de perto os líderes parlamentares da direita. Descobriram então que esse grupo não estava satisfeito somente em controlar o Legislativo, mas também buscavam restaurar a monarquia. Um complô monarquista liderado por um general e deputado, general Pichegru, foi descoberto e, depois de obter provas da conspiração, o Diretório ordenou a invasão das Tulherias pelo Exército e a prisão de todos os envolvidos. Ato contínuo, o governo cassou o mandato de 140 outros deputados, fechou 42 jornais identificados com o movimento restaurador, fez retornar a censura e as leis contra emigrados e padres refratários. Esse movimento, realizado em setembro de 1797, ficou conhecido como o “Golpe de Frutidor”.

A neutralização da direita não apaziguou os ânimos internos. Antes, fez com que o regime perdesse legitimidade diante de um grande eleitorado. Mais ainda, após o golpe de Frutidor, o Diretório voltou a dar certo apoio aos neojacobinos, num movimento pendular para contrabalançar os realistas. O regime, no entanto, não rendeu dividendos políticos porque as massas não se reconheciam no Diretório e não estavam dispostas a dar-lhe legitimidade.



Seguindo o mesmo caminho dos realistas em 1797, os neojacobinos buscaram se organizar para vencer as eleições e, então, tentar alterar os rumos da República para um viés mais radical. Nas eleições de 1798, obtiveram bons resultados, o que causou nova apreensão nos diretores e demais deputados. Assim, orquestraram novo golpe, dessa vez antes mesmo de os eleitos tomarem posse. Alegando irregularidades nas eleições, o governo conseguiu anular a vitória de 104 deputados. Esse golpe ficou conhecido como “Golpe de 22 Flóreal”.

Desde o fim da Convenção termidoriana e durante todo o Diretório, as ações tomadas contra a direita e a esquerda foram realizadas pelo Exército. Cada vez mais o governo se viu dependente das forças armadas para sobreviver – ou melhor seria dizer, para fazer sobreviver o projeto de país que tinham. Alienando o apoio dos grupos mais engajados politicamente, tentando manter-se num centro apoiado por nenhuma parcela expressiva da população, o governo do Diretório foi se tornando impopular e ilegítimo.

Somente quando se compreende esse contexto mais amplo de perda da legitimidade do governo é que se torna inteligível o golpe de 18 Brumário levado a cabo por Napoleão. Em 1799, Napoleão era um general de grande prestígio, tendo alcançado expressivas vitórias contra todos os inimigos da França. Tendo ficado afastado em certos momentos dramáticos da Revolução, sua imagem passou quase incólume diante de tantos eventos que manchavam políticos de todo o espectro político. Mais importante, atuou para salvar a República em alguns momentos-chave, como na luta contra a tentativas de golpe realista em 1795 e em 1797. Assim, Napoleão foi escolhido por lideranças do Diretório para apoiar um golpe que desse condições de reformar o regime. A ideia dos conspiradores, dentre os quais o abade Sieyès, líder da Revolução lá em 1789, era tomar o poder e alterar a constituição para torna-la mais eficiente.

O golpe foi dado em novembro de 1799 e resultou numa realidade política bem diversa do que esperavam os líderes civis do movimento. A realização do golpe se deu retirando os deputados e anciãos de Paris e, em local isolado, Napoleão afirmou que uma ameaça neojacobina era iminente, necessitando o governo de poderes extraordinários. Tendo encabeçado o movimento, o general recebeu poderes emergenciais, ofuscando os civis que haviam orquestrado com ele o *putsch*. Formou-se na sequência um Consulado e iniciou-se uma nova fase da história política francesa.

O Golpe de 18 Brumário é considerado o marco mais tradicional para o fim da Revolução Francesa. A partir desse momento, Napoleão concentrou cada vez mais em si o poder e encabeçou um projeto de hegemonia para a França no continente. Certo é que Napoleão foi um herdeiro da Revolução e muitas das ideias racionalizadoras e liberal-burguesas foram levadas adiante por ele. Mas o ímpeto revolucionário e vários dos princípios proclamados desde 1789 ficaram em segundo plano, quando não foram descartados. Tamanho foi o poder alcançado por Napoleão que muitos consideram seu período como uma “ditadura” ou um regime com traços autocráticos. Representação, eleições, divisão de poderes, freios e contrapesos, liberdades civis plenas foram pouco a pouco minadas em favor do cônsul e, depois, imperador.



Interpretações da Revolução

A Revolução Francesa constitui um marco fundamental na história ocidental. Como todo evento de grandes proporções, abre múltiplas possibilidades interpretativas. Desde o século XIX, intelectuais e historiadores dedicaram-se a pensar o processo revolucionário, suas causas e suas fases. Abordaremos aqui quatro interpretações relevantes: a marxista, a de Alexis de Tocqueville, a de Hannah Arendt e a de Benjamin Constant.

A interpretação marxista

A perspectiva marxista do fenômeno revolucionário será a única interpretação geral da Revolução que veremos, já que as perspectivas mais contemporâneas têm evitado abordá-la a partir de uma ótica singular.

Os marxistas interpretaram, e interpretam, a Revolução Francesa a partir do conceito de luta de classes, central para Marx e sua teoria. Segundo os materialistas histórico-dialéticos, a irrupção revolucionária foi levada a cabo pela burguesia contra a nobreza. A primeira foi, portanto, a classe revolucionária desse período. Segundo os marxistas, os burgueses já detinham, naquele momento histórico, os meios de produção, mas ainda se mantinham ostracizados do poder pelo predomínio da nobreza. Essa última impedia o controle do Estado pelos burgueses e criava obstáculos para a implementação definitiva do capitalismo, fosse pela manutenção de privilégios, pela esterilização de recursos em práticas não-rentáveis ou ainda, mais evidentemente, pela manutenção dos privilégios que impossibilitavam a criação de uma economia eficiente, fiscalmente responsável e com crédito em abundância.

Segundo um dos mais famosos historiadores marxistas da Revolução Francesa, Albert Soboul:

(...) a Revolução se explica em última análise por uma contradição entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas. (...) No final do século XVIII, o regime feudal da propriedade, a organização feudal da agricultura e da manufatura, já não correspondia às forças produtivas que se desenvolviam e constituía, de fato, algemas a essas forças. (...) O desenvolvimento da Revolução é bastante claro: sua causa reside no poder econômico e intelectual da burguesia madura; seu resultado foi a consagração desse poder em lei.¹⁸

¹⁸ SOBOUL, Albert. *Understanding the French Revolution*. New York: International Publishers, 1988.



A tese de Tocqueville

Alexis de Tocqueville foi um dos grandes pensadores franceses do século XIX. Sua vasta obra refletiu sobre os mais diferentes objetos, desde a experiência política dos Estados Unidos às causas da Revolução Francesa. Apresentou uma das interpretações mais interessantes e originais do fenômeno revolucionário: contra a grande maioria das correntes interpretativas de sua época (e mesmo hoje ainda) que destacavam a ruptura representada pela Revolução, Tocqueville demonstra as linhas de continuidade existentes entre a França do Antigo Regime e a França Revolucionária e pós-Revolucionária. Uma dessas linhas fundamentais é a centralização administrativa e o movimento de racionalização do edifício político-social. A Revolução, antes de inovar nesse sentido, aprofundou e acelerou esse processo. Nas palavras do próprio autor:

(...) por mais radical que tenha sido, a Revolução inovou muito menos do que geralmente se supõe (...). O que a Revolução foi menos que tudo é um acontecimento fortuito. Pegou o mundo de surpresa, é bem verdade, e entretanto era apenas o complemento do mais longo trabalho, o encerramento súbito e violento de uma obra na qual dez gerações de homens haviam trabalhado. Se não tivesse acontecido, o velho edifício social não teria deixado de cair em todo lugar, aqui mais cedo, ali mais tarde; apenas, teria continuado a cair parte por parte em vez de desmoronar de uma só vez. A Revolução concluiu bruscamente, por um esforço convulsivo e doloroso, sem transição, sem precaução, sem complacência, o que teria se encerrado pouco a pouco por si mesmo ao longo do tempo. Essa foi sua obra.¹⁹

A interpretação de Hannah Arendt

A filósofa Hannah Arendt realizou uma interpretação bastante interessante acerca do período do Terror. Em seu livro *Sobre a Revolução*, apresentou sua explicação de o porquê o processo revolucionário ter alcançado esse nível de repressão e violência – uma questão que intriga até hoje os historiadores. Segundo ela:

¹⁹ TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 24-25.



A pobreza é mais do que privação, é um estado de carência constante e miséria aguda cuja ignomínia consiste em sua força desumanizadora; a pobreza é sórdida porque coloca os homens sob o ditame absoluto de seus corpos, isto é, sob o ditame absoluto da necessidade (...). Foi sob o império dessa necessidade que a multidão se precipitou para ajudar a Revolução Francesa, inspirou-a, levou-a em frente e acabou por conduzi-la à ruína, pois era a multidão dos pobres. Quando apareceram no palco da política, a necessidade apareceu junto com eles (...); a liberdade teve de se render à necessidade, à premência do processo vital em si. Quando Robespierre declarou que “tudo o que é necessário para manter a vida deve ser um bem comum e apenas o excedente pode ser reconhecido como propriedade privada” (...) ele estava finalmente sujeitando o governo revolucionário, aqui também em suas palavras “à mais sagrada de todas as leis, o bem-estar do povo, o mais irrefragável de todos os títulos, a necessidade”. (...) Foi a necessidade, a carência premente do povo, que desencadeou o Terror e condenou a revolução à ruína. (...) Não foi a conspiração de reis e tiranos, e sim a conspiração muito mais poderosa da necessidade e da pobreza que os distraiu por tempo suficiente para perder o “momento histórico”. Enquanto isso, a revolução havia mudado de rumo; não visava mais à liberdade, seu objetivo passara a ser a felicidade do povo.²⁰

A interpretação de Benjamin Constant

Benjamin Constant fez parte de um grupo de intelectuais que vivenciou todas as fases da Revolução Francesa. Em 1819, fez uma palestra cujo texto foi publicado como *A liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. Em seu discurso, Constant apresentou o que entendia pela “liberdade dos antigos” e a contrapôs com a realidade político-social de seu tempo. No conjunto dessa explanação, argumentou qual tinha sido o erro dos revolucionários. Para o pensador francês, muitos deles não tinham compreendido que no tempo “dos modernos”, o que se desejava era segurança jurídica e a garantias civis e políticas e não “partilha do poder social” entre os cidadãos com fito de participarem constatare e ativamente das decisões políticas. Esse erro teria levado, então, segundo sua visão, a excessos, violências e causado instabilidades constantes. Nas suas próprias palavras:

Proponho-me submeter a vosso julgamento algumas distinções, ainda bastante novas, entre duas formas de liberdade, cujas diferenças até hoje não foram percebidas ou que, pelo menos, foram muito pouco observadas. Uma é a liberdade cujo exercício era tão caro aos povos antigos; a outra, aquela cujo uso é particularmente útil para as

²⁰ ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 94-95.



nações modernas. (...) O objetivo dos antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era isso o que eles denominavam liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança dos privilégios privados; e eles chamam liberdade as garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios. (...) por não terem percebido essas diferenças, homens bem intencionados tinham causado grandes males durante nossa longa e tempestuosa revolução.²¹

Prova do CACD de 2006

Questão 37

“Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.”

Eric J. Hobsbawm. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

O texto se reporta ao período da história do mundo ocidental conhecido como Era Revolucionária. Em linhas gerais, entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX, assiste-se ao confronto entre as forças sociais que se batiam pela superação do Antigo Regime e as que defendiam a manutenção dele, ainda que sob condições e intensidade variáveis. Nesse contexto, com referência à Revolução Francesa, assinale a opção correta.

A O que aconteceu na França a partir de 1789 foi a explosão do sentimento generalizado de repulsa a um absolutismo crescentemente anacrônico, ainda que amenizado pelo reformismo assumido pela dinastia

²¹ CONSTANT, Benjamin. *A liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. São Paulo: Edipro, 2019.



Bourbon, a qual empreendera estratégia de conferir ao regime ares de pretensa modernidade — o despotismo esclarecido.

Comentário:

O erro desta alternativa na afirmação de que os Bourbon empreenderam reformas significativas antes do estouro revolucionário. Lembremos que, inclusive, foi a necessidade de realizá-las que levou o rei a convocar a Assembleia de Notáveis em 1787 e depois os Estados Gerais em 1789. Alternativa incorreta.

B Entende-se a Revolução Francesa como um processo que não se esgota rapidamente, com períodos de maior ou menor intensidade do fervor revolucionário. De todas as fases desse processo, a Convenção Nacional, dominada pelos jacobinos, foi a que conferiu caráter mais radical à Revolução, de que são exemplos o fim da monarquia, a adoção do sufrágio universal e o grande número de execuções de adversários.

Comentário:

De fato, a Revolução durou 10 anos, com momentos mais e menos intensos de fervor revolucionário. Desses anos todos, os mais violentos, dramáticos e fervorosos foram os da Convenção jacobina, em cujo período temos a expressão máxima de violência e perseguição com o Terror e o Tribunal Revolucionário, utilizados para destruir os adversários do regime. Alternativa correta.

C O pensamento iluminista, mesmo restrito a alguns países da Europa ocidental no transcurso do século XVIII, foi decisivo para a eclosão da Era Revolucionária. Entre seus principais expoentes, Voltaire se destaca, por ter formulado a teoria da separação dos poderes, fundamental para a contestação ao Estado absolutista.

Comentário:

O erro se encontra em dizer que Voltaire elaborou a teoria da separação dos poderes. O responsável por isso foi o Barão de Montesquieu. Alternativa incorreta.

D Por simbolizar a luta contra o despotismo, a Revolução Francesa foi alvo da reação conjunta dos defensores do Antigo Regime, na qual se sobressaiu a Inglaterra, a quem convinha a manutenção da



estrutura de poder absolutista para a expansão de negócios financeiros e para a abertura de mercados para seus produtos industrializados.

Comentário:

Embora o texto esteja correto em afirmar que a Revolução trouxe para si o ódio das potências absolutistas, o erro se encontra em dizer que a Inglaterra defendia o absolutismo e que a manutenção desse sistema faria com que os mercados fossem abertos para os seus produtos. A “teoria econômica” que vigorava no absolutismo era o mercantilismo, que tem como uma de suas características a proteção dos mercados nacionais. Alternativa incorreta.

E Graças a Napoleão Bonaparte, liderança que emergiu na última fase da Revolução Francesa, o processo revolucionário iniciado em 1789 adquiriu feições de movimento essencialmente popular, como demonstra o isolamento político da classe burguesa.

Comentário:

Esta questão está errada ao afirmar que houve um isolamento da classe burguesa com o governo de Napoleão. Ao contrário, ele obteve o apoio da burguesia para chegar ao poder – conforme a historiografia utilizada nessa prova. Também podemos considerar errada a afirmação de que seu governo foi essencialmente popular, já que, embora ele tenha conseguido inflamar a população com um grande zelo revolucionário, Bonaparte concentrou totalmente o poder em suas mãos, sem consultar ninguém. Alternativa incorreta.

Prova do CACD de 2010, caderno D

Questão 60

Assinale a opção correta com relação às transformações institucionais introduzidas pela Revolução Francesa.

A A conscrição maciça de homens solteiros entre 18 e 25 anos, medida precursora do recrutamento militar obrigatório.

Comentário:



Efetivamente essa foi uma das inovações institucionais da Revolução feitas durante o período jacobino. A chamada levée en masse foi mantida por Napoleão, embora tenha sido modificada pelos Bourbon restaurados. Alternativa correta.

B A concessão de voto universal, independentemente de renda.

Comentário:

Aqui temos um “peguinha”. O voto universal foi estabelecido para os homens na constituição de 1793 que, por sua vez, não entrou em vigor. Estaria correto se estivesse escrito: “A concessão de voto universal masculino...”. Alternativa incorreta.

C A tentativa bem-sucedida de aprovação de um código civil, já em 1789.

Comentário:

Não houve um código civil aprovado pela Assembleia Constituinte de 1789. Tenta-se aqui confundir o candidato com a Constituição Civil do Clero ou com o Código Civil de Napoleão Bonaparte. Alternativa incorreta.

D A separação entre Igreja e Estado, uma das principais reformas da Assembleia Nacional no ano de 1789.

Comentário:

Não houve separação entre Igreja e Estado em 1789, mas sim em 1795. Esta situação foi, em parte, adereçada pela Concordata de 1801 negociada por Napoleão. Alternativa incorreta.

E A instituição de um sistema de compra de cargos públicos, em substituição ao sistema hereditário existente no Antigo Regime.



Comentário:

A venalidade de cargo era a prática recorrente do Antigo Regime e foi abolida já no início da Revolução, em 1789. Alternativa incorreta.

Prova do CACD de 2013

Questão 46

A execução de Carlos I, em 30 de janeiro de 1649, foi decisão do Parlamento inglês que simbolizou o fim do absolutismo na Inglaterra e comprometeu o mito da identificação entre poder real e sua origem divina. Manifestação inicial da crise do Antigo Regime, a Revolução Inglesa do século XVII foi o ponto de partida da Era das Revoluções, que, entre fins do século XVIII e primeira metade do século XIX, iria desvelar o mundo contemporâneo. Relativamente a esse processo histórico, assinale a opção correta.

A A Revolução Francesa de 1789 marcou o perfil ideológico das revoluções burguesas, dado seu caráter liberal e pioneiramente democrático, que acompanhou todo o processo revolucionário, da queda da Bastilha à ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder.

Comentário:

O erro desta alternativa encontra-se na afirmação de que esse perfil democrático acompanhou todo o processo. Afinal, em diversos momentos ocorreram golpes de força que mudaram o regime ou a constituição em vigor. Exemplos disso foram o golpe Termidoriano e o Golpe 18 de Brumário. Alternativa incorreta.

B A Revolução Puritana de 1640 e a Revolução Gloriosa de 1688, ainda que integrantes de um mesmo contexto, são distintas nos propósitos e nos meios utilizados, visto que a segunda se insurgiu contra o Parlamento, mas procurou manter incólume o poder monárquico.

Comentário:

A questão está correta até o termo “utilizados”, passando ao erro quando afirmou que a Revolução Gloriosa se insurgiu contra o Parlamento. A “invasão holandesa” e a subida de Guilherme de Orange ao poder foram



realizadas com o apoio do Parlamento, que não queria uma linhagem católica no trono inglês. Alternativa incorreta.

C Dois motivos excluem a Revolução Industrial do conjunto de revoluções burguesas que sepultaram o Antigo Regime: ter mantido em aberto o processo de transição do feudalismo ao capitalismo e ter exercido diminuta influência na transformação política dos países que se industrializavam.

Comentário:

Tanto quanto os movimentos revolucionários jogaram por terra as instituições políticas do Antigo Regime, a Revolução Industrial liquidou – progressivamente – as bases econômicas nos quais se assentava o absolutismo monárquico. Alternativa incorreta.

D Chamados iluministas, pensadores europeus do século XVIII — especialmente franceses — revolucionaram intelectualmente o mundo moderno ao atacarem com vigor a injustiça, a intolerância religiosa e os privilégios, preparando o terreno para as revoluções que destruiriam o Antigo Regime.

Comentário:

Os filósofos iluministas se dedicaram a atacar o Antigo Regime, particularmente os privilégios, as intolerâncias e a diferenciação social baseada no nascimento. Suas críticas tiveram grande apelo social e inspiraram muitos daqueles que se engajaram depois na Revolução. Alternativa correta.

E Considerada a primeira revolução americana, a independência das 13 colônias inglesas da América do Norte foi facilitada pela homogeneidade da colonização e pela decisão da Inglaterra de não reagir militarmente ao movimento separatista, para assegurar a continuidade dos negócios na região.

Comentário:

Dois erros fáceis de se encontrar: não podemos falar que a colonização das 13 colônias tenha sido homogênea – Sul e Norte se diferenciavam bastante; igualmente é completamente errado afirmar que a Inglaterra não reagiu militarmente ao movimento independentista. Alternativa incorreta.



CACD 2019

Questão 57

No que concerne ao pensamento econômico francês no século 18, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1 Os fisiocratas franceses, conhecidos como Les Economistes, defendiam que a lei econômica maior, em qualquer governo, deveria ser resumida no lema “laissez faire, laissez passer”, que sintetizava sua compreensão fundamental de que o comércio, como fonte de toda a riqueza, deveria ser livre da intervenção governamental.

Comentário:

Os fisiocratas consideravam que a agricultura, não o comércio, era a fonte de toda real riqueza. Item errado.

2 Ao assumir o posto de controlador-geral das finanças na França, em 1774, o economista Anne Robert Jacques Turgot procurou reduzir o descontrole do gasto público, inclusive por meio da redução do número de sinecuras e da concessão de novas pensões estatais. Contudo, foi sua política liberalizante do comércio que causou maior resistência dos demais ministros e de especuladores do mercado. Essas críticas, associadas às péssimas colheitas de 1775, minaram a confiança de Luís XVI e acabariam por inviabilizar a continuidade de Turgot à frente da economia francesa.

Comentário:

Monsieur Turgot era adepto de ideias liberais e propôs profundas reformas no Estado e na economia franceses. No entanto, justamente quando liberalizou o mercado de grãos, houve uma diminuição de colheitas na França e aumento elevado de preços, resultando na guerra da farinha de 1775. Os problemas de curto prazo decorrentes de seu programa econômico, somado a intrigas da Corte contra ele pela redução proposta de gastos, fizeram com que o rei perdesse confiança nele, forçando-o a se demitir. Item correto.

3 De acordo com os teóricos da fisiocracia, os Estados deveriam paulatinamente ser extintos, já que não passam de entrave desnecessário ao livre comércio de bens.

Comentário:



Os fisiocratas não propunham o fim do Estado como os libertários, os anarquistas ou os comunistas. Item errado.

4 O modelo proposto por François Quesnay, no respectivo Tableau Economique, ilustrava como interagiam, por meio das trocas comerciais – ou seja, operações de compra e venda –, as classes proprietária (donos de terra), produtiva (trabalhadores da agricultura) e estéril (de artesãos e mercadores).

Comentário:

Quesnay em sua obra divide a sociedade exatamente como afirma o item, entre proprietários, produtores e estéréis, lembrando sempre que para os fisiocratas é a agricultura que gera real riqueza. Item correto.

CACD 2020/2021

Questão 62

A história da Revolução Francesa deve seu status particular ao fato de ser a narrativa de um acontecimento: afirmação do tempo curto, de uma subversão total, em menos de 10 anos, de todo um edifício político, institucional e social de longa data.

VOLELLE, Michel. A Revolução Francesa, 1789-1799. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 1, com adaptações.

Considerando a radical ruptura mencionada no trecho apresentado, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1 A Revolução Francesa representou a cisão política, social e cultural com as bases do Antigo Regime e muitos de seus líderes foram inspirados pelo pensamento iluminista.

Comentário:

A Revolução Francesa foi um movimento que alterou substancialmente a realidade política, econômica e social típica do que chamamos de “Antigo Regime”. A corrosão dessa sociedade moderna deu-se, a nível intelectual, durante o século XVIII sob a barragem dos críticos iluministas, como Montesquieu, Voltaire,



Rousseau etc. Os líderes revolucionários cresceram embebidos dessas ideias críticas ao modelo político e social pré-revolucionário e, quando chegaram ao poder, trataram-se colocá-los em prática. Certo.

2 Ao longo do processo revolucionário, nota-se a sucessão de diferentes lideranças sociais e políticas, com especial destaque para os jacobinos, responsáveis pela abolição dos privilégios feudais em 1789.

Comentário:

O grupo que planejou, articulou e executou a abolição dos privilégios feudais em agosto 1789 foi o “Clube Bretão”, grupo formado, naquele momento, pelo terceiro estado da Bretanha – fortemente contrário à nobreza – e outros que apoiavam suas ideias mais “radicais”. Quando a Assembleia Nacional foi para Paris, esse clube, aumentado em número, instalou-se na rua dos jacobinos, passando então, a serem assim conhecidos. Dessa forma, é errado dizer que existiam “jacobinos” quando da abolição dos privilégios feudais. Errado.

3 As consequências da Revolução Francesa fizeram-se sentir não apenas no continente europeu. Foram importantes também, por exemplo, nos processos de independência da América Latina, que, a despeito de suas peculiaridades sociais, políticas e econômicas, foram fortemente impactados pelos acontecimentos franceses.

Comentário:

Sem sombra de dúvida o movimento revolucionário francês e seus corolários impactaram fundamentalmente o processo de independência da América Latina. Tanto durante o processo revolucionário em si, como na Era Napoleônica, período vinculado umbilicalmente com a Revolução, tivemos eventos significativos que exemplificam essa conexão. A partir de 1791, iniciou-se a independência haitiana, diretamente ligada aos desenvolvimentos revolucionários na França. Já em 1807, Napoleão invadiu a Península Ibérica, levando à vinda da Família real portuguesa ao Brasil e à instauração das Juntas governativas em Espanha e na América espanhola – em decorrência das abdições de Bayona e do sequestro da família real Bourbon. Certo.

4 A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de agosto de 1789, expressa preocupações universais, visto que é aos homens de todos os tempos e de todos os países que se dirige essa proclamação de direitos



naturais e inalienáveis. Seu impacto se fez sentir nas primeiras cartas constitucionais da América Latina e dos Estados Unidos da América.

Comentário:

O erro é meramente factual. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é posterior à constituição norte-americana, esta última ratificada em 1788. Errado.

CACD 2022

Questão 61

Acerca das características sociopolíticas e jurídico-normativas do contexto da Revolução Francesa, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1 Ideais legicentristas estiveram fortemente presentes no período da Revolução Francesa, subsidiando a noção de que a lei é o melhor antídoto contra o arbítrio e o despotismo. Na contramão do voluntarismo do monarca, vinha à tona o princípio da generalidade das regras, controlado pela impessoalidade própria a um sistema parlamentar e estatal. Nesse sentido, os revolucionários recusaram o imperativo da racionalidade jurídica do século 18 para inaugurarem um regime democrático da lei como expressão da vontade do conjunto da população.

Comentário:

É errôneo afirmar que os revolucionários franceses recusaram a ideia de “imperativo da racionalidade jurídica” ou mesmo que isso fosse oposto à “lei como expressão da vontade do conjunto da população”. A lei foi vista como fruto da “vontade geral” e meio de racionalizar o edifício social e político do Antigo Regime francês.

2 O fim dos privilégios sociais e espaciais foi visto como um mecanismo de desarticulação dos tradicionais poderes intermédios em nome de uma constituição nacional e da liberdade pública. No bojo desse processo, as congregações religiosas foram objeto de ataques anticlericais sistemáticos em 1789, o que acarretou a extinção de seu estatuto de corporações civis, restando apenas sua dimensão de associações espirituais.



Comentário:

O fim dos privilégios de fato resultou na desarticulação dos poderes intermediários que marcaram o Antigo Regime. O erro do item está na afirmação de que as ordens religiosas subsistiram como associações espirituais. Em 13 de fevereiro de 1790, os revolucionários aboliram as ordens monásticas, consideradas “não úteis” à sociedade.

3 No que diz respeito à esfera eleitoral, os primeiros movimentos da Assembleia Nacional estabeleceram uma divisão entre “cidadãos ativos” e “cidadãos passivos”. A exclusão do direito ao voto para as mulheres e para os não proprietários, entre outras categorias da cidadania passiva, restringia o contingente apto a votar para cerca de 15% da população total da França.

Comentário:

A constituição de 1791 criou a divisão entre cidadãos ativos e passivos. Os primeiros tinham de demonstrar posses para poder participar dos pleitos. Os segundos, apenas tinham para si garantidos os direitos civis.

4 Um dos princípios de coesão social estimulados pela Constituição de 1791 foi o estabelecimento de festividades nacionais. Elas buscavam fomentar, para além da harmonia social, uma imagem de igualdade, razão pela qual era comum que ocorressem em espaço aberto e fora das grandes praças de Paris.

Comentário:

Ao final do título I da constituição de 1791 lê-se (em tradução livre): “Festas nacionais serão estabelecidas para preservar a memória da Revolução Francesa, para manter a fraternidade entre os cidadãos e para anexá-los à Constituição, à Pátria e às leis.”



QUESTÕES COMENTADAS



(UEM – 2012)

No século XVII, na Inglaterra, e no final do século XVIII, na França, ocorreram processos revolucionários que são conhecidos como revoluções burguesas. A esse respeito, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).

a) Na França do Antigo Regime, o primeiro e o segundo estados, clero e nobreza, detinham direitos exclusivos, tais como a isenção de pagamento de impostos.

Comentário:

De fato, ambos estados possuíam privilégios sociais e jurídicos que lhes distinguiam do terceiro estado, dentre eles a isenção de alguns impostos. Item correto.

b) Tanto na Inglaterra quanto na França, era disseminada a crença no caráter sagrado do poder dos reis.

Comentário:

Tanto na Inglaterra pré-revolucionária do século XVII, quanto na França pré-1789, predominava dentre os principais expoentes intelectuais defensores do regime absolutista a tese do direito divino dos reis, segundo a qual os monarcas absolutos não deveriam prestar contas de suas ações a ninguém além de Deus, o qual os escolheu como chefes naturais de suas nações. Jaime I e Jacques Bossuet, na Inglaterra e na França respectivamente, foram alguns dos que escreveram sobre o tema. Item correto.



c) Embora realizada em nome da liberdade e da igualdade, os revolucionários franceses mantiveram os privilégios jurídicos da nobreza.

Comentário:

Grande parte dos privilégios jurídicos do 1º e 2º estados do Antigo Regime francês (Clero e Nobreza, respectivamente) desapareceram com o advento da Revolução Francesa, logo no início do movimento, em 1789. Item errado.

d) A revolução gloriosa, no final do século XVII, estabeleceu a república na Inglaterra. Somente no início do século XVIII, a monarquia foi restaurada e se estabeleceu o parlamentarismo.

Comentário:

A monarquia havia sido restaurada na Inglaterra em 1660, com a restauração dos Stuarts, encerrando a experiência política da *Commonwealth*. A Revolução Gloriosa foi o movimento político que depôs Jaime II e coroou seu genro Guilherme de Orange como Guilherme III. O Parlamento, então reduziu os poderes reais com o *Bill of Rights*. Item errado.

e) Na obra *O Leviatã*, Thomas Hobbes defendeu o primado da razão sobre a fé, o direito à autodeterminação dos povos e fez a defesa da república.

Comentário:

A obra *O Leviatã*, publicada por Thomas Hobbes em 1651, defendia um contrato social em que a entrega do poder (e da liberdade irrestrita) ao soberano fosse irrevogável, isto é, uma vez entregue, não poderia ser questionada, mesmo que o soberano se tornasse um tirano. Não se encontra em sua obra, diferentemente da de Bossuet, qualquer embasamento para o poder absoluto do rei em termos religiosos. Sua especulação sobre o “estado de natureza” se dá em termos racionais e a ausência do elemento religioso foi, dentre tantas outras coisas, motivo para críticas ao texto. Ainda deve-se dizer que não defende nenhum tipo de governo em particular, tratando da possibilidade de um governo republicano ou monárquico, com certa simpatia por esse último. Item errado.



(UFU – 2012)

Entre os eventos que merecem destaque na consolidação do absolutismo inglês estão o embate entre os York e os Lancaster, na Guerra das Duas Rosas, o controle dos nobres por Henrique VII e, finalmente, as ações de Henrique VIII, que rompeu com o papa e fundou a Igreja Anglicana, mantida sob sua tutela. Com a morte de Henrique VIII e a ascensão de Elizabeth I, o absolutismo inglês conheceu seu período de maturidade. As ações de Elizabeth I e de seus sucessores, adotando medidas mercantilistas, criando companhias de comércio, dissolvendo o Parlamento, exigindo pensão vitalícia e criando taxas, marcaram acontecimentos que culminaram, décadas mais tarde, numa página da história da sociedade inglesa conhecida como Revolução Gloriosa. Neste cenário:

a) a economia inglesa, diante da instabilidade política, teve um desenvolvimento irregular no século XIX, atrasando sua industrialização frente a outros países.

Comentário:

O fim da Revolução Inglesa, com a coroação de Guilherme III e a instituição da monarquia constitucional, propiciou o surgimento de um cenário propício ao desenvolvimento econômico, tornando a Inglaterra o berço da Revolução Industrial, a qual atingiria o seu apogeu durante o século XIX, século da chamada *Pax Britannica*. Item errado.

b) a monarquia absolutista inglesa, reconhecendo suas limitações, tomou a iniciativa na criação do Bill of Rights, evitando novas guerras civis no país.

Comentário:

A *Bill of Rights* (Declaração de Direitos de 1689) foi um documento basilar para a formação da monarquia constitucional inglesa. Criada pelo Parlamento – não de iniciativa dos monarcas, portanto – após a deposição do rei Jaime II, a Carta foi aceita pelo rei Guilherme III e sua esposa, Maria II, em um gesto que apontava para a pacificação das relações entre a Coroa e o Parlamento, tão abaladas desde o início da Revolução. Item errado.

c) as medidas absolutistas insuflaram questionamentos na sociedade inglesa, favorecendo mudanças e rupturas na estrutura política do país.



Comentário:

Muito cuidado pessoal! Esta questão faz referência à Revolução Gloriosa, fase final do período revolucionário inglês. Nessa etapa final, o Parlamento acabou por assumir as prerrogativas governativas outrora pertencentes exclusivamente ao Rei num movimento relativamente pacífico sem grandes rupturas com o sistema monárquico. Item errado.

d) as características absolutistas da monarquia inglesa a afastavam do modelo constitucional que, desde o final da Idade Média, predominava na Europa.

Comentário:

A monarquia absoluta era o modelo político predominante em praticamente toda a Europa continental. Países “constitucionais”, se é que podemos assim chamá-los, eram minoria: os Países Baixos, Veneza, a Liga Helvética – embora o conceito não se aplique como o fazemos atualmente. Aliás, será este país o primeiro a justamente abandonar o absolutismo em favor do constitucionalismo. Item errado.

(UFV – 2010)

Sobre as Revoluções Inglesas do século XVII, é CORRETO afirmar que:

a) Oliver Cromwell evitou a centralização do poder quando se tornou o Lorde Protetor da Inglaterra em 1653, pois repudiava o poder absolutista.

Comentário:

Após assumir o poder, Oliver Cromwell centralizou o poder em torno de si, sobretudo após a dissolução à força do *Rump Parliament*, em 1653. Item errado.

b) após a guerra civil da década de 1640, o rei Carlos I foi executado e a República na Inglaterra foi estabelecida temporariamente.



Comentário:

O regicídio (morte do Rei Carlos I) ocorreu após julgamento realizado pelo Parlamento em 1649, e deu origem a um breve regime de características republicanas – a *Commonwealth* –, sob a liderança de Oliver Cromwell. Item correto.

c) Guilherme de Orange, um dos líderes do Exército Revolucionário que lutou na década de 1640 contra o poder absolutista do rei Carlos I, foi coroado como o novo rei inglês.

Comentário:

Guilherme de Orange não lutou na revolução de 1640 (se quer era vivo neste ano), mas sim na Revolução Gloriosa de 1689, evento marcado por sua “invasão” (a convite do Parlamento inglês) da Inglaterra a partir da Holanda. Não encontrou resistências e após a deposição de seu sogro, foi coroado rei. Item errado.

d) a Revolução Gloriosa (1688) representou a ascensão ao poder dos grupos sociais mais radicais que aboliram a propriedade privada.

Comentário:

A Revolução Gloriosa recebe esta nomenclatura por praticamente não ter sido marcada por derramamento de sangue. A partir dela, e do estabelecimento da monarquia constitucional, a burguesia mercantil, aliada à nobreza rural, passa a ganhar grande protagonismo nacional. Portanto, este contexto é marcado pela pacificação da política inglesa, e não por sua radicalização. O item se refere ao grupo radical chamado “digger” ou “true leveller”, surgido durante a guerra civil e reprimido pelo governo da Commonwealth, que defendia a abolição da propriedade. Item errado.

(PUC-Rio – 2006)

Em 1688-1689, a sociedade inglesa vivenciou o episódio então denominado de Revolução Gloriosa. Entre suas características, destaca-se a promulgação do “Bill of Rights”, uma espécie de declaração de direitos que



passava a regulamentar os poderes do monarca e do Parlamento. Sobre a importância e os significados do "Bill of Rights", assinale a única afirmativa CORRETA.

a) Houve o fortalecimento das atribuições do Parlamento frente ao poder decisório do monarca, instaurando um conjunto de leis que regulavam, inclusive, a atuação do soberano.

Comentário:

A Revolução Gloriosa pôs um fim definitivo no absolutismo monárquico, inaugurando um sistema monárquico constitucional, em que o Parlamento possuía maior controle sobre as decisões políticas. Item correto.

b) Houve a deposição de Guilherme III, sob a acusação de ter elevado impostos sem o consentimento prévio do Parlamento, como era previsto pelo "Bill of Rights".

Comentário:

A Revolução Gloriosa depôs o rei Jaime II e deu a Coroa inglesa a Guilherme III. Essa transferência de poder, no entanto, somente ocorreu com a anuência desse último em ceder poder ao Parlamento por meio da Bill of Rights. Item errado.

c) Instituiu-se a tolerância religiosa, estabelecendo severas punições para qualquer tipo de discriminação ou perseguição, em especial com relação aos que professassem a religião católica.

Comentário:

Todo o período revolucionário foi marcado pela intensa intolerância religiosa, sobretudo por parte dos grupos protestantes puritanos em relação à minoria católica inglesa. A Revolução Gloriosa não pôs fim a este cenário, pois uma de suas principais motivações foi justamente o fato de o Rei Jaime II professar o catolicismo romano, o que desagradava a maioria protestante. Item errado.



d) Houve a ascensão política da burguesia comercial, destituindo progressivamente dos cargos ministeriais os representantes dos "landlords" e demais grupos aristocráticos.

Comentário:

Apesar deste item acertar em apontar a ascensão da burguesia comercial como uma das principais consequências da Revolução Gloriosa, ele erra ao dizer que, com isto, a aristocracia teria perdido poder, pois, ao contrário do que veio a ocorrer em grande parte da Europa, sobretudo na França de 1789, na Inglaterra pós-revolucionária nobreza e burguesia se uniram em torno de um pacto político. Item errado.

e) Instituiu-se o direito de propriedade e, de forma complementar, promulgaram-se leis que garantiram a defesa do trabalho livre e dos pequenos proprietários frente a ameaças tais como a servidão por dívidas.

Comentário:

Não houve defesas do tipo como decorrência da Revolução Gloriosa. Item errado.

(UECE – 2008)

Sobre as Revoluções Burguesas, são feitas as seguintes afirmações:

I Consolidam o liberalismo e marcam mudanças nas estruturas econômicas, políticas e sociais de suas respectivas sociedades.

Comentário:

A consolidação do liberalismo político e econômico foi uma das principais consequências das Revoluções burguesas – a inglesa, francesa e as liberais do início do século XIX. Correto.

II Têm como base a defesa do Antigo Regime e iniciam a transição do feudalismo para o capitalismo.



Comentário:

Item totalmente errado! As Revoluções burguesas marcam, justamente, uma reação da burguesia às estruturas do Antigo Regime. Errado.

III Seus exemplos mais expressivos são: Revolução Inglesa (1644), Revolução Americana (1776) e Revolução Francesa (1789).

Comentário:

Item muito simples. Os eventos e as datas estão acertadas.

Assinale o item correto.

- a) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmações I e III são falsas.
- c) Apenas as afirmações II e III são falsas.
- d) Apenas as afirmações I e III são verdadeiras.

(PUC-RJ)

“A Revolução Francesa constitui um dos capítulos mais importantes da longa e descontínua passagem histórica do feudalismo ao capitalismo. Com a Revolução (científica) do século XVII e a Revolução Industrial do século XVIII na Inglaterra, e ainda com a Revolução Americana de 1776, a Grande Révolution lança os fundamentos da História contemporânea”.

[Mota, C. G. *A Revolução Francesa*].

Entre as transformações promovidas pela Revolução na França, iniciada em 1789, é CORRETO afirmar que:

- a) os privilégios feudais e o regime de servidão foram abolidos destruindo a base social que sustentava o Antigo Regime absolutista francês.



Comentário:

A Revolução Francesa (1789-1799) marcou o fim do Antigo Regime francês e de suas bases estruturais, dentre elas os privilégios do 1º e 2º estados e a servidão ainda praticada – mesmo que em reduzido número. Item correto.

b) a Revolução aboliu o trabalho servil e fortaleceu o clero católico instituindo uma série de medidas de caráter humanista.

Comentário:

O clero católico, representante do 1º estado, perdeu grande poder político e econômico com o movimento revolucionário. Item errado.

c) os revolucionários derrubaram o rei e proclamaram uma República fundamentada no igualitarismo radical na qual a propriedade privada foi abolida.

Comentário:

A Revolução, em seu início, não derrubou o rei Luís XVI, mas sim limitou o seu poder régio. A proclamação da República se deu em 1792 e iniciando a radicalização política que alcançaria o paroxismo no Terror. Mesmo nesse contexto de medidas radicais não houve a abolição da propriedade privada, ainda que isto tenha sido pensado por Babeuf, um dos líderes da “conspiração dos iguais”, em 1796. Item errado.

d) a Revolução rompeu os laços com a Igreja católica iniciando uma reforma de cunho protestante que se aproximava dos ideais da ética do capitalismo moderno.

Comentário:

A Revolução Francesa, apesar de ter rompido com o clero católico, não teve, por sua vez, um caráter protestante, como afirma o item, mas sim tons de radical laicidade. Item errado.



e) a Revolução, mesmo em seu momento mais radical, não foi capaz de romper com as formas de propriedade e trabalho vigentes no antigo regime.

Comentário:

A Revolução pôs fim à servidão, regime de trabalho de origem medieval ainda existente na França. Ademais, no desenrolar da Revolução, propriedades de terra pertencentes ao 1º e 2º estados foram expropriadas pelo governo revolucionário. Item errado.

(Fuvest – 2013)

Oh! Aquela alegria me deu náuseas. Sentia-me ao mesmo tempo satisfeito e descontente. E eu disse: tanto melhor e tanto pior. Eu entendia que o povo comum estava tomando a justiça em suas mãos. Aprovo essa justiça, mas poderia não ser cruel? Castigos de todos os tipos, arrastamentos e esquartejamentos, tortura, a roda, o cavalete, a fogueira, verdugos proliferando por toda parte trouxeram tanto prejuízo aos nossos costumes! Nossos senhores colherão o que semearam.

Graco Babeuf, citado por R. Darnton. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 31. Adaptado.

O texto é parte de uma carta enviada por Graco Babeuf à sua mulher, no início da Revolução Francesa de 1789. O autor:

a) discorda dos propósitos revolucionários e defende a continuidade do Antigo Regime, seus métodos e costumes políticos.

Comentário:

O autor defende a legitimidade das pretensões do “povo comum”, e, portanto, aprova a sua indignação face às estruturais desiguais do Antigo Regime. No entanto, desaprova os atos cruéis tomados pelos revolucionários. Item errado.



b) apoia incondicionalmente as ações dos revolucionários por acreditar que não havia outra maneira de transformar o país.

Comentário:

Como dito acima, o autor não apoiou de forma incondicional as ações revolucionárias, ao menos não em relação às ações mais radicais e cruéis. Item errado.

c) defende a criação de um poder judiciário, que atue junto ao rei.

Comentário:

O autor não trata deste tema. Item errado.

d) caracteriza a violência revolucionária como uma reação aos castigos e à repressão antes existentes na França.

Comentário:

De fato, o autor sugere essa caracterização, ainda que desaprove tais métodos. Item correto.

e) aceita os meios de tortura empregados pelos revolucionários e os considera uma novidade na história francesa.

Comentário:

Olhar os comentários dos itens a) e b). Item errado.

(UFTM)

A cada um a sua função e o seu lugar na terra. No topo estão os religiosos, intermediários indispensáveis entre a cidade terrestre e a cidade celeste (...). Depois vêm os nobres, que receberam da Providência a



qualidade de guerreiros e estão, portanto, investidos da missão de manutenção da ordem. Finalmente, para o último lugar são relegados os trabalhadores, destinados ao trabalho e ao sofrimento para o bem comum.

(Pierre Bonnassie. Dicionário de história medieval, 1985. Adaptado.)

O texto faz referência:

a) a um tipo de organização social que se apoiava nas diferentes aptidões dos seres humanos.

Comentário:

Pega! De fato, apesar de tratar de “aptidões”, o texto deixa claro que as mesmas procedem de um ordenamento natural, oriundo de dos desígnios de Deus. Item errado.

b) às crenças milenaristas, segundo as quais apenas os pobres alcançariam o reino dos céus.

Comentário:

O texto não se refere ao milenarismo ou afins. Item errado.

c) à igualdade social, que caracteriza a sociedade ocidental desde a Antiguidade.

Comentário:

O texto deixa claro a existência de desníveis naturais entre os diferentes estamentos sociais. Item errado.

d) ao antropocentrismo, que reservava lugar de destaque para a vontade dos indivíduos.

Comentário:

A visão teocêntrica é predominante no texto, e não a antropocêntrica. Item errado.



e) à divisão da sociedade em três ordens, colocada em xeque pela Revolução Francesa.

Comentário:

Exato! O texto se refere aos três estados do antigo regime francês: o clero (1º estado), a nobreza (2º estado) e o restante da população (3º estado). Item correto.



LISTA DE QUESTÕES

1. CACD 2006

Questão 37

“Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.”

Eric J. Hobsbawm. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

O texto se reporta ao período da história do mundo ocidental conhecido como Era Revolucionária. Em linhas gerais, entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX, assiste-se ao confronto entre as forças sociais que se batiam pela superação do Antigo Regime e as que defendiam a manutenção dele, ainda que sob condições e intensidade variáveis. Nesse contexto, com referência à Revolução Francesa, assinale a opção correta.

A O que aconteceu na França a partir de 1789 foi a explosão do sentimento generalizado de repulsa a um absolutismo crescentemente anacrônico, ainda que amenizado pelo reformismo assumido pela dinastia Bourbon, a qual empreendera estratégia de conferir ao regime ares de pretensa modernidade — o despotismo esclarecido.

B Entende-se a Revolução Francesa como um processo que não se esgota rapidamente, com períodos de maior ou menor intensidade do fervor revolucionário. De todas as fases desse processo, a Convenção Nacional, dominada pelos jacobinos, foi a que conferiu caráter mais radical à Revolução, de que são exemplos o fim da monarquia, a adoção do sufrágio universal e o grande número de execuções de adversários.



C O pensamento iluminista, mesmo restrito a alguns países da Europa ocidental no transcurso do século XVIII, foi decisivo para a eclosão da Era Revolucionária. Entre seus principais expoentes, Voltaire se destaca, por ter formulado a teoria da separação dos poderes, fundamental para a contestação ao Estado absolutista.

D Por simbolizar a luta contra o despotismo, a Revolução Francesa foi alvo da reação conjunta dos defensores do Antigo Regime, na qual se sobressaiu a Inglaterra, a quem convinha a manutenção da estrutura de poder absolutista para a expansão de negócios financeiros e para a abertura de mercados para seus produtos industrializados.

E Graças a Napoleão Bonaparte, liderança que emergiu na última fase da Revolução Francesa, o processo revolucionário iniciado em 1789 adquiriu feições de movimento essencialmente popular, como demonstra o isolamento político da classe burguesa.

2. CACD 2010, caderno D

Questão 60

Assinale a opção correta com relação às transformações institucionais introduzidas pela Revolução Francesa.

A A conscrição maciça de homens solteiros entre 18 e 25 anos, medida precursora do recrutamento militar obrigatório.

B A concessão de voto universal, independentemente de renda.

C A tentativa bem-sucedida de aprovação de um código civil, já em 1789.

D A separação entre Igreja e Estado, uma das principais reformas da Assembleia Nacional no ano de 1789.

E A instituição de um sistema de compra de cargos públicos, em substituição ao sistema hereditário existente no Antigo Regime.

3. CACD 2013

Questão 46



A execução de Carlos I, em 30 de janeiro de 1649, foi decisão do Parlamento inglês que simbolizou o fim do absolutismo na Inglaterra e comprometeu o mito da identificação entre poder real e sua origem divina. Manifestação inicial da crise do Antigo Regime, a Revolução Inglesa do século XVII foi o ponto de partida da Era das Revoluções, que, entre fins do século XVIII e primeira metade do século XIX, iria desvelar o mundo contemporâneo. Relativamente a esse processo histórico, assinale a opção correta.

A A Revolução Francesa de 1789 marcou o perfil ideológico das revoluções burguesas, dado seu caráter liberal e pioneiramente democrático, que acompanhou todo o processo revolucionário, da queda da Bastilha à ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder.

B A Revolução Puritana de 1640 e a Revolução Gloriosa de 1688, ainda que integrantes de um mesmo contexto, são distintas nos propósitos e nos meios utilizados, visto que a segunda se insurgiu contra o Parlamento, mas procurou manter incólume o poder monárquico.

C Dois motivos excluem a Revolução Industrial do conjunto de revoluções burguesas que sepultaram o Antigo Regime: ter mantido em aberto o processo de transição do feudalismo ao capitalismo e ter exercido diminuta influência na transformação política dos países que se industrializavam.

D Chamados iluministas, pensadores europeus do século XVIII — especialmente franceses — revolucionaram intelectualmente o mundo moderno ao atacarem com vigor a injustiça, a intolerância religiosa e os privilégios, preparando o terreno para as revoluções que destruiriam o Antigo Regime.

E Considerada a primeira revolução americana, a independência das 13 colônias inglesas da América do Norte foi facilitada pela homogeneidade da colonização e pela decisão da Inglaterra de não reagir militarmente ao movimento separatista, para assegurar a continuidade dos negócios na região.

4. CACD 2014

Questão 51

A respeito do contexto da denominada Revolução Gloriosa (1688-1689), julgue (C ou E) os itens a seguir.



1. A Revolução Gloriosa marcou o início de uma nova etapa da relação entre os monarcas ingleses e o Parlamento, cimentada pelo *Bill of Rights* (Declaração de Direitos), em 1689, na qual se estabeleceu que os reis, a partir daquele momento, necessitariam do aval dos representantes políticos para implementar medidas que afetassem áreas importantes da vida no reino.
2. Originária da Escócia, a dinastia dos Stuart reinava na Inglaterra desde a morte de Elizabete I, em 1603, apesar das constantes pressões políticas da oposição anglicana, que não se conformava com a entronização de uma linhagem católica.
3. Em 1688, com a deposição de Jaime II, o parlamento inglês dividiu-se em dois grupos, tories e wighs, cujas características políticas correspondiam ao credo religioso professado: os tories, conservadores, eram católicos; os wighs, liberais, eram anglicanos.
4. Para contornar os problemas políticos criados pelo reinado de Jaime II, a solução sucessória, encontrada na Holanda, foi o genro do monarca inglês, Guilherme de Orange, que invadiu a Inglaterra a pedido da oposição e subiu ao trono como Guilherme III, envolvendo os ingleses em seus projetos de vencer militarmente a França de Luís XIV.

5. CACD 2019

Questão 57

No que concerne ao pensamento econômico francês no século 18, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Os fisiocratas franceses, conhecidos como Les Economistes, defendiam que a lei econômica maior, em qualquer governo, deveria ser resumida no lema “laissez faire, laissez passer”, que sintetizava sua compreensão fundamental de que o comércio, como fonte de toda a riqueza, deveria ser livre da intervenção governamental.
- 2 Ao assumir o posto de controlador-geral das finanças na França, em 1774, o economista Anne Robert Jacques Turgot procurou reduzir o descontrole do gasto público, inclusive por meio da redução do número de sinecuras e da concessão de novas pensões estatais. Contudo, foi sua política liberalizante do comércio que causou maior resistência dos demais ministros e de especuladores do mercado. Essas críticas, associadas às péssimas colheitas de 1775, minaram a confiança de Luís XVI e acabariam por inviabilizar a continuidade de Turgot à frente da economia francesa.



3 De acordo com os teóricos da fisiocracia, os Estados deveriam paulatinamente ser extintos, já que não passam de entrave desnecessário ao livre comércio de bens.

4 O modelo proposto por François Quesnay, no respectivo Tableau Economique, ilustrava como interagiam, por meio das trocas comerciais – ou seja, operações de compra e venda –, as classes proprietária (donos de terra), produtiva (trabalhadores da agricultura) e estéril (de artesãos e mercadores).

6. CACD 2020/2021

Questão 62

A história da Revolução Francesa deve seu status particular ao fato de ser a narrativa de um acontecimento: afirmação do tempo curto, de uma subversão total, em menos de 10 anos, de todo um edifício político, institucional e social de longa data.

VOLELLE, Michel. A Revolução Francesa, 1789-1799. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 1, com adaptações.

Considerando a radical ruptura mencionada no trecho apresentado, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1 A Revolução Francesa representou a cisão política, social e cultural com as bases do Antigo Regime e muitos de seus líderes foram inspirados pelo pensamento iluminista.

2 Ao longo do processo revolucionário, nota-se a sucessão de diferentes lideranças sociais e políticas, com especial destaque para os jacobinos, responsáveis pela abolição dos privilégios feudais em 1789.

3 As consequências da Revolução Francesa fizeram-se sentir não apenas no continente europeu. Foram importantes também, por exemplo, nos processos de independência da América Latina, que, a despeito de suas peculiaridades sociais, políticas e econômicas, foram fortemente impactados pelos acontecimentos franceses.

4 A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de agosto de 1789, expressa preocupações universais, visto que é aos homens de todos os tempos e de todos os países que se dirige essa proclamação de direitos naturais e inalienáveis. Seu impacto se fez sentir nas primeiras cartas constitucionais da América Latina e dos Estados Unidos da América.



7. (UEM – 2012)

No século XVII, na Inglaterra, e no final do século XVIII, na França, ocorreram processos revolucionários que são conhecidos como revoluções burguesas. A esse respeito, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).

Na França do Antigo Regime, o primeiro e o segundo estados, clero e nobreza, detinham direitos exclusivos, tais como a isenção de pagamento de impostos.

Tanto na Inglaterra quanto na França, era disseminada a crença no caráter sagrado do poder dos reis.

Embora realizada em nome da liberdade e da igualdade, os revolucionários franceses mantiveram os privilégios jurídicos da nobreza.

A revolução gloriosa, no final do século XVII, estabeleceu a república na Inglaterra. Somente no início do século XVIII, a monarquia foi restaurada e se estabeleceu o parlamentarismo.

Na obra O Leviatã, Thomas Hobbes defendeu o primado da razão sobre a fé, o direito à autodeterminação dos povos e fez a defesa da república.

8. (UFU – 2012)

Entre os eventos que merecem destaque na consolidação do absolutismo inglês estão o embate entre os York e os Lancaster, na Guerra das Duas Rosas, o controle dos nobres por Henrique VII e, finalmente, as ações de Henrique VIII, que rompeu com o papa e fundou a Igreja Anglicana, mantida sob sua tutela. Com a morte de Henrique VIII e a ascensão de Elizabeth I, o absolutismo inglês conheceu seu período de maturidade. As ações de Elizabeth I e de seus sucessores, adotando medidas mercantilistas, criando companhias de comércio, dissolvendo o Parlamento, exigindo pensão vitalícia e criando taxas, marcaram acontecimentos que culminaram, décadas mais tarde, numa página da história da sociedade inglesa conhecida como Revolução Gloriosa. Neste cenário:

- a) a economia inglesa, diante da instabilidade política, teve um desenvolvimento irregular no século XIX, atrasando sua industrialização frente a outros países.
- b) a monarquia absolutista inglesa, reconhecendo suas limitações, tomou a iniciativa na criação do Bill of Rights, evitando novas guerras civis no país.
- c) as medidas absolutistas insuflaram questionamentos na sociedade inglesa, favorecendo mudanças e rupturas na estrutura política do país.



d) as características absolutistas da monarquia inglesa a afastavam do modelo constitucional que, desde o final da Idade Média, predominava na Europa.

9. (UFV – 2010)

Sobre as Revoluções Inglesas do século XVII, é CORRETO afirmar que:

- a) Oliver Cromwell evitou a centralização do poder quando se tornou o Lorde Protetor da Inglaterra em 1653, pois repudiava o poder absolutista.
- b) após a guerra civil da década de 1640, o rei Carlos I foi executado e a República na Inglaterra foi estabelecida temporariamente.
- c) Guilherme de Orange, um dos líderes do Exército Revolucionário que lutou na década de 1640 contra o poder absolutista do rei Carlos I, foi coroado como o novo rei inglês.
- d) a Revolução Gloriosa (1688) representou a ascensão ao poder dos grupos sociais mais radicais que aboliram a propriedade privada.

10. (PUC-Rio – 2006)

Em 1688-1689, a sociedade inglesa vivenciou o episódio então denominado de Revolução Gloriosa. Entre suas características, destaca-se a promulgação do "Bill of Rights", uma espécie de declaração de direitos que passava a regulamentar os poderes do monarca e do Parlamento. Sobre a importância e os significados do "Bill of Rights", assinale a única afirmativa CORRETA.

- a) Houve o fortalecimento das atribuições do Parlamento frente ao poder decisório do monarca, instaurando um conjunto de leis que regulavam, inclusive, a atuação do soberano.
- b) Houve a deposição de Guilherme III, sob a acusação de ter elevado impostos sem o consentimento prévio do Parlamento, como era previsto pelo "Bill of Rights".
- c) Instituiu-se a tolerância religiosa, estabelecendo severas punições para qualquer tipo de discriminação ou perseguição, em especial com relação aos que professassem a religião católica.
- d) Houve a ascensão política da burguesia comercial, destituindo progressivamente dos cargos ministeriais os representantes dos "landlords" e demais grupos aristocráticos.



e) Instituiu-se o direito de propriedade e, de forma complementar, promulgaram-se leis que garantiram a defesa do trabalho livre e dos pequenos proprietários frente a ameaças tais como a servidão por dívidas.

11. (UECE – 2008)

Sobre as Revoluções Burguesas, são feitas as seguintes afirmações:

- I. Consolidam o liberalismo e marcam mudanças nas estruturas econômicas, políticas e sociais de suas respectivas sociedades.
- II. Têm como base a defesa do Antigo Regime e iniciam a transição do feudalismo para o capitalismo.
- III. Seus exemplos mais expressivos são: Revolução Inglesa (1644), Revolução Americana (1776) e Revolução Francesa (1789).

Assinale o item correto.

- a) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmações I e III são falsas.
- c) Apenas as afirmações II e III são falsas.
- d) Apenas as afirmações I e III são verdadeiras.

12. (PUC-RJ)

“A Revolução Francesa constitui um dos capítulos mais importantes da longa e descontínua passagem histórica do feudalismo ao capitalismo. Com a Revolução (científica) do século XVII e a Revolução Industrial do século XVIII na Inglaterra, e ainda com a Revolução Americana de 1776, a Grande Révolution lança os fundamentos da História contemporânea”.

[Mota, C. G. *A Revolução Francesa*].

Entre as transformações promovidas pela Revolução na França, iniciada em 1789, é CORRETO afirmar que:



- a) os privilégios feudais e o regime de servidão foram abolidos destruindo a base social que sustentava o Antigo Regime absolutista francês.
- b) a Revolução aboliu o trabalho servil e fortaleceu o clero católico instituindo uma série de medidas de caráter humanista.
- c) os revolucionários derrubaram o rei e proclamaram uma República fundamentada no igualitarismo radical na qual a propriedade privada foi abolida.
- d) a Revolução rompeu os laços com a Igreja católica iniciando uma reforma de cunho protestante que se aproximava dos ideais da ética do capitalismo moderno.
- e) a Revolução, mesmo em seu momento mais radical, não foi capaz de romper com as formas de propriedade e trabalho vigentes no antigo regime.

13. (Fuvest – 2013)

Oh! Aquela alegria me deu náuseas. Sentia-me ao mesmo tempo satisfeito e descontente. E eu disse: tanto melhor e tanto pior. Eu entendia que o povo comum estava tomando a justiça em suas mãos. Aprovo essa justiça, mas poderia não ser cruel? Castigos de todos os tipos, arrastamentos e esquartejamentos, tortura, a roda, o cavalete, a fogueira, verdugos proliferando por toda parte trouxeram tanto prejuízo aos nossos costumes! Nossos senhores colherão o que semearam.

Graco Babeuf, citado por R. Darnton. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 31. Adaptado.

O texto é parte de uma carta enviada por Graco Babeuf à sua mulher, no início da Revolução Francesa de 1789. O autor:

- a) discorda dos propósitos revolucionários e defende a continuidade do Antigo Regime, seus métodos e costumes políticos.
- b) apoia incondicionalmente as ações dos revolucionários por acreditar que não havia outra maneira de transformar o país.
- c) defende a criação de um poder judiciário, que atue junto ao rei.
- d) caracteriza a violência revolucionária como uma reação aos castigos e à repressão antes existentes na França.
- e) aceita os meios de tortura empregados pelos revolucionários e os considera uma novidade na história francesa.



14. (UFTM)

A cada um a sua função e o seu lugar na terra. No topo estão os religiosos, intermediários indispensáveis entre a cidade terrestre e a cidade celeste (...). Depois vêm os nobres, que receberam da Providência a qualidade de guerreiros e estão, portanto, investidos da missão de manutenção da ordem. Finalmente, para o último lugar são relegados os trabalhadores, destinados ao trabalho e ao sofrimento para o bem comum.

(Pierre Bonnassie. *Dicionário de história medieval*, 1985. Adaptado.)

O texto faz referência:

- a) a um tipo de organização social que se apoiava nas diferentes aptidões dos seres humanos.
- b) às crenças milenaristas, segundo as quais apenas os pobres alcançariam o reino dos céus.
- c) à igualdade social, que caracteriza a sociedade ocidental desde a Antiguidade.
- d) ao antropocentrismo, que reservava lugar de destaque para a vontade dos indivíduos.
- e) à divisão da sociedade em três ordens, colocada em xeque pela Revolução Francesa.



GABARITO



- | | | |
|---------------|-------------------|-------------------|
| 1. Letra B | 6. C, E, C, E | 11. Letra D |
| 2. Letra A | 7. C, C, E, E, E | 12. E, E, E, C, E |
| 3. Letra D | 8. Letra B | 13. C, E, E, C, C |
| 4. C, E, E, C | 9. E, C, E, E | 14. E, E, E, E, C |
| 5. E, C, E, C | 10. C, E, E, E, E | |



RESUMO

○ O movimento revolucionário inglês teve como antecedentes:

- ✎ A **reforma religiosa** que trouxe instabilidades para o reino na disputa entre a *low-church*, a *high-church*, o movimento presbiteriano escocês e o catolicismo (irlandês e minoritariamente inglês);
- ✎ A **retomada do direito romano** em novas cortes ou em cortes reformadas, como a *Star Chamber*, para maior controle político dos reis contra seus inimigos;
- ✎ O “**absolutismo**” dos Tudor e dos Stuart;
- ✎ O processo de **cercamento** e o aumento das tensões sociais no campo e na cidade;
- ✎ A crônica **dificuldade financeira** da Coroa;

○ O processo revolucionário se desdobrou nas seguintes etapas:

- ✎ **Guerras civis** (1642-1649): período de conflito aberto entre as forças do Parlamento (que se constituiria no *New Model Army*, ou os *roundheads*) e as forças realistas (os *cavaliers*). vitória do Parlamento, julgamento do rei, execução de Carlos I e abolição da Monarquia;
- ✎ **Commonwealth** (1649-1660): abolição da Câmara dos Lordes e da Igreja estabelecida; Protetorado de Cromwell, Atos de Navegação e guerra contra os holandeses; morte de Cromwell em 1658 e inabilidade política de seu filho, Ricardo;
- ✎ **Restauração** (1660): retomada ao *status quo* anterior dos Stuart; recriação da Câmara dos Lordes e da Igreja anglicana estatal; Jaime II se converte ao catolicismo e também batiza seu filho na Igreja Católica;
- ✎ **Revolução Gloriosa** (1688-1689): temor de uma dinastia católica leva o Parlamento a convidar Guilherme de Orange, marido protestante da também protestante Maria, filha de Jaime II, a ser coroado rei; invasão holandesa, seguida da abdicação de Jaime II (que se dirige à França); assinatura da *Bill of Rights*, que leva a uma grande diminuição do poder do rei em favor do Parlamento;

○ O processo revolucionário francês tem como antecedentes:



- ⇒ Crise do modelo político “absolutista”;
- ⇒ **Secularização** da sociedade francesa;
- ⇒ Críticas aos modelos político, econômico e social do Antigo Regime por parte dos **iluministas**;
- ⇒ **Debilidade financeira**, endividamento crônico e déficit fiscal;
- ⇒ Frequentes **guerras**;
- ⇒ **Fome** e forte crise social;
- ⇒ **Incapacidade de realizar reformas** políticas e econômicas;

○ As fases da Revolução Francesa são:

- ⇒ **Revolta Aristocrática e Monarquia Constitucional** (1787-1792): período marcado pelas tentativas de reforma, seguida da convocação dos Estados-Gerais em 1789; formação da Assembleia Nacional Constituinte em 1789 e grandes reformas políticas e econômicas; tentativa de fuga do rei para Varennes e quebra da confiança da elite política revolucionária com o rei; promulgação da constituição de 1791 que formou uma monarquia constitucional; guerra externa contra a Áustria e Prússia; deposição do rei e proclamação da república em 1792;
- ⇒ **Convenção Nacional e Terror** (1792-1794): período de maior radicalização revolucionária; julgamento e execução do rei Luís XVI (e depois de sua esposa); escrita da constituição de 1793 (que, no entanto, não foi colocada em prática); *levée en masse* (recrutamento de todos os homens entre 18 e 25 anos) para lutar contra os exércitos inimigos; ampliação da guerra para mais países europeus (Inglaterra, Espanha, Piemonte e Estados germânicos); instauração do Terror revolucionário para lidar com os “inimigos internos” (Vendéia, girondinos, monarquistas constitucionais, nobreza, clero refratário dentre outros); vitória externa;
- ⇒ **Reação termidoriana e Governo do Diretório** (1794-1799): reação contra Robespierre e o Terror; queda dos jacobinos e dos radicais; formação de um governo de centro, mas ainda revolucionário; tentativas de golpe à direita (monarquistas) e à esquerda (jacobinos e seguidores de *Babeuf*); constituição de 1795 mais liberal e equilibrada na distribuição dos poderes; formação do executivo por meio de um diretório de 5 membros; golpe de 18 Brumário levou ao fim o governo do diretório e, tradicionalmente, é o marco final da revolução.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.